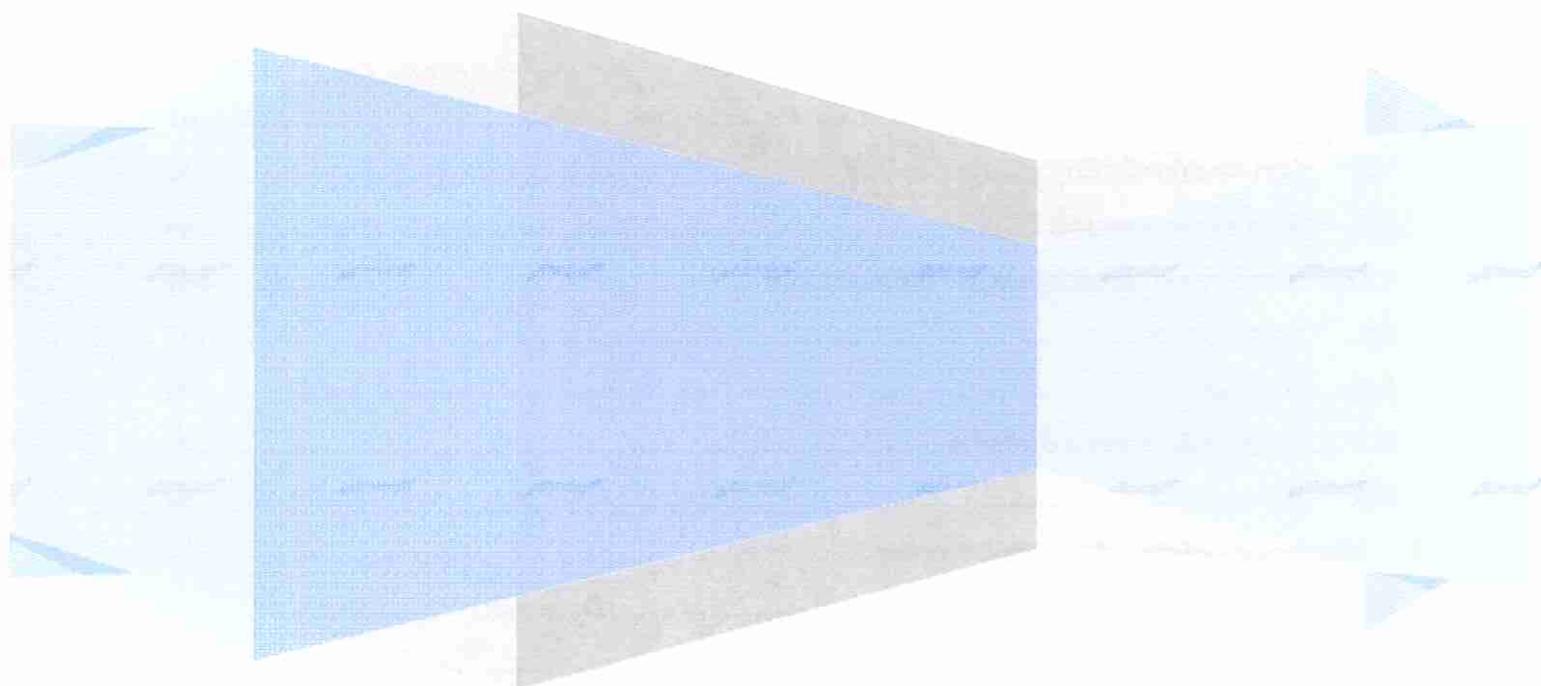




Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2012



Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	6
0. Indicadores.....	7
1. Introdução.....	8
2. Enquadramento estratégico	9
3. Ano 2012: principais acontecimentos	13
4. Áreas de negócio	14
4.1. Enquadramento	14
4.2. Atividade portuária	16
4.2.1. Movimento de navios e embarcações	16
4.2.2. Movimento de mercadorias	21
4.2.3. Movimento de passageiros.....	29
4.2.3.1. Cruzeiros.....	30
4.2.3.2. Interilhas.....	33
4.2.4. Extração de inertes.....	34
4.3. Atividade não portuária	36
4.3.1. Enquadramento	36
4.3.2. Náutica de recreio.....	36
4.3.3. Dominial	39
4.3.4. Piscinas	40
5. Recursos humanos.....	41
5.1. Enquadramento	41
5.2. Estrutura do efetivo	42
5.3. Gastos com o pessoal.....	44
5.4. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação	45
5.5. Sinistralidade	47
5.6. Formação.....	49
5.7. Cooperação externa e interna	49
5.8. Diversos	50
6. Sistemas de informação e Comunicações.....	51
6.1. Sistemas.....	51
6.2. Redes.....	52



6.3.	Aplicações.....	53
6.3.1.	Janela Única Portuária (JUP).....	54
6.3.2.	SIGPOR.....	55
6.3.3.	PHC.....	56
6.4.	Comunicações Móveis.....	56
7.	Estrutura transversal	57
8.	Investimento	59
8.1.	Ilha de Santa Maria	61
8.2.	Ilha de São Miguel.....	61
8.3.	Ilha Terceira	61
8.4.	Ilha Graciosa	62
8.5.	Ilha de São Jorge	62
8.6.	Ilha do Pico	63
8.7.	Ilha do Faial.....	63
8.8.	Ilha das Flores	64
9.	Análise Económica e Financeira	67
9.1.	Resultados	67
9.1.1.	Resultado operacional.....	68
9.1.2.	Resultado financeiro	72
9.2.	Fundos libertos	72
9.3.	Situação financeira e patrimonial	72
9.4.	Fundo de maneo	73
9.5.	Indicadores económicos e financeiros.....	74
10.	Participações financeiras.....	76
11.	Perspetivas futuras	81
12.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	83
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS		84
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS.....		89
1.	Introdução.....	90
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	90
3.	Principais políticas contabilísticas	91
4.	Fluxos de caixa.....	96
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	97
6.	Partes relacionadas.....	97



7.	Ativos fixos tangíveis	98
8.	Ativos intangíveis.....	100
9.	Participações financeiras	101
10.	Ativos e passivos por impostos diferidos	102
11.	Inventários.....	103
12.	Clientes e Outras contas a receber	103
13.	Estado e outros entes públicos.....	104
14.	Diferimentos.....	106
15.	Capital realizado	107
16.	Reservas e resultados acumulados.....	107
17.	Provisões	108
18.	Financiamentos obtidos	109
19.	Fornecedores e outras contas a pagar	110
20.	Serviços prestados	111
21.	Fornecimentos e serviços externos	112
22.	Gastos com o pessoal.....	112
23.	Outros rendimentos e ganhos	113
24.	Outros gastos e perdas	113
25.	Juros e outros rendimentos e gastos similares	114
26.	Compromissos contratuais.....	114
27.	Garantias prestadas	114
28.	Responsabilidades contingentes	115
CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS.....		116
CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS		121
1.	Introdução.....	122
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	123
3.	Políticas contabilísticas	124
4.	Fluxos de caixa.....	130
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	130
6.	Partes relacionadas.....	130
7.	Ativos fixos tangíveis	131
8.	Ativos intangíveis.....	134
9.	Participações financeiras	134
10.	Ativos e passivos por impostos diferidos.....	135

11.	Inventários.....	136
12.	Clientes e Outras contas a receber	136
13.	Estado e outros entes públicos.....	138
14.	Diferimentos.....	140
15.	Ativos não correntes detidos para venda	141
16.	Capital realizado	141
17.	Reservas e resultados acumulados.....	141
18.	Interesses minoritários	143
19.	Provisões	143
20.	Financiamentos obtidos	144
21.	Fornecedores e outras contas a pagar	145
22.	Serviços prestados	146
23.	Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas.....	147
24.	Fornecimentos e serviços externos	147
25.	Gastos com o pessoal.....	148
26.	Outros rendimentos e ganhos	148
27.	Outros gastos e perdas	148
28.	Juros e outros rendimentos e gastos similares	149
29.	Compromissos contratuais.....	149
30.	Ativos e passivos contingentes.....	149
CAPÍTULO VI - GOVERNO DA SOCIEDADE.....		151
1.	Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa.....	152
2.	Regulamentos.....	153
3.	Modelo de governo	155
CAPÍTULO VII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS INDIVIDUAIS.....		164
CAPÍTULO VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS INDIVIDUAIS		167
CAPÍTULO IX – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTAS CONSOLIDADAS.....		171
CAPÍTULO X – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS CONSOLIDADAS		174

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO

0. Indicadores

Indicadores	Unidade	2012	2011	2010
Movimento portuário				
Escalas de navios	N.º	2.974	3.508	3.829
GT de navios	GT/1000	15.766	17.782	17.129
Estadia dos navios	N.º	6.629	7.330	6.991
Movimento de contentores	N.º	67.833	80.420	81.908
Movimento de contentores	TEU	100.293	116.936	118.276
Total de mercadorias	'000 Tons.	2.318	2.723	2.808
Total de passageiros	Milhares	1.020	1.059	1.024
Passageiros em cruzeiros	N.º	102.881	87.009	61.756
Náutica de recreio				
Escalas de embarcações	N.º	3.298	3.073	2.839
Tripulantes	N.º	12.574	12.125	10.226
Pessoal				
Efetivo médio	N.º	280	278	270
Volume de formação	N.º horas	2.282	2.609	3.073
Sinistralidade				
Índice de frequência	-	25,90	14,44	26,15
Índice de gravidade	-	0,83	0,41	0,69
Finanças				
Volume de negócios	'000 €	17.746	20.224	22.260
EBITDA	'000 €	5.282	7.128	2.923
Resultados operacionais	'000 €	(1.738)	508	(5.985)
Resultado líquido	'000 €	(4.209)	(1.043)	(5.890)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	2.731	5.568	2.981
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,68	0,69	0,80
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-9,80%	2,51%	-26,89%
Rentabilidade dos capitais próprios ⁽³⁾	%	-1,90%	-0,50%	-1,54%

⁽¹⁾ Capital próprio/Ativo total líquido

⁽²⁾ Resultados operacionais/Volume de negócios

⁽³⁾ Resultados líquidos/Capital próprio



1. Introdução

O ano de 2012 correspondeu ao primeiro exercício completo da empresa Portos dos Açores, S.A., após a incorporação por fusão das administrações portuárias da Região Autónoma dos Açores, ocorrida em finais de agosto de 2011, por via da publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto. Através do citado diploma, foi transmitida para a Portos dos Açores, S.A. a totalidade do património das sociedades alvo de fusão¹, bem como a titularidade de todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, que se encontram relacionados com a sua atividade e com as suas atribuições.

A Portos dos Açores, S.A., seja pela sua dimensão em termos de portos sob jurisdição, nomeadamente os 14 portos e sete marinas ou portos de recreio espalhados pelas nove ilhas, seja pelo volume de negócios, da ordem dos 17,7 milhões de euros, ou ainda pelo valor patrimonial, correspondente a 325 milhões de euros, possui uma dimensão assinalável no contexto portuário nacional. Neste sentido, o processo de fusão em causa constitui, só por si, um enorme desafio em termos de gestão, que o contexto atual vem colocar ainda mais em evidência.

Em termos de investimento, o ano de 2012 ficou marcado pela conclusão do projeto referente ao Terminal de Passageiros da Horta, inaugurado em 28 de julho e que marca uma nova abordagem na exploração portuária do porto da Horta, particularmente no domínio do segmento de passageiros. Fruto deste projeto, observou-se, já em 2012, um acréscimo muito razoável no número de escalas de navios de cruzeiro nesse porto, colocando-o de forma consolidada como o segundo porto do arquipélago em termos de escalas de cruzeiros.

Outros investimentos e ações merecem também destaque, como é o caso da aquisição de uma segunda grua portuária de 100 toneladas de capacidade para o porto de Ponta Delgada, ou ainda da tremonha ecológica para descarga de granéis polvorentos, que permitirá uma melhoria muito substancial no que respeita às operações de descarga de tais produtos.

Como acontecimento marcante ocorrido durante o ano de 2012, é de destacar o facto de se ter ultrapassado, pela primeira vez, a fasquia dos 100.000 passageiros e das 100 escalas de navios de cruzeiros no conjunto dos portos sob gestão da Portos dos Açores, S.A., o que vem reforçar cada vez mais este setor como uma aposta viável em termos turísticos.

O contexto em que se desenvolveu a atividade da empresa durante o ano de 2012, dominado por uma contração ímpar em termos de movimentação de mercadorias e escalas de navios, refletiu-se naturalmente em termos do volume de negócios, que atingiu os 17,7 milhões de euros, inferior em 12,25% ao volume de negócios observado em 2011. Os resultados operacionais decresceram também de forma bastante notória, cifrando-se em -1,738 milhares de euros. O resultado líquido do exercício atingiu -4,2 milhões de euros.

Em secção própria destacamos os principais aspetos do desempenho da subsidiária Atlânticoline, S.A., a única entidade que foi objeto de consolidação integral.

¹ Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A.



2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a Portos dos Açores, S.A. tem por objeto a administração de um vasto conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio, espalhadas pelas várias ilhas do arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Neste contexto, a existência de um Plano Estratégico, documento orientador de diversas políticas e responsabilidades da empresa, de modo a que, em ambos os casos, possuam um carácter consistente e possam ser assumidas e desenvolvidas através de ações que concretizem da melhor forma possível o próprio objeto social da empresa, apresenta-se como documento fundamental. Constitui uma referência orientadora determinante para a evolução futura da empresa, proporcionando também o acompanhamento da trajetória definida.

Durante o exercício de 2012 decorreram os trabalhos necessários para o desenvolvimento do referido Plano Estratégico, nomeadamente com a análise dos fatores internos e externos e determinação das forças e debilidades da empresa. Das conclusões retiradas surgiu, com naturalidade, um conjunto de linhas de orientação a nível interno da empresa, por forma a poder-se, simultaneamente, aproveitar as oportunidades e mitigar as ameaças:

- Capital humano:
 - Reenfoque no Colaborador como principal agente;
 - Horizontalização dos processos de decisão;
 - Responsabilização dos colaboradores.
- Processos:
 - Definição e certificação de processos;
 - Desmaterialização dos processos – empresa eletrónica.
- Recursos materiais:
 - Consolidação de infraestruturas e equipamentos portuários;
 - Investimento nas novas tecnologias.
- Turismo e lazer
 - Novas rotas, novas oportunidades;
 - Cruzeiros temáticos.

Não obstante a inexistência, ainda, de um Plano Estratégico formalmente em vigor, poder-se-ão considerar como aspetos relevantes, na sequência dos trabalhos desenvolvidos até ao final de 2012 nesta área, os seguintes aspetos metodológicos já suficientemente consolidados:

Visão

Fazer da PA uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.

Missão

Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.

Valores

Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA., de modo a cumprir com a Missão acima estabelecida.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

- Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
- Transparência e ética;
- Busca da excelência no desempenho das funções;
- Valorização das pessoas e do conhecimento;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

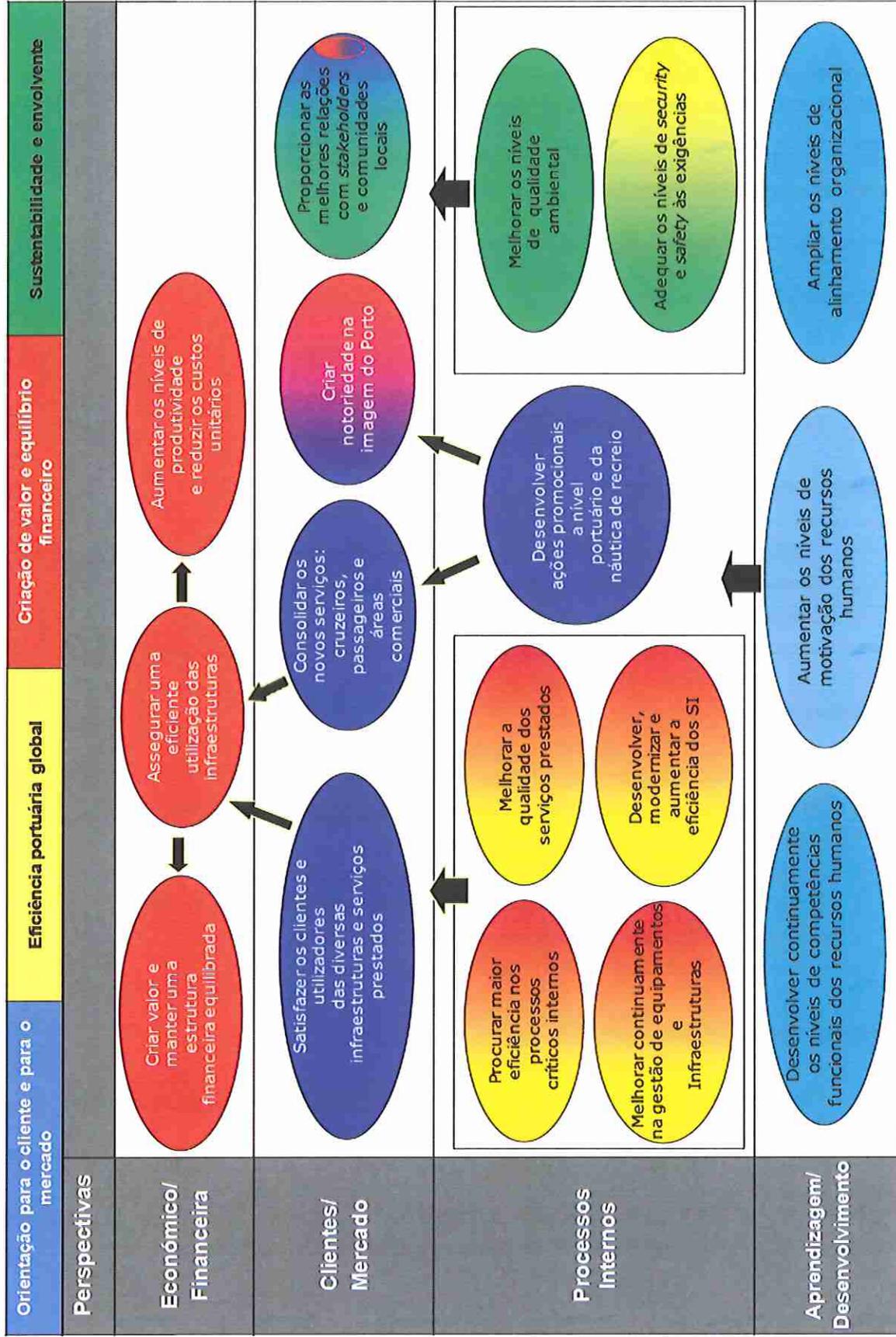
Eixos e objetivos estratégicos

O perfil estratégico da Portos dos Açores, S.A. assenta num conjunto de eixos fundamentais, decorrente da própria estrutura da empresa, que abarca uma multiplicidade de realidades insulares relativamente distintas. Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia para o período 2013-2015, em fase final de elaboração, e que constam do Mapa Estratégico, serão os seguintes:

- Orientação para o cliente e para o mercado;
- Eficiência;
- Criação de valor e equilíbrio financeiro;
- Sustentabilidade e meio envolvente.

Para além disto, tendo em conta os aspetos já debatidos na atual versão do Plano Estratégico em discussão interna, é possível a apresentação dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico que se apresenta na página seguinte.

Figura 1: Mapa Estratégico



Handwritten signature and initials

Objetivos estratégicos



O Mapa Estratégico apresentado na página anterior contempla um conjunto de objetivos estratégicos, correspondentes ao conteúdo de cada um dos balões.

Os objetivos, num total de 17, integram-se nas quatro perspetivas do *Balanced Scorecard*, para além de se enquadrarem nos quatro eixos estratégicos definidos acima.

Apresentam-se a seguir os diversos objetivos estratégicos, sendo os mesmos detalhados por perspetiva:

- Perspetiva económica e financeira:
 - Criar valor e manter uma estrutura financeira equilibrada;
 - Assegurar uma eficiente utilização das infraestruturas;
 - Aumentar os níveis de produtividade e reduzir os custos unitários.

- Perspetiva clientes/mercados:
 - Satisfazer os clientes e utilizadores das diversas infraestruturas e serviços prestados;
 - Consolidar os novos serviços: cruzeiros, passageiros e áreas comerciais;
 - Criar notoriedade na imagem da Portos dos Açores;
 - Proporcionar as melhores relações com *stakeholders* e comunidades locais.

- Perspetiva processos internos:
 - Procurar maior eficiência nos processos críticos internos;
 - Melhorar continuamente na gestão de equipamentos e infraestruturas;
 - Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
 - Desenvolver, modernizar e aumentar a eficiências dos sistemas de informação;
 - Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
 - Melhorar os níveis de qualidade ambiental;
 - Adequar os níveis de *security* e *safety* às exigências.

- Perspetiva aprendizagem/desenvolvimento:
 - Desenvolver continuamente os níveis de competências funcionais dos recursos humanos;
 - Aumentar os níveis de motivação dos recursos humanos;
 - Ampliar os níveis de alinhamento organizacional.

Por fim, referência ao facto dos objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico se consubstanciarem em ações a desenvolver no horizonte temporal do Plano Estratégico.

3. Ano 2012: principais acontecimentos

Como principal ocorrência do ano de 2012 deverá ser destacada, pela dimensão e relevância do investimento em causa, a inauguração do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto da Horta, a 28 de julho de 2012.

Outros acontecimentos relevantes ocorridos durante o ano de 2012 merecem também menção, no âmbito da atividade da Portos dos Açores, S.A., nomeadamente:

- Apresentação e Discussão Pública do Projeto do Novo Terminal de Cruzeiros de Angra do Heroísmo – Ilha Terceira, entre finais de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2012;
- Benção da lancha de pilotos “Álvaro Ornelas”, afeta à atividade do porto São Roque do Pico, ocorrida a 5 de janeiro de 2012;
- Consignação da Empreitada do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena, ocorrida a 5 de janeiro de 2012;
- Lançamento da Primeira Pedra do Prolongamento do Cais do Porto das Lajes das Flores, em 19 de janeiro de 2012;
- Inauguração do Edifício de Apoio ao Recreio Náutico das Velas, a 6 de fevereiro de 2012;
- Início do Processo de Certificação, consubstanciado na celebração do contrato de prestação de serviços, celebrado com a empresa Caminho Crítico, Lda., em 22 de março de 2012;
- Apresentação do Projeto de Reordenamento do Porto de São Roque do Pico, a 4 de abril de 2012;
- Consignação da Empreitada de Construção da Rampa RO-RO do Porto da Praia da Graciosa, no dia 30 de junho de 2012;
- Benção da lancha de pilotos “Josse Van Hurtere”, afeta à atividade do porto da Horta, ocorrida a 2 de agosto de 2012;
- Aceitação da Grua Portuária Gotwald de 100 toneladas de capacidade, afeta ao porto de Ponta Delgada, em 28 de agosto de 2012;
- Assinatura de contrato referente a empreitada no âmbito do Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo, em 31 de outubro de 2012;
- Entrada em funcionamento de Tremonha Ecológica (equipamento inovador, que permitirá uma redução drástica das poeiras resultantes da operação de descarga de granéis sólidos) para descarga de granéis sólidos polvorentos (cereiais e clínquer), afeta ao porto de Ponta Delgada, registando-se a data de aceitação a 16 de novembro de 2012.

Por último, reflexo do aumento considerável que o movimento de navios de cruzeiro registou nos Açores em 2012, particularmente com o substancial crescimento registado no porto da Horta, relevamos o registo para o passageiro de cruzeiro número 100.000, no dia 12 de dezembro de 2012, na operação do navio “Crown Princess”, da *Princess Cruises*, com escala no porto de Ponta Delgada, vindo de Lisboa e com destino a Fort Lauderdale, na Flórida.



4. Áreas de negócio

4.1. Enquadramento

O ano de 2012 foi marcado pela persistência de fenómenos de instabilidade em termos internacionais, com particular destaque para a pressão a que o euro esteve sujeito. Esta pressão foi sendo mitigada pela intervenção das instâncias comunitárias, nomeadamente o Banco Central Europeu, consubstanciada, entre outras medidas, no acordo alcançado, no final do ano de 2012, para a concretização da União Bancária.

De qualquer forma, na Europa as falhas de arquitetura da área do euro persistem, e a falta de regras e instituições ajustadas à conciliação da estabilidade do conjunto e de todas as suas partes explicam como a crise das dívidas soberanas se revelou mais profunda e prolongada do que previsto inicialmente.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a economia mundial registou em 2012, um crescimento de 3,2%, persistindo, contudo, uma diferença significativa entre o comportamento das economias emergentes e das economias avançadas (crescimento de 5,1% e 1,3%, respetivamente). A nível dos países da Zona euro registou-se um decréscimo de -0,4%, sendo notória a diferença de comportamento entre países como a Alemanha e a França (crescimentos de 0,9% e 0,2% respetivamente) de outros como a Itália (-2,1%) e Espanha (-1,4%).

Relativamente à economia nacional, prossegue o processo de ajustamento imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira, celebrado entre o Fundo Monetário Internacional, União Europeia, Banco Central Europeu e Portugal em abril de 2011. Este processo de ajustamento visa a correção de importantes desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural na economia nacional. O objetivo é a criação de condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais.

Para além disto, e atendendo ao nível de endividamento externo atingido pelo país, são consideradas indispensáveis medidas contracionistas, com objetivos ao nível da redução da procura interna, de modo a assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa no futuro. Contudo, registam-se no curto prazo efeitos extremamente negativos que se têm revelado bastante persistentes e cujo impacto direto no ritmo de atividade económica são perfeitamente notórios desde 2011.

Neste contexto, a economia portuguesa entrou durante 2011 em recessão, persistindo este cenário em 2012 e, previsivelmente, em 2013. Relativamente ao PIB, sofreu uma retração que, de acordo o Instituto Nacional de Estatística (INE), atingiu -3,2% em 2012 (-1,6% em 2011), percentagem superior às projeções do Banco de Portugal (BdP), apresentadas no Boletim Económico de Inverno de 2012, que apontavam para uma contração ligeiramente inferior, de -3,0%. Os dados do BdP e do INE são coincidentes, contudo, no que respeita ao sentido da evolução das Contas Nacionais, tendo-se optado pelo recurso aos dados emitidos pelo INE por serem os mais recentemente publicados. Observou-se em 2012 uma contração do Consumo Privado de -5,6% (-3,8% em 2011) e do Consumo Público (-4,4% em 2012 e 4,3% em 2011). A nível da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), indicador fundamental no que respeita à capacidade produtiva do país, o referido Boletim do Banco de Portugal referira uma drástica redução de -14,4%, apontando os dados

do INE para uma quebra de 13,7% (-13,8% em 2011), sendo particularmente significativa a quebra registada na FBCF do setor da Construção, da ordem dos 18,1% em 2012 (-11,4% em 2011). Neste contexto, a Procura Interna reduziu-se em 6,8% em 2012 (-5,8% em 2011).

Um dos poucos sinais positivos regista-se ao nível do comportamento da Procura Externa, dominado pelo aumento das Exportações de Bens e Serviços (+3,3% em 2012 e +7,2% em 2011) e diminuição das Importações de Bens e Serviços (-6,9% em 2012 e -5,9% em 2011).

Consequentemente, registou-se uma melhoria muito substancial do Saldo Externo de Bens e Serviços, que passou de -4,4% em 2011 para -0,5% em 2012. A Capacidade Líquida de Financiamento em 2012 fixou-se em 0,4% do PIB, enquanto que em 2011 observara-se uma Necessidade Líquida de Financiamento de 5,6%. Esta evolução positiva deveu-se em larga medida à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários. Refira-se ainda que se verificou um aumento do Saldo das Transferências de Capital e do Saldo das Transferências Correntes.

Em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB), este reduziu-se em 0,7 pontos percentuais em 2012, sendo particularmente notória a redução do VAB da Construção (-15,8% em 2012, contra -9,7% em 2011). Noutros ramos de atividade, como é o caso da Indústria, observa-se uma diminuição de 2,6% em volume, após um crescimento de 1,7% em 2011. No ramo dos Transportes e Armazenagem, Atividades de Informação e Comunicação, também se observaram quebras de volume de 2,6% e 1,6% em 2012 e 2011, respetivamente. No ramo da Agricultura, Silvicultura e Pescas, a evolução é relativamente similar à da Indústria, sendo a ordem de grandeza diversa (-1,0% em 2012 e +0,6% em 2011).

Finalmente, em termos do défice das Contas Públicas de 2012, que se estimava inicialmente em 5%, poderá atingir os 6,6% do PIB, após análise do Eurostat. A taxa de desemprego atinge, no final do ano, os 16,9% da população ativa.

Na Região Autónoma dos Açores, o ano de 2012 foi profundamente marcado pelas condições decorrentes do contexto recessivo vivido no país. Nesse sentido, a generalidade dos indicadores apresentam um decréscimo do ritmo de atividade. É o caso, desde logo, de decisões associadas a aquisições de veículos automóveis ligeiros de passageiros, cujo decréscimo de 36,9% (-26,8% em 2011) é particularmente revelador das circunstâncias de escassa liquidez e de retração por parte da procura, nomeadamente a procura privada. Do mesmo modo, em termos de licenciamento de obras, observa-se em 2012 uma contração de 35,3% (-13,5% em 2011), percentagem praticamente idêntica à relativa à venda de cimento (-35,2% em 2012 e -14,2% em 2011), segundo dados do Boletim Trimestral do Serviço Regional de Estatística (SREA) do 4.º Trimestre de 2012 e 2011.

De acordo ainda com os referidos documentos, os dados relativos a indicadores associados ao setor primário da economia apontam para um aumento de 3,4% no volume de leite entregue nas fábricas (+2,3% em 2011), bem como um ligeiro acréscimo em termos de gado bovino abatido (+0,7% em termos de peso e +3,3% em termos de número de cabeças). Em sentido contrário, contudo, o gado vivo exportado regista uma diminuição de 15,9%, em termos de peso (-2,4% em 2011), decorrente também da expansão da rede de abate na Região, que veio permitir uma alteração em termos de paradigma na exportação de carne. Também o pescado fresco descarregado registou em 2012 uma quebra significativa, da ordem dos 16,9% (-15,1% em 2011).

Nos restantes sectores, destaque para a diminuição registada no consumo de energia elétrica, que registou uma quebra da ordem dos 5,1% (-1,0% em 2011), bem como para a quebra registada no número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros da Região (-7,5% em 2012 e -0,1% em 2011). Já no que respeita ao número de passageiros desembarcados nos aeroportos dos Açores, observou-se uma quebra de 4% em 2012, enquanto que em 2011 verificara-se um aumento de 1,8% face ao ano anterior.

Neste contexto, o conjunto dos portos dos Açores apresenta, em 2012, um decréscimo no Volume de Negócios de 12,25%, decorrente de um decréscimo de 15,22% no número de navios e embarcações e sensivelmente abaixo dessa percentagem no peso das mercadorias movimentadas (-14,88%). Embora com um diminuto impacto em termos de rendimento, será de referir como facto relevante a evolução positiva em termos de náutica de recreio, com um aumento do número de embarcações de 7,32%, como resultado da expansão da capacidade em termos de lugares de amarração.

4.2. Atividade portuária

4.2.1. Movimento de navios e embarcações

A evolução registada em 2012 em termos de movimento de navios e embarcações apresenta uma diminuição de alguma forma relevante, que ultrapassa os 15% face ao número de entradas registado no ano anterior. Em termos de arqueação bruta, a evolução é diferente, tendo-se verificado uma variação negativa relativamente menor, da ordem dos 11%, enquanto que no que respeita ao número de dias de estadia dos navios e embarcações, observa-se também um decréscimo, mas nesse caso próximo dos 10%, face aos valores registados em 2011.

Para este resultado contribui de modo muito direto a reorganização efetuada pelo conjunto de operadores de transporte marítimo na cabotagem insular, que reduziram, desde o início de 2012, o número de escalas em portos açorianos em mais de 15%, continuando a cumprir, de qualquer modo, com as obrigações de serviço público, estabelecidas no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro de 2006. Em alguns casos, nomeadamente os portos da Horta e São Roque do Pico, a redução prevista atingia 50% das escalas regulares de navios porta-contentores.

Relativamente ao número absoluto de entradas nos diferentes portos, registo para um total de 2.974 navios e embarcações entrados em 2012 nos portos açorianos, menos 534 do que em 2011. Essa diminuição foi, de certo modo, generalizada, não obstante algumas variações particularmente relevantes, como é o caso do porto da Praia da Vitória (-32,89%), porto de São Roque do Pico (-16,30%) e porto da Horta (-14,36%). Em sentido contrário, para além da duplicação do número de escalas no porto de Angra do Heroísmo, de cinco para 10 navios de passageiros e cruzeiros, de referir o acréscimo de 2,8% observado no número de escalas no porto de Velas.

Se, no caso dos portos da Horta e de São Roque do Pico, as quebras registadas em 2012 decorrem sobretudo do já referido ajustamento das escalas efetuado pelos operadores de transporte marítimo a nível da cabotagem insular, no porto da Praia da Vitória, a diminuição acentuada decorre do menor número de navios de granel, nomeadamente os cimenteiros (-17,65%), para além da quebra abrupta no número de operações efetuadas pela embarcação afeta à dragagem de inertes.

O porto de Ponta Delgada, com 950 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 32% do total de navios e embarcações entrados nos portos do arquipélago dos Açores.

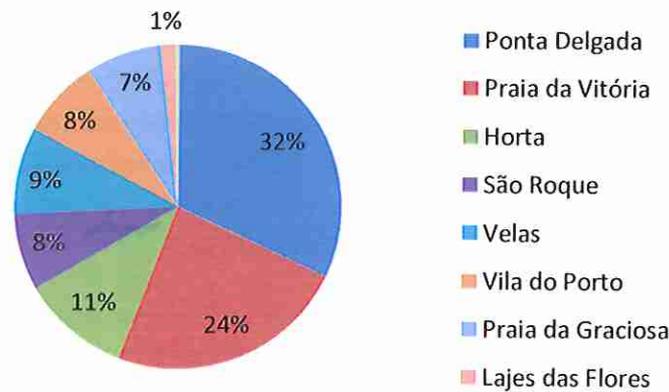
Quadro 1: Navios e embarcações entrados

Portos	2012	2011	Var.%
Ponta Delgada	950	1.049	-9,44%
Praia da Vitória	708	1.055	-32,89%
Horta	322	376	-14,36%
São Roque	226	270	-16,30%
Velas	257	250	2,80%
Vila do Porto	235	231	1,73%
Praia da Graciosa	221	227	-2,64%
Lajes das Flores	45	45	0,00%
Angra do Heroísmo	10	5	100,00%
Total	2.974	3.508	-15,22%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Segue-se o porto da Praia da Vitória, com 24% do número de entradas e o porto da Horta, com cerca de 11%. Os restantes portos apresentam um número de escalas relativamente diminuto, que não atinge, em nenhum dos casos, os 10% do total de entradas.

Gráfico 1: Navios e embarcações entrados em 2012

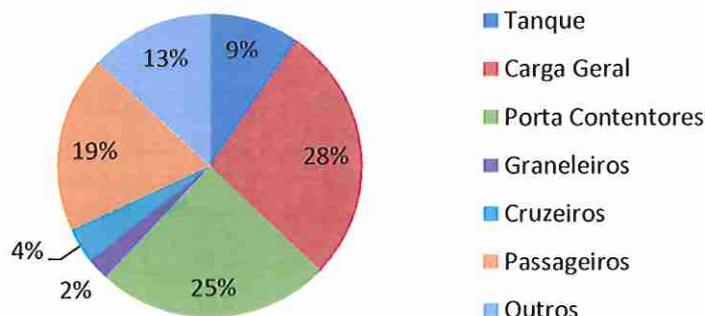


Em termos de tipologia, destaque para os navios e embarcações de carga geral, que constituem, neste momento, o principal tipo de navio ou embarcação nos portos do arquipélago, em oposição ao verificado em anos anteriores, em que os navios porta-contentores constituíam o principal tipo de navio. Esta é outra forma de interpretar o reflexo do já referido impacto da reorganização das escalas efetuada pelos armadores de cabotagem insular no início de 2012.

Neste contexto, os navios e embarcações de carga geral, em que se destacam muito particularmente as embarcações afetas ao tráfego local, passaram a registar um peso relativo de cerca de 28% do total de escalas. Em portos como os da Praia da Graciosa e Vila do Porto, as escalas deste tipo de embarcações representam à volta de 40% do total de escalas, o que demonstra a relevância deste tráfego para algumas

ilhas, decorrente sobretudo do facto das escalas de navios porta-contentores ocorrerem apenas com uma frequência quinzenal.

Gráfico 2: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2012



Os navios de passageiros, excluindo navios de cruzeiro, representam cerca de 19% do total de escalas (16,5% em 2011), não obstante a diminuição em termos absolutos do número de escalas. Predominam neste tipo de navio, os afetos às ligações interilhas, a cargo da empresa Atlânticoline, S.A.. A atividade exercida por esta empresa encontra-se abrangida por um contrato de gestão de serviço de interesse económico geral, celebrado com o Governo Regional dos Açores e o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, em novembro de 2005, por um prazo de 10 anos.

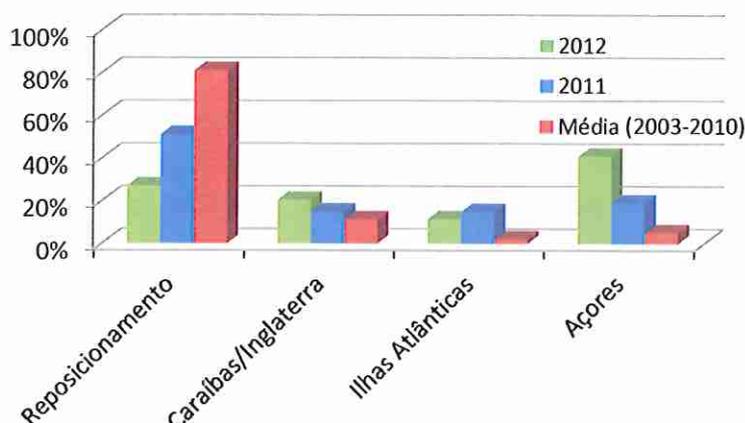
Relativamente aos navios de cruzeiro, atingem praticamente 4% do total de entradas nos portos dos Açores, registando, face aos totais de 2011, um crescimento de quase 30 escalas. Confirma-se portanto o potencial deste segmento, que registará ainda uma significativa margem de crescimento futuro. Neste caso, predominam as escalas no porto de Ponta Delgada, com 65 escalas, seguindo-se o porto da Horta, com 20 e o porto de Angra do Heroísmo, com 8 escalas. Neste último porto, bem como em todos os restantes, há um claro predomínio de operações de cruzeiros temáticos com itinerários interilhas, decorrente da dimensão das infraestruturas portuárias, relativamente mais exíguas do que as existentes em Ponta Delgada e Horta, com exceção do porto da Praia da Vitória.

As viagens efetuadas no âmbito destes cruzeiros temáticos no arquipélago têm, habitualmente, uma duração de cerca de oito dias, envolvendo uma componente cultural e formativa, mediante programas em áreas do conhecimento diretamente relacionadas com o destino da viagem. Este tipo de operações constitui-se como um segmento muito importante para alguns portos, em oposição aos itinerários protagonizados pelos mega-paquetes, que escalam sobretudo o porto de Ponta Delgada, devido à dimensão da infraestrutura portuária.

A este respeito, de referir a progressiva alteração em termos do perfil de itinerários com escala nos portos dos Açores, em que os itinerários classificados na categoria de “Reposicionamento” registam uma drástica redução, sendo compensados pelos itinerários “Açores” e “Caraíbas/Inglaterra”, mas sobretudo com o primeiro. Este facto parece apontar para o aparecimento e consolidação de novos itinerários na indústria de cruzeiros, nomeadamente no que se refere à integração do arquipélago, como porto de escala, em tais itinerários, fruto da promoção efetuada ao longo dos últimos anos, particularmente nas feiras *Seatrade* de Miami e Europa.



Gráfico 3: Perfil das escalas de navios de cruzeiro em 2012



Em termos de categoria predominante dos navios de cruzeiro que escalaram os portos do arquipélago dos Açores, a categoria *standard*, tendo como referência o conteúdo da publicação *Berlitz Complete Guide to Cruising & Cruise Ships*, é a que se destaca, com cerca de 50% dos navios.

Os outros tipos de navios e embarcações envolvem os mais diversos tipos de operações, sendo de destacar a preponderância de embarcações de extração de inertes, que operam em locais previamente definidos e mediante licenciamento emitido pela Direção Regional dos Assuntos do Mar. Outros tipos de operações, como sejam as escalas de embarcações de pesca, com particular relevância no porto da Horta (89 escalas), também se enquadram aqui. Em 2012 o conjunto destes navios e embarcações representou 13% do total de escalas, bastante menos do que em 2011, cuja percentagem se situava nos 19%.

Por último, referência aos graneleiros, onde se incluem navios tanque e de granéis sólidos, cujo peso conjunto manteve-se constante, à volta do 12% em 2012 e 2011.

No que diz respeito à dimensão, medida em unidades de GT (*gross tonnage*), conforme já referido, constata-se uma evolução relativamente menos desfavorável do que a observada no número de entradas, sendo a diminuição em 2012, face a 2011, de 11,34%.

Quadro 2: Dimensão dos navios e embarcações entrados

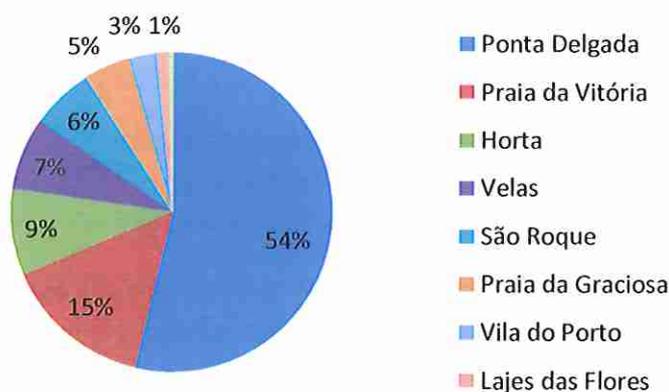
Portos	Unidade: '000Gross tonnage (GT)		
	2012	2011	Var. %
Ponta Delgada	8.469	9.393	-9,83%
Praia da Vitória	2.340	2.813	-16,80%
Horta	1.387	1.915	-27,56%
Velas	1.151	1.052	9,40%
São Roque	1.006	1.130	-11,00%
Praia da Graciosa	712	728	-2,17%
Vila do Porto	453	511	-11,29%
Lajes das Flores	182	212	-14,27%
Angra do Heroísmo	66	29	131,11%
Total	15.766	17.782	-11,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tendo em conta a variação registada no número de entradas, observa-se um aumento da dimensão média das embarcações, da ordem dos 4,6%. Contribui para esse facto, o número e dimensão dos navios de cruzeiro com escala nos portos principais do arquipélago, muito particularmente no porto de Ponta Delgada.

Em 2012, o porto de Ponta Delgada apresenta mais de metade do total de arqueação bruta de todos os navios entrados nos portos dos Açores, medida em unidades GT, mais precisamente 53,72%. Segue-se o porto da Praia da Vitória, com um peso relativo de 14,84%. Todos os restantes portos registam uma percentagem inferior a 10% do total de GT dos navios com escala no conjunto dos portos dos Açores.

Gráfico 4: GT de navios e embarcações entrados em 2012



Em termos de estadia, constata-se uma diminuição face ao ano anterior de 9,56%, menor do que as variações observadas em termos de número de escalas e GT dos navios. Este facto resulta sobretudo de algumas situações de estadia prolongada, como é o caso do estacionamento de algumas embarcações dedicadas à extração de inertes, bem como de navios arribados ou avariados, como é a situação relativa ao navio "Hacinin Ahmet", em processo de arresto no porto de Ponta Delgada.

Quadro 3: Estadia de navios e embarcações

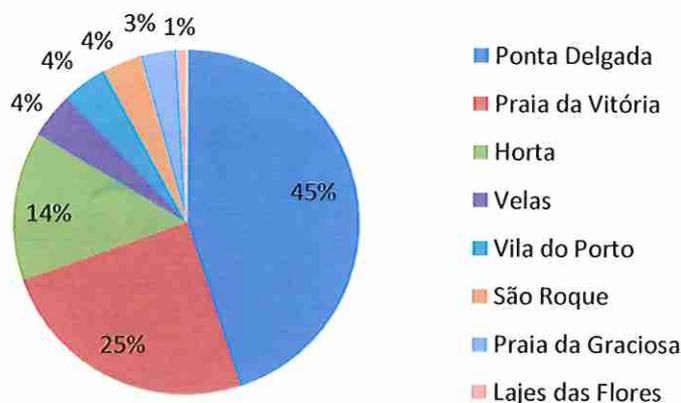
Portos	Unidade: dias		
	2012	2011	Var. %
Ponta Delgada	2.975	3.534	-15,82%
Praia da Vitória	1.632	1.890	-13,65%
Horta	925	729	26,89%
Velas	288	269	7,06%
Vila do Porto	276	257	7,39%
São Roque	242	279	-13,26%
Praia da Graciosa	227	321	-29,28%
Lajes das Flores	54	46	17,39%
Angra do Heroísmo	10	5	100,00%
Total	6.629	7.330	-9,56%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos de peso relativo dos diferentes portos, o porto de Ponta Delgada representa, aproximadamente, 45% do total de estadia dos navios no conjunto dos portos, seguindo-se o porto da Praia

da Vitória, com cerca de 25%, e o porto da Horta, com 14%. Todos os restantes portos registam um peso relativo, no que respeita às estadias de navios, igual ou inferior a 4%.

Gráfico 5: Estadia de navios e embarcações em 2012



4.2.2. Movimento de mercadorias

O total de mercadorias movimentadas no conjunto de portos do arquipélago dos Açores atingiu os 2.318 milhares de toneladas, o que representa um decréscimo de 14,88% face ao volume observado em 2011.

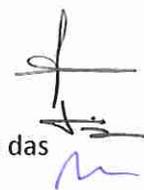
Quadro 4: Movimento total de mercadorias

Unidade: tons.

Portos	2012	2011	Var.%
Ponta Delgada	1.380.100	1.629.048	-15,28%
Praia da Vitória	580.154	697.753	-16,85%
Horta	97.860	111.519	-12,25%
São Roque	95.612	100.474	-4,84%
Velas	62.987	74.074	-14,97%
Vila do Porto	44.096	46.544	-5,26%
Praia da Graciosa	29.889	36.321	-17,71%
Lajes das Flores	26.879	27.053	-0,64%
Total	2.317.577	2.722.786	-14,88%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

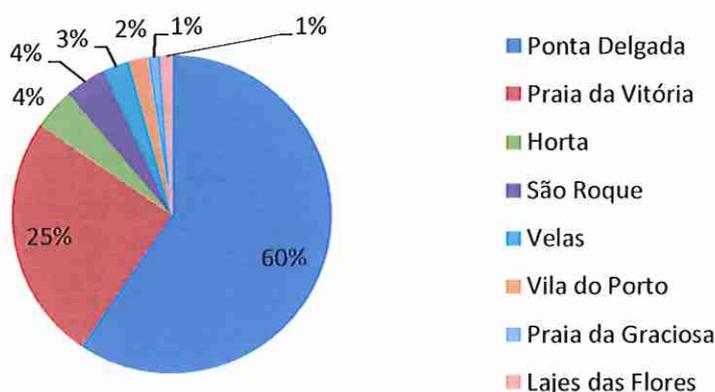
Para este facto será de considerar como principais fatores o contexto de crise económica, conforme amplamente referido atrás, para além das greves ocorridas durante o segundo semestre de 2012 e que afetaram duramente o tráfego de cabotagem entre o Continente e os Açores. Neste âmbito, será de mencionar a greve ao trabalho extraordinário registada no mês de setembro e desencadeada pelos trabalhadores afetos ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações e Juntas Portuárias, bem como do Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante, para além da greve dos estivadores, com particular incidência no porto de Lisboa, a partir de agosto e até



praticamente ao final do ano, que racionou de forma particularmente gravosa o regular abastecimento das várias ilhas do arquipélago dos Açores.

O porto de Ponta Delgada, com 1.380 milhares de toneladas, é o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 580 milhares de toneladas. No seu conjunto, ambos os portos representam praticamente 85% do total de mercadorias movimentadas no conjunto dos portos sob gestão da Portos dos Açores, S.A..

Gráfico 6: Mercadorias movimentadas em 2012



Em termos de divisão entre cargas e descargas, a evolução registada foi relativamente distinta, conforme é possível perceber pelo quadro abaixo.

Quadro 5: Movimento de mercadorias carregadas e descarregadas

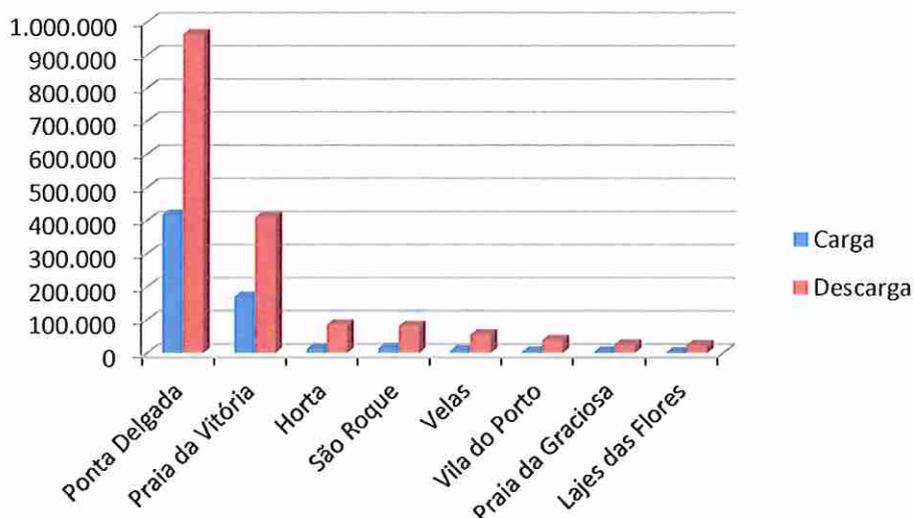
Unidade: tons.

Portos	2012			2011			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	417.267	962.833	1.380.100	524.049	1.104.999	1.629.048	-20,38%	-12,87%	-15,28%
Praia da Vitória	169.222	410.932	580.154	205.355	492.398	697.753	-17,60%	-16,54%	-16,85%
Horta	11.980	85.880	97.860	12.874	98.645	111.519	-6,94%	-12,94%	-12,25%
São Roque	14.078	81.534	95.612	14.940	85.534	100.474	-5,77%	-4,68%	-4,84%
Velas	7.171	55.816	62.987	8.032	66.042	74.074	-10,72%	-15,48%	-14,97%
Vila do Porto	4.506	39.590	44.096	6.447	40.097	46.544	-30,11%	-1,26%	-5,26%
Praia da Graciosa	4.018	25.871	29.889	6.293	30.028	36.321	-36,15%	-13,84%	-17,71%
Lajes das Flores	2.581	24.298	26.879	1.697	25.356	27.053	52,09%	-4,17%	-0,64%
Total	630.823	1.686.754	2.317.577	779.687	1.943.099	2.722.786	-19,09%	-13,19%	-14,88%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O gráfico abaixo é particularmente claro na diferença de dimensão em termo de fluxos de mercadorias entre os diferentes portos da Região Autónoma dos Açores, bem como no que respeita à desproporção entre mercadorias carregadas e descarregadas.

Gráfico 7: Toneladas de mercadorias carregadas e descarregadas em 2012



Nos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória a relação entre cargas e descargas é superior a 40% (43% e 41% respetivamente), enquanto nos restantes portos, a relação entre cargas e descargas ronda os 12%, com um máximo no porto de São Roque do Pico e um mínimo de 11% nos portos de Vila do Porto e Lajes das Flores. Para este desequilíbrio contribuem, em grande medida, os volumes de descarga de granéis líquidos, nomeadamente os produtos petrolíferos.

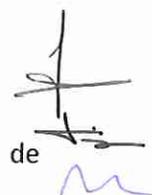
Se apenas se considerar as relações entre cargas e descargas no segmento de carga contentorizada, constata-se uma relação mais equilibrada, de cerca de 67% no conjunto dos portos do arquipélago. Contudo, também aqui se nota uma desproporção entre dois tipos de portos: os portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, com uma relação entre cargas e descargas contentorizadas de, respetivamente, 86% e 65%, e os restantes portos, em que a mesma relação é significativamente menor, nunca atingindo os 30%.

No que respeita às diferentes tipologias das operações, será de considerar como principal segmento a carga contentorizada que representa praticamente 50% do total das mercadorias movimentadas. Os restantes modos de operação correspondem aos granéis líquidos e sólidos e ainda à carga geral.

Quadro 6: Mercadorias movimentadas em 2012 por tipologia de operações

Portos	Unidade: tons.				
	Carga contentorizada	Granéis líquidos	Granéis sólidos	Carga geral	Total
Ponta Delgada	702.025	324.761	319.915	33.399	1.380.100
Praia da Vitória	259.286	99.169	149.599	72.100	580.154
Horta	51.033	26.413	3.807	16.607	97.860
São Roque	54.188	18.688	0	22.736	95.612
Velas	37.339	12.296	2.868	10.484	62.987
Vila do Porto	16.142	16.647	0	11.307	44.096
Praia da Graciosa	11.072	4.923	0	13.894	29.889
Lajes das Flores	21.011	4.764	0	1.104	26.879
Total	1.152.096	507.661	476.189	181.631	2.317.577

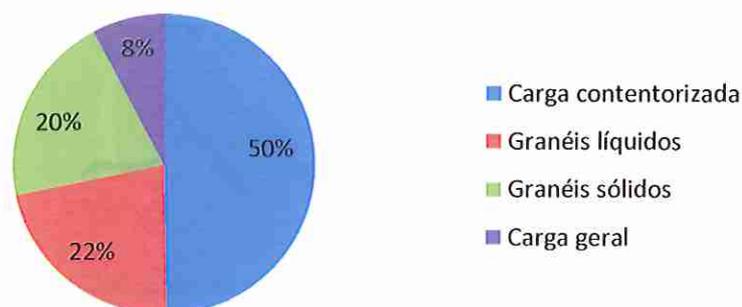
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



O quadro anterior apresenta os volumes, em toneladas, de movimentação dos vários segmentos de operações para os diferentes portos.

Seguem-se os granéis líquidos, nomeadamente combustíveis líquidos, com quase 22% do total das mercadorias, seguido dos granéis sólidos, com um peso praticamente idêntico (20%). A carga geral, associada muito particularmente a operações de tráfego local, corresponde a quase 8% das mercadorias em 2012.

Gráfico 8: Mercadorias movimentadas por tipologia de operação em 2012



Em termos de contentores movimentados, o aspeto mais importante será o número de unidades movimentadas, medido em unidades TEU² (unidades equivalentes de vinte pés), em que se regista uma variação, entre 2012 e 2011, negativa e com algum significado, da ordem dos 14%. O fenómeno de decréscimo de contentores movimentados foi relativamente geral, com particular prevalência no porto das Lajes das Flores (-18,19%) e São Roque do Pico (-17,50%). Os portos da Praia da Graciosa (com -5,26%) e das Velas (-6,60%) foram os que registaram as diminuições menos acentuadas na movimentação de contentores cheios.

Quadro 7: Movimento de contentores cheios (TEU)

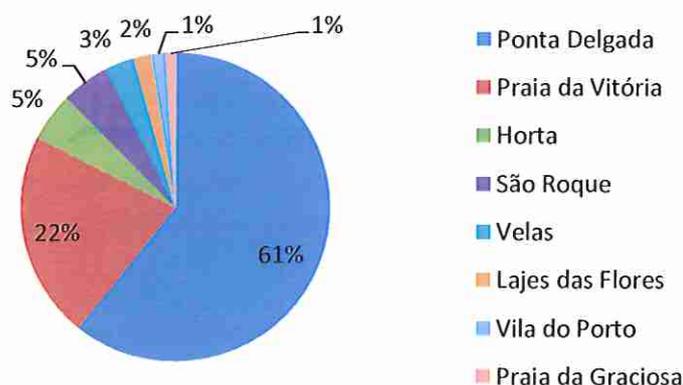
Portos	2012	2011	Var. %
Ponta Delgada	60.913	71.653	-14,99%
Praia da Vitória	21.694	24.816	-12,58%
Horta	5.132	5.998	-14,44%
São Roque	5.022	6.087	-17,50%
Velas	3.127	3.348	-6,60%
Lajes das Flores	1.849	2.260	-18,19%
Vila do Porto	1.493	1.652	-9,62%
Praia da Graciosa	1.063	1.122	-5,26%
Total	100.293	116.936	-14,23%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No gráfico a seguir é apresentado o peso relativo de cada porto neste segmento de operações no ano de 2012.

² Acrónimo de *Twenty-foot Equivalent Unit*, ou seja Unidade equivalente de 20 pés.

Gráfico 9: Movimento de contentores cheios em 2011 (TEU)



O comportamento entre cargas e descargas neste segmento é apresentado no quadro a seguir, sendo notório o facto dos contentores carregados registarem uma menor quebra do que os contentores descarregados (-11,24% contra -16,11%).

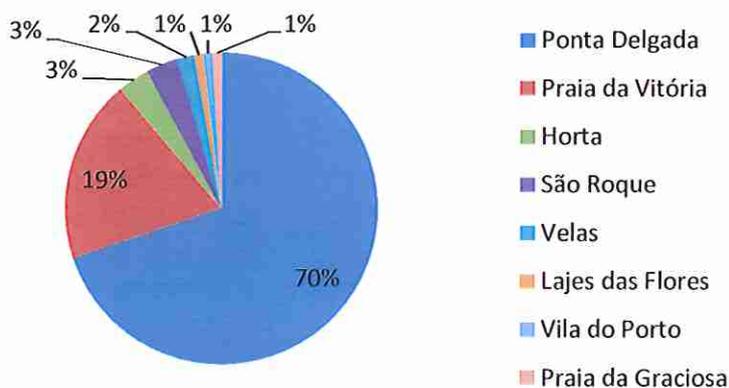
Quadro 8: Movimento de TEUs carregados e descarregados

Portos	2012			2011			Var. %		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	27.928	32.985	60.913	31.970	39.683	71.653	-12,64%	-16,88%	-14,99%
Praia da Vitória	7.590	14.104	21.694	7.726	17.090	24.816	-1,76%	-17,47%	-12,58%
Horta	1.311	3.821	5.132	1.361	4.637	5.998	-3,67%	-17,60%	-14,44%
São Roque	1.328	3.694	5.022	2.051	4.036	6.087	-35,25%	-8,47%	-17,50%
Velas	719	2.408	3.127	822	2.526	3.348	-12,53%	-4,67%	-6,60%
Lajes das Flores	353	1.496	1.849	380	1.880	2.260	-7,11%	-20,43%	-18,19%
Vila do Porto	406	1.087	1.493	467	1.185	1.652	-13,06%	-8,27%	-9,62%
Praia da Graciosa	366	697	1.063	288	834	1.122	27,08%	-16,43%	-5,26%
Total	40.001	60.292	100.293	45.065	71.871	116.936	-11,24%	-16,11%	-14,23%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Nos contentores carregados será de destacar o acréscimo registado no porto da Praia da Graciosa, em que se observou um crescimento de 27%. Em sentido contrário, o porto de São Roque do Pico registou uma quebra muito significativa, de 35%, no número de TEUs carregados.

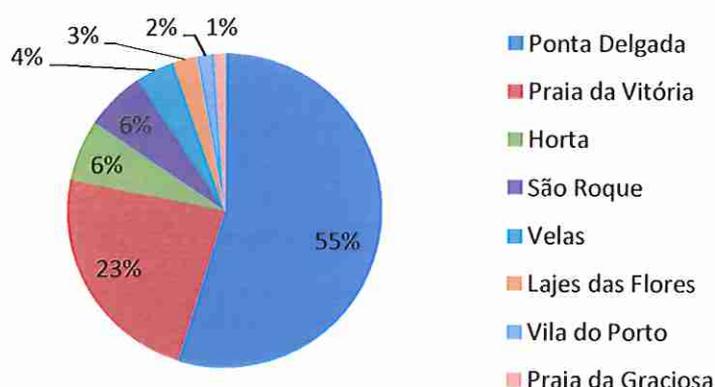
Gráfico 10: Movimento de TEUs carregados em 2012



Já em termos de descarga, as variações apresentam-se como relativamente mais uniformes, com um máximo em termos de diminuição no porto das Lajes das Flores (-20%) e um mínimo no porto das Velas de São Jorge (-5%).

O gráfico acima apresenta o peso dos vários portos em termos de contentores carregados. Observa-se um peso muito significativo no porto de Ponta Delgada, decorrente da movimentação de transshipment neste porto, atendendo a que nem todos os navios escalam a totalidade das ilhas. Nesse sentido, é necessário recorrer à transferência dos contentores para outros navios, o que faz aumentar o peso relativo do porto de Ponta Delgada.

Gráfico 11: Movimento de TEUs descarregados em 2012



Já em termos de contentores descarregados, observa-se um peso relativo menor do porto de Ponta Delgada, na ordem dos 55% e Praia da Vitória nos 23%. Similarmente, distingue-se um peso relativo superior, face aos valores registados nos TEUs carregados, nos portos da Horta, São Roque e Velas.

Outro tipo de análise é a que se prende com a tipologia de contentores, tendo por base os dados apresentados no quadro a seguir. No porto de Ponta Delgada observa-se uma proporção entre contentores cheios de 20' e 40' relativamente similar em qualquer dos anos em apreço, ao contrário do que sucede com os restantes portos, em que o contentor de 20' é o mais utilizado. O caso onde tal situação é mais flagrante é o relativo ao porto das Lajes das Flores, em que para cada contentor de 40' foram movimentados praticamente seis contentores de 20' em 2012.

Quadro 9: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	2012			2011			Var. %		
	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	19.069	20.922	60.913	24.463	23.595	71.653	-22,05%	-11,33%	-14,99%
Praia da Vitória	7.876	6.909	21.694	9.522	7.647	24.816	-17,29%	-9,65%	-12,58%
Horta	2.140	1.496	5.132	2.512	1.743	5.998	-14,81%	-14,17%	-14,44%
São Roque	1.996	1.513	5.022	2.297	1.895	6.087	-13,10%	-20,16%	-17,50%
Velas	1.483	822	3.127	1.922	713	3.348	-22,84%	15,29%	-6,60%
Lajes das Flores	1.381	234	1.849	1.612	324	2.260	-14,33%	-27,78%	-18,19%
Vila do Porto	849	322	1.493	998	327	1.652	-14,93%	-1,53%	-9,62%
Praia da Graciosa	579	242	1.063	578	272	1.122	0,17%	-11,03%	-5,26%
Total	35.373	32.460	100.293	43.904	36.516	116.936	-19,43%	-11,11%	-14,23%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Estas relações nos vários portos entre contentores de 20' e de 40' resultarão, em grande medida, da dimensão dos fluxos de tráfego para cada ilha, não sendo possível em muitos casos o recurso a unidades de maior dimensão por dificuldade de preenchimento por parte dos agentes de transporte, nomeadamente transitários e outros recebedores ou carregadores.

Em termos de granéis líquidos, no ano de 2012, observou-se uma variação negativa de 7,42%, com variações por porto muito díspares e que estarão ligadas a diferentes necessidades em termos de reposição de *stocks* de combustível. Releva-se, pela sua especificidade, o caso do porto de Vila do Porto, em que é constante ao longo dos anos um fenómeno de grandes variações anuais. Assim, em 2012 observa-se um acréscimo de mais de 30% na descarga de granéis líquidos, quando em 2011 a quebra registada havia sido em sentido inverso e na mesma ordem de grandeza.

Tal como na movimentação de contentores, também em termos de granéis líquidos o porto de Ponta Delgada funciona como plataforma de distribuição, sendo por isso o único porto com granéis líquidos carregados.

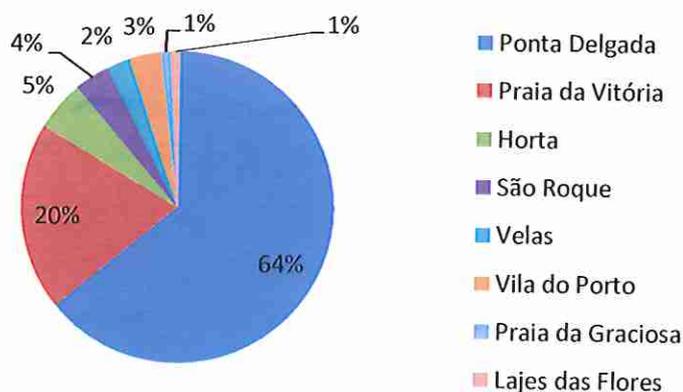
Quadro 10: Movimento de granéis líquidos

Portos	Unidade: tons.		
	2012	2011	Var.%
Ponta Delgada	324.761	376.675	-13,78%
Praia da Vitória	99.169	91.084	8,88%
Horta	26.413	28.202	-6,34%
São Roque	18.688	18.498	1,03%
Velas	12.296	12.311	-0,12%
Vila do Porto	16.647	12.723	30,84%
Praia da Graciosa	4.923	4.738	3,90%
Lajes das Flores	4.764	4.089	16,51%
Total	507.661	548.320	-7,42%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O peso relativo dos vários portos neste segmento de atividade consta do gráfico que se segue, sendo perceptível a proporção dos dois principais portos, que compreendem praticamente 85% do volume de granéis líquidos movimentados.

Gráfico 12: Movimento de granéis líquidos em 2011



Os granéis sólidos movimentados em 2012 nos portos dos Açores registaram também uma diminuição de cerca de 12%, na sequência, sobretudo, da assinalável quebra na atividade de construção civil e obras públicas.

Conforme é possível perceber pelo conteúdo do quadro que se segue, apenas alguns dos portos movimentam granéis sólidos, sobretudo associados a operações de descarga, compreendendo duas grandes famílias de produtos: os produtos diretamente associados à atividade de construção civil, como é o caso do cimento a granel (no caso do porto da Praia da Vitória) ou do clínquer e gesso, matérias-primas para o fabrico de cimento (no caso do porto de Ponta Delgada) e, por outro lado, os produtos alimentares, com particular destaque para os cereais, utilizados sobretudo na agricultura.

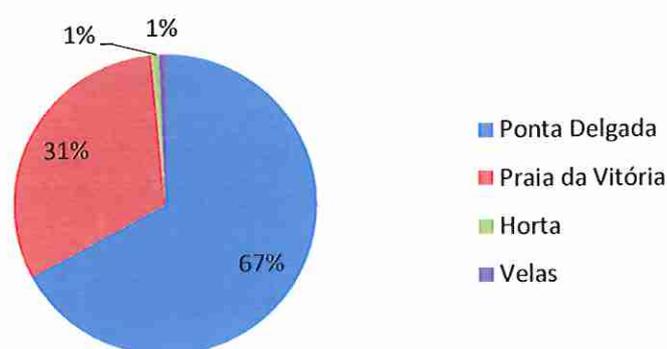
Quadro 11: Movimento de granéis sólidos

Portos	Unidade: tons.		
	2012	2011	Var.%
Ponta Delgada	319.915	350.847	-8,82%
Praia da Vitória	149.599	178.541	-16,21%
Horta	3.807	3.372	12,90%
Velas	2.868	6.593	-56,50%
Total	476.189	539.353	-11,71%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Como facto mais relevante, sublinha-se a evolução positiva observada no porto da Horta, com um aumento de quase 13% no volume de granéis sólidos movimentados, associado à descarga de peixe congelado, para posterior exportação, em contentores.

Gráfico 13: Movimento de granéis sólidos em 2012



Por último, referência à carga geral que, em 2012, registou uma variação face ao ano transato de -7,69%. Neste caso, existe um maior número de operações associado à carga e à descarga, razão pela qual se apresentam os dados respetivos.

Quadro 12: Movimento de carga geral

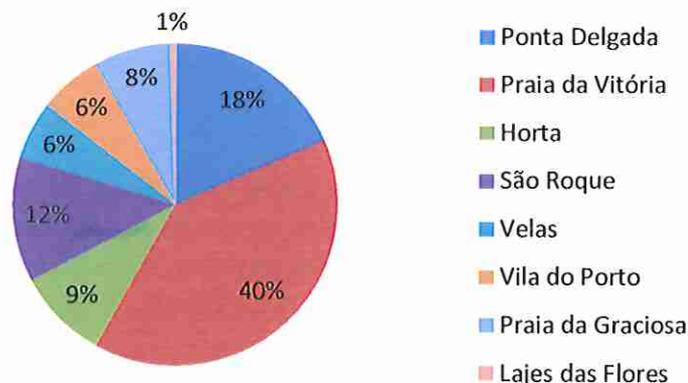
Unidade: tons.

Portos	2012			2011			Var.%		
	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	17.764	15.635	33.399	22.898	23.821	46.718	-22,42%	-34,36%	-28,51%
Praia da Vitória	67.381	4.719	72.100	66.035	3.508	69.543	-%	34,52%	3,68%
Horta	649	15.958	16.607	772	17.728	18.500	-%	-9,98%	-10,23%
São Roque	2.267	20.469	22.736	1.572	19.692	21.264	-%	3,95%	6,92%
Velas	1.291	9.193	10.484	1.579	11.129	12.708	-%	-17,40%	-17,50%
Vila do Porto	1.411	9.896	11.307	1.593	11.767	13.360	-%	-15,90%	-15,37%
Praia da Graciosa	905	12.989	13.894	1.051	12.546	13.597	-%	3,53%	2,18%
Lajes das Flores	465	639	1.104	378	700	1.078	-%	-8,71%	2,41%
Total	92.133	89.498	181.631	95.878	100.891	196.768	-3,91%	-11,29%	-7,69%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Esta componente das mercadorias movimentadas nos portos está muito intimamente ligada às operações de embarcações de tráfego local, bem como a cargas avulsas em navios porta-contentores, sendo muito particularmente expressiva nos portos do Grupo Central do arquipélago. O gráfico a seguir ilustra esse facto, observando-se uma repartição pelos diversos portos mais homogénea do que noutros segmentos de cargas.

Gráfico 14: Movimento de carga geral em 2012



O porto da Praia da Vitória, com 40% do total de carga geral movimentada (35% em 2011), assume de forma incontestável a posição de principal porto em termos deste tipo de carga, associado às operações de tráfego local no Grupo Central. Este facto está particularmente em destaque, atendendo a que se trata do único porto que apresenta, neste segmento, um volume de mercadoria carregadas substancialmente mais elevado do que o volume de mercadoria descarregada.

4.2.3. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros no conjunto dos portos açorianos atingiu, tal como já se verificara em 2011 e 2010, um valor superior a um milhão de passageiros. Relativamente ao ano anterior, o ano de 2012 regista uma quebra de 3,7%, de 1.059 milhares de passageiros para 1.020 mil passageiros. De referir que, para

efeitos de registo de movimento de passageiros, os fluxos de passageiros são contabilizados pela utilização de infraestruturas portuárias.

O movimento de passageiros poderá ser dividido em dois tipos distintos de operações: uma referente a passageiros em navios de cruzeiro, com preponderância clara para o porto de Ponta Delgada (cerca de 85% do total de passageiros neste segmento) e outra, relativa às ligações marítimas interilhas, efetuada pelas empresas Atlânticoline e Transmaçor. De relevar, neste contexto, a importância das operações efetuadas pela Transmaçor durante todo o ano entre as ilhas de Faial e Pico. Esta ligação, abrangendo os portos da Horta e Madalena, localidades que distam cerca de 7,5 quilómetros, representou, em 2012, 72% do volume de passageiros interilhas.

Quadro 13: Movimento de passageiros

Tipo de operação	2012	2011	Var. %
Operações interilhas	916.954	972.298	-5,69%
Operações em cruzeiros	102.881	87.009	18,24%
Total	1.019.835	1.059.307	-3,73%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O quadro anterior apresenta os dados relativos aos dois segmentos, sendo de realçar a ligeira quebra, de cerca de 5%, observada no volume de passageiros em ligações interilhas e o crescimento assinalável no número de passageiros em navios de cruzeiro com escala nos portos dos Açores, muito próximo dos 20%.

4.2.3.1. Cruzeiros

As operações de navios de cruzeiros revelam na atualidade um ritmo de crescimento extremamente significativo, contribuindo para a dinamização das cidades portuárias do arquipélago, sobretudo no caso de Ponta Delgada e, em menor grau e mais recentemente, da cidade da Horta. Como ilustração desse ritmo de crescimento, será de referir que o número de escalas contabilizadas em 2012 nos diferentes portos açorianos correspondeu ao dobro do número de escalas de 2006, o equivalente a uma taxa de variação média anual da ordem dos 15%.

Para além disto, não obstante a sazonalidade das operações de navios de cruzeiros, as mesmas permitem uma atenuação da sazonalidade no setor dos passageiros, atendendo à predominância das operações dos navios de passageiros interilhas durante o período de verão, quando as condições de mar são mais favoráveis. Esta complementaridade permite uma menor sobrecarga sobre as infraestruturas portuárias.

Em termos do peso relativo de cada porto no segmento de passageiros em viagens de cruzeiro, o porto de Ponta Delgada conta, conforme referido acima, com praticamente 85% do número total de passageiros deste segmento, sendo que em 2011 o peso relativo deste porto atingia os 90%.

Esta diminuição do peso relativo do porto de Ponta Delgada decorre do crescimento registado no porto da Horta que, com o seu novo terminal marítimo, inaugurado em julho de 2012, obteve um crescimento assinalável, da ordem dos 260%, passando de menos de 2.852 passageiros, em 2011, para 10.245 passageiros, em 2012.

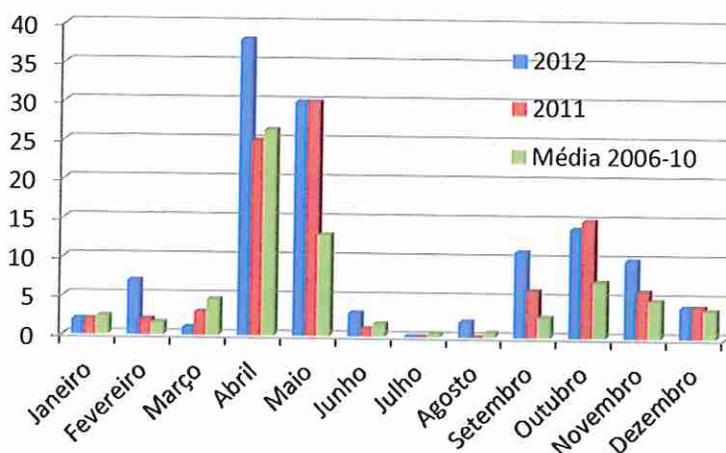
Quadro 14: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Portos	2012	2011	Var.%
Ponta Delgada	86.942	78.609	10,60%
Horta	10.245	2.852	259,22%
Praia da Vitória	2.907	3.729	-22,04%
Angra do Heroísmo	738	244	202,46%
Velas	443	303	46,20%
Praia da Graciosa	407	213	91,08%
Vila do Porto	380	389	-2,31%
São Roque	349	235	48,51%
Lajes das Flores	206	145	42,07%
Corvo	206	145	42,07%
Madalena	58	145	-60,00%
Total	102.881	87.009	18,24%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A análise da evolução mensal das escalas de navios de cruzeiro permite concluir que são os meses de Abril e Maio os principais meses de operação, representando entre 50 e 60% do total de escalas (55,74% em 2012 e 58,51% em 2011).

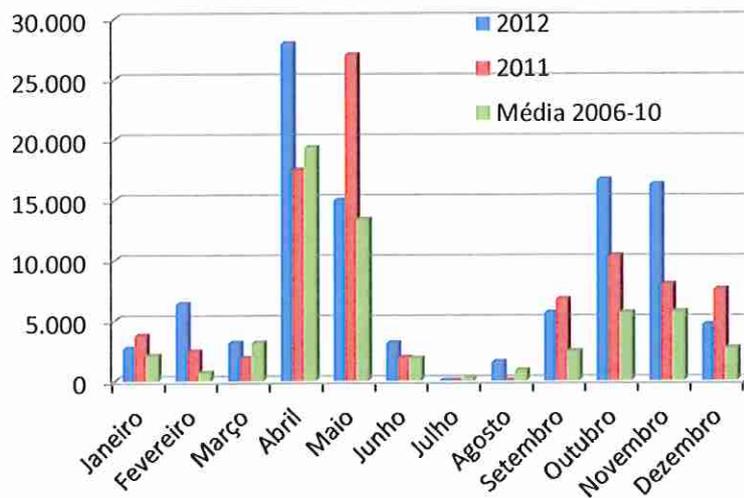
Gráfico 15: Escalas de navios de cruzeiro



Em termos de número de passageiros em navios de cruzeiros, a conclusão é relativamente similar, sendo, contudo, perceptíveis alguns factos, nomeadamente o acréscimo registado no número de passageiros movimentados nos meses de outubro e novembro de 2012, face aos anos anteriores, bem como, ainda, a antecipação dos fluxos de maio de 2011 para abril, no ano de 2012.

[Handwritten signature]

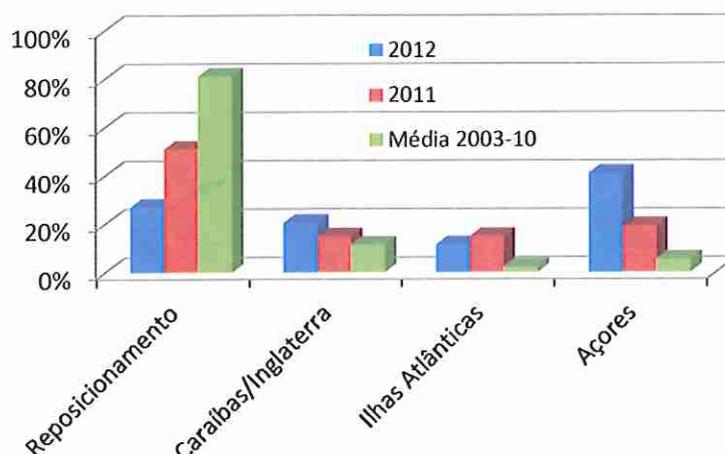
Gráfico 16: Passageiros em escalas de navios de cruzeiro



Tal como se observara no ano anterior, em 2012 sobressai o fenómeno de perda relativa das escalas de reposicionamento, surgindo já um outro perfil, dominado por escalas em portos açorianos integradas em programas em que estes portos se posicionam como destino, conforme se pode constatar pela leitura do gráfico abaixo.

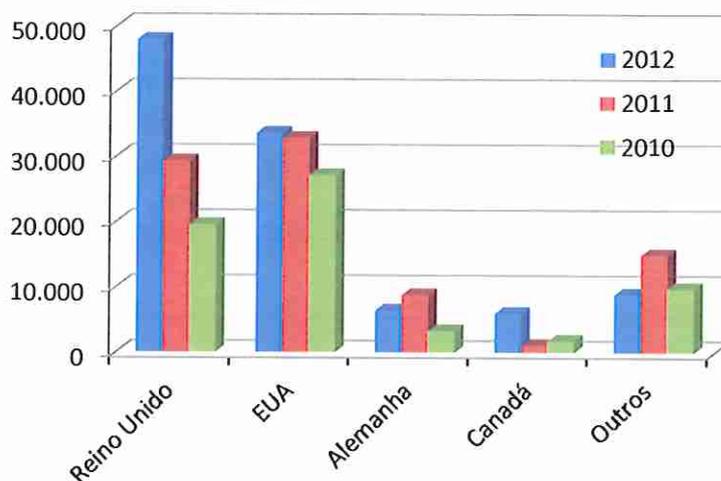
Este é um facto a destacar, revelador do crescente interesse da indústria de cruzeiros por novos destinos, em que o arquipélago dos Açores poderá constituir uma alternativa, a par de outros arquipélagos menos conhecidos, como é exemplo de Cabo Verde. Também as operações ligando diretamente as ilhas britânicas às Caraíbas são um segmento com crescente relevância, sendo o arquipélago um ponto de passagem estratégico. Em 2012 este segmento representa já quase 20% das escalas de navios de cruzeiro.

Gráfico 17: Perfil relativo de escalas de navios de cruzeiro



As principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro são, por ordem decrescente de importância, a britânica e norte-americana, que representaram em 2012, no conjunto, praticamente 80% do total de passageiros. Esta percentagem é a mais elevada dos últimos três anos pois que, em 2011 e 2010, estas duas nacionalidades corresponderam a 71% e 76%, respetivamente.

Gráfico 18: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro



Outro facto a destacar prende-se com o crescimento acentuado registado no número de passageiros de nacionalidade britânica que cresceu 145% no espaço de dois anos, ou seja, entre 2010 e 2012, em grande medida como consequência da já referenciada alteração no perfil das escalas, em que os cruzeiros com itinerário entre Caraíbas e Inglaterra registam relevância crescente, conforme se poderá constatar no gráfico acima.

4.2.3.2. Interilhas

Relativamente às ligações interilhas, em navios *ferry*, que transportam também viaturas, ou embarcações exclusivamente para passageiros, observam-se valores relativamente estacionários no número de passageiros movimentados, conforme demonstra o quadro seguinte, não obstante algumas situações de decréscimo mais acentuado, como é o caso do porto de Ponta Delgada, Vila do Porto e Praia da Graciosa.

Quadro 15: Movimento de passageiros em viagens interilhas

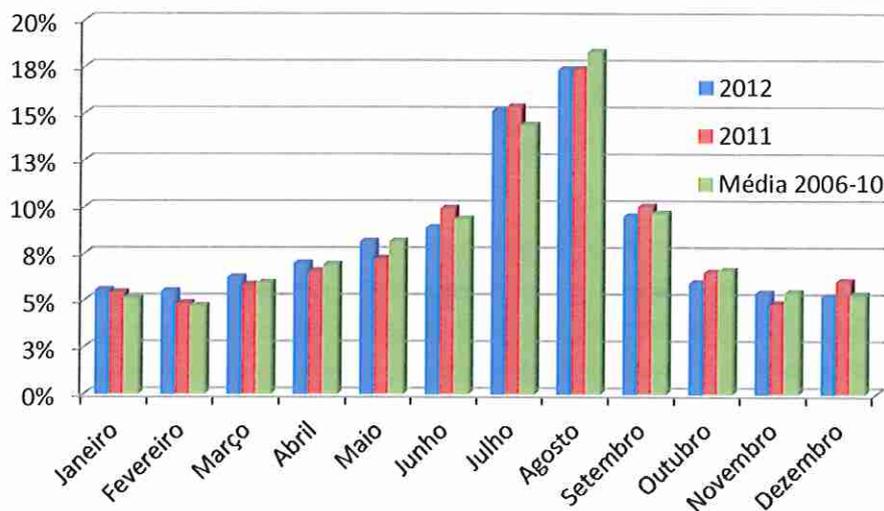
Portos	2012	2011	Var. %
Horta	358.685	377.712	-5,04%
Madalena	331.021	349.392	-5,26%
Velas	64.498	63.631	1,36%
São Roque	46.528	47.411	-1,86%
Praia da Vitória	40.131	45.370	-11,55%
Ponta Delgada	37.694	43.977	-14,29%
Vila do Porto	18.550	22.432	-17,31%
Praia da Graciosa	10.533	12.619	-16,53%
Lajes das Flores	4.902	5.225	-6,18%
Corvo	3.630	3.722	-2,47%
Calheta	782	807	-3,10%
Total	916.954	972.298	-5,69%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De destacar os portos da Horta e da Madalena, que representam, no conjunto, à volta de 72% do total de passageiros movimentados em todos os portos neste segmento. Trata-se, portanto, de uma ligação muito relevante no contexto das ligações interilhas, cuja operação decorre ao longo de todo o ano.

O gráfico seguinte apresenta a evolução mensal com base em dados dos anos de 2006 a 2012 para esta ligação marítima, sendo notória a predominância dos meses de verão, nomeadamente Julho e Agosto, que representam, no conjunto, 33% do total anual de passageiros desta ligação marítima.

Gráfico 19: Movimento de passageiros na ligação Horta-Madalena



Outro aspeto a destacar é o que se prende com o facto do volume se distribuir de modo idêntico ao longo dos anos, sem variações dignas de nota, o que demonstra a existência de um volume relativamente fixo de passageiros durante todo o ano e para o período considerado, à volta dos 18.000 passageiros mensais.

4.2.4. Extração de inertes

Para além das atividades referidas nos pontos anteriores, os portos do arquipélago apresentam-se também como importantes meios no início do processo de comercialização de inertes extraídos do mar para abastecimento do mercado da construção civil, uma vez que é nos portos que os materiais em causa são descarregados.

A atividade de extração de inertes em áreas do domínio público marítimo do mar territorial e na faixa costeira está sujeita à obtenção de licença prévia, a emitir pelo departamento da administração pública regional autónoma competente em matéria de ambiente, sendo aplicável o disposto do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março.

Em 2012 observa-se uma diminuição acentuada no volume de inertes descarregados, em resultado da quebra registada nos últimos anos na atividade de construção civil.

Quadro 16: Descarga de inertes

Unidade: tons.

Ilhas	2012	2011	Var. %
Terceira	31.136	67.832	-54,10%
São Miguel	11.104	24.950	-55,50%
Pico	10.340	9.812	5,38%
Faial	6.190	10.761	-42,48%
Graciosa	3.670	3.964	-7,42%
Santa Maria	3.046	4.553	-33,10%
Corvo	2.052	648	216,67%
Flores	1.854	3.083	-39,86%
São Jorge	216	778	-72,24%
Total	69.608	126.381	-44,92%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No ano de 2012 foram extraídas praticamente 70 mil toneladas de inertes, o que corresponde a uma diminuição de mais de 40% face aos valores de 2011. Observam-se, contudo, algumas exceções, como é o caso do volume de inertes descarregados nos portos da ilha do Pico e também na ilha do Corvo.

4.3. Atividade não portuária

4.3.1. Enquadramento

As atividades englobadas nesta secção envolvem diversas componentes, com particular destaque para a náutica de recreio, que registou um acréscimo muito significativo no número de escalas de embarcações de recreio, da ordem dos 7%, após um aumento muito substancial da capacidade de oferta nos últimos anos, muito particularmente em 2008, com a entrada em funcionamento de novas infraestruturas, como é o caso dos núcleos de recreio náutico das Lajes do Pico, Velas e Vila do Porto, ou ainda a ampliação da capacidade na marina de Ponta Delgada, com a entrada em funcionamento da marina das Portas do Mar. Mais recentemente, registou-se a entrada em funcionamento do núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores, relativamente ao qual apresentam-se, pela primeira vez, elementos estatísticos.

A Portos dos Açores, S.A. desenvolve ainda outras atividades, como sejam a gestão de infraestruturas e espaços não portuários, com particular destaque para o complexo Portas do Mar, em Ponta Delgada, com múltiplos espaços comerciais, e as áreas do Porto de Pipas, em Angra do Heroísmo, responsáveis por uma parte muito significativa dos rendimentos obtidos em atividades não portuárias. O novo Terminal de Passageiros da Horta possui também alguns espaços comerciais que se enquadram nesta área de negócio.

O conjunto destas atividades apresenta-se portanto como uma componente predominantemente de lazer, diretamente associada ao turismo, como é o caso do turismo náutico e outras atividades complementares, como sejam a gestão de espaços comerciais e piscinas. O impacto destas infraestruturas de náutica de recreio é particularmente visível em termos da dinamização da atividade de observação de cetáceos e mergulho.

Tendo em conta a relevância da ligação entre as áreas portuárias e as comunidades urbanas que as circundam, particularmente no caso de Ponta Delgada, após a construção do projeto Portas do Mar, foi desenvolvida uma ação de responsabilidade social, consubstanciada na celebração de um protocolo de colaboração com a Polícia de Segurança Pública, através do qual a Portos dos Açores, S.A. entregou duas bicicletas e respetivo equipamento devidamente caracterizado, para apoio ao policiamento velocipédico a cargo dessa entidade.

No ano de 2012, os indicadores apontam para uma relativa consolidação da utilização dos espaços comerciais existentes, sendo para o efeito determinante o melhoramento das condições oferecidas aos clientes, nomeadamente com a cobertura das áreas de acesso aos espaços comerciais nas Portas do Mar.

4.3.2. Náutica de recreio

A gestão das infraestruturas de apoio à náutica de recreio é uma atividade relativamente importante no contexto operacional da Portos dos Açores, S.A., correspondendo ao aproveitamento das bacias portuárias de alguns dos portos comerciais ou de áreas costeiras particularmente protegidas, como é o caso do porto de recreio das Lajes do Pico.

Durante o ano de 2012, escalaram os portos de recreio geridos pela Portos dos Açores, S.A. 3.298 embarcações de recreio não locais, o que corresponde a um aumento face ao ano anterior de 7,32%.

A marina da Horta, com um crescimento de 6% em 2012, é, de longe, a principal infraestrutura nesta atividade, registando habitualmente um número de entradas não locais superior a um milhar. Em 2012 registou 1.231 entradas de embarcações não locais, o correspondente a 37% do total de embarcações dos diferentes portos de recreio explorados pela Portos dos Açores, S.A..

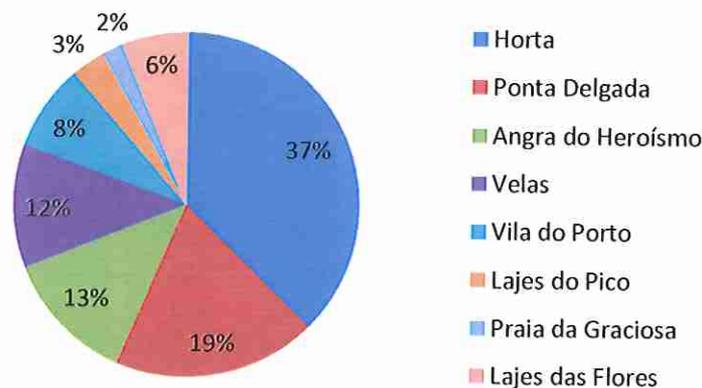
Quadro 17: Movimento de embarcações de recreio não locais

Portos	2012	2011	Var.%
Horta	1.231	1.161	6,03%
Ponta Delgada	630	598	5,35%
Angra do Heroísmo	412	464	-11,21%
Velas	383	430	-10,93%
Vila do Porto	266	266	0,00%
Lajes das Flores	206	0	-%
Lajes do Pico	105	91	15,38%
Praia da Graciosa	65	63	3,17%
Total	3.298	3.073	7,32%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Segue-se a marina de Ponta Delgada que, em 2012, ultrapassou pela primeira vez as 600 embarcações não locais, com um crescimento face ao ano transato de 5%. As infraestruturas ligadas à náutica de recreio de Angra do Heroísmo e Velas, ambas com um número de entradas relativamente próximo, representam, cada qual, 12% do número de entradas, registando ambas decréscimos superiores a 10% face a 2011. Registo ainda para o núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores, que apresenta um volume muito significativo de escalas, decorrente do facto de ser a primeira estrutura do género que se encontra para quem efetua a travessia marítima do Atlântico norte, vindo do continente americano.

Gráfico 20: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2012



Relativamente ao número de tripulantes, em 2012 foram contabilizados 12.574 tripulantes de embarcações de recreio, um acréscimo de 3,7% face aos valores registados em 2011 e que constituíram um aumento substancial, de 19% face ao volume de tripulantes observado em 2010.

A marina da Horta, por longa tradição o principal porto de recreio do arquipélago, contando também com uma das maiores infraestruturas em termos de postos de amarração, registou em 2012 um total de cerca de 5.788 tripulantes, o que representa 46% dos tripulantes registados no conjunto dos portos de recreio geridos pela Portos dos Açores, S.A.. Apesar do forte crescimento verificado na Marina de Ponta Delgada, o volume de tripulantes na Marina da Horta mantém-se superior ao dobro dos tripulantes com entrada registada naquela marina.

Quadro 18: Tripulantes em embarcações de recreio não locais

Portos	2012	2011	Var.%
Horta	5788	5.849	-1,04%
Ponta Delgada	2237	1.724	29,76%
Velas	1537	1.982	-22,45%
Angra do Heroísmo	1373	1.391	-1,29%
Vila do Porto	681	715	-4,76%
Lajes das Flores	486	0	-%
Praia da Graciosa	199	255	-21,96%
Lajes do Pico	273	209	30,62%
Total	12.574	12.125	3,70%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O quadro seguinte apresenta as principais nacionalidades, agrupadas, em alguns casos, por áreas geográficas. São apresentados os países ou áreas geográficas que, individualmente registaram em 2012 uma percentagem do total superior a 4%.

Será de referir que o peso relativo dos países ou áreas geográficas detalhados no quadro permanece praticamente inalterado nos anos de 2012 e 2011, ou seja, à volta dos 85%, tal como se havia registado, de resto, em 2010, não obstante algumas variações significativas em termos de algumas nacionalidades, como é o caso da francesa e da alemã, cujos acréscimos ultrapassaram, individualmente, os 20%.

Quadro 19: Principais nacionalidades das embarcações de recreio não locais

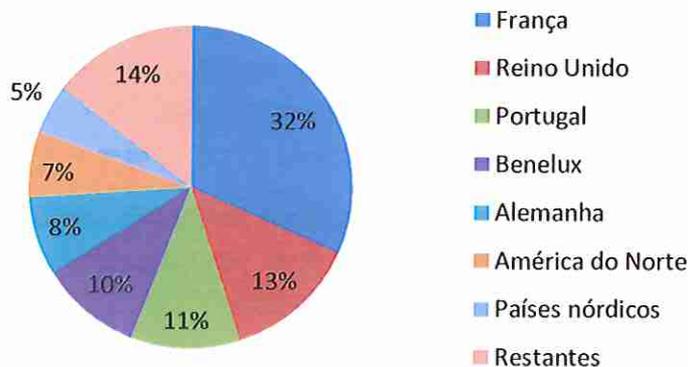
	2012	2011	Var.%
França	1042	865	20,46%
Reino Unido	441	518	-14,86%
Portugal	362	339	6,78%
Benelux	333	296	12,50%
Alemanha	261	187	39,57%
América do Norte	219	196	11,73%
Países nórdicos	161	169	-4,73%
Restantes	479	503	-4,77%
Total	3.298	3.073	7,32%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Ainda em termos de nacionalidades, será de registar a importância das embarcações francesas e britânicas, que representam, no conjunto, cerca de 45% do total de embarcações com escala nos portos de recreio geridos pela Portos dos Açores, S.A., percentagem relativamente semelhante à registada em 2011. Contudo, registo para o aumento de peso das embarcações francesas que representaram, em 2012, mais

de 30% do total de embarcações não locais com escala nas marinas e portos de recreio sob gestão da Portos dos Açores, S.A..

Gráfico 21: Nacionalidade das embarcações de recreio não locais em 2012



O quadro seguinte apresenta o peso relativo dos dois principais países de registo das embarcações com escala em 2012 nos portos de recreio da Portos dos Açores, S.A.: França e Reino Unido.

Quadro 20: Embarcações francesas e britânicas por porto de recreio em 2012

Portos	Total	França	Reino Unido	%
Horta	1.231	391	219	49,55%
Ponta Delgada	630	214	80	46,67%
Angra do Heroísmo	412	112	52	39,81%
Velas	383	100	39	36,29%
Vila do Porto	266	73	23	36,09%
Lajes das Flores	206	104	16	58,25%
Lajes do Pico	105	23	7	28,57%
Praia da Graciosa	65	25	5	46,15%
Total	3.298	1.042	441	44,97%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.3.3. Dominial

A área de negócio enquadrada neste segmento contempla um conjunto de atividades complementares, em que se destaca a gestão de espaços comerciais, com particular destaque para o complexo das Portas do Mar, em Ponta Delgada, Porto de Pipas, em Angra do Heroísmo e, mais recentemente, o Terminal de Passageiros da Horta.

As infraestruturas em apreço contemplam 26 estabelecimentos comerciais nas Portas do Mar e sete no Porto de Pipas, maioritariamente vocacionados para a área da restauração e lazer. O Terminal de Passageiros da Horta, conta ainda com alguns estabelecimentos para serviços de apoio aos passageiros que utilizam a infraestrutura.

4.3.4. Piscinas

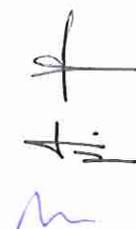
As áreas de negócio complementares incluídas neste ponto dizem respeito a atividades de exploração do complexo de piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada. As instalações encontram-se abertas durante o período de verão, normalmente entre os meses de julho e setembro. Em 2012, o período de abertura foi mais reduzido, ou seja durante três meses em vez dos quatro dos últimos anos, devido às condições climatéricas relativamente desfavoráveis.

Apresentam-se a seguir alguns indicadores sobre a atividade em apreço, sendo de registar a diminuição muito pronunciada do número de entradas e do aluguer de espreguiçadeiras, determinadas, em grande medida pelas já citadas condições atmosféricas pouco favoráveis.

Quadro 21: Indicadores de atividade – Piscinas

	2012	2011	Var.%
N.º entradas	28.243	40.540	-30,33%
Aluguer espreguiçadeiras	2.998	5.471	-45,20%
Faturação	51.551	76.667	-32,76%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



5. Recursos humanos

5.1. Enquadramento

De entre os principais factos ocorridos nesta área com reflexo direto no ano de 2012, de destacar os resultantes da aplicação da Lei de Orçamento do Estado para 2011, que permanecem em vigor. O seu efeito direto expressa-se, tal como em 2011, ao nível da redução parcial das remunerações totais ilíquidas dos trabalhadores, bem como ainda na impossibilidade de ocorrência de alterações que impliquem valorizações remuneratórias.

Adicionalmente, haverá ainda a considerar que, por força do diploma que aprova o Orçamento do Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro), ficaram suspensos os pagamentos de subsídios de férias e Natal dos trabalhadores com vencimento superior a 1.100 euros, havendo lugar, nos termos do artigo 21.º da Lei em apreço, a uma redução proporcional nos referidos subsídios para os trabalhadores com vencimentos entre 600 e 1.100 euros.

Em termos da estrutura do efetivo, observaram-se algumas alterações com a contratação de 14 novos trabalhadores e a saída de 11 trabalhadores. Deste conjunto de entradas e saídas, de referir a existência de cinco situações de contratação a termo, relacionadas com a execução de tarefas de carácter sazonal nas piscinas, verificando-se o ingresso e a saída no próprio ano.

Destaque também para o Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, iniciado no último trimestre de 2011, que se consubstancia na atribuição de um incentivo financeiro aos trabalhadores que preencham os requisitos mínimos fixados para a aposentação antecipada.

Este Programa registou, ao longo do ano de 2012, desenvolvimentos pouco significativos, atendendo à demora no deferimento dos despachos por parte da Caixa Geral de Aposentações. Apenas duas situações de trabalhadores foram deferidas em 2012, continuando 15 pedidos a aguardar a respetiva conclusão, que ocorrerá, previsivelmente, durante o ano de 2013. Adicionalmente, são de considerar 10 novos pedidos de aposentação antecipada no final de 2012, neste caso não enquadrados pelo Programa em apreço.

O conjunto de processos de aposentação, sejam eles enquadrados pelo citado Programa, ou não, proporcionará nos próximos anos um substancial rejuvenescimento do efetivo, muito particularmente em áreas operacionais, onde é notória a prevalência de atividades com um maior desgaste físico e em que se regista uma média, em termos etários, superior ao do conjunto da empresa.

Para além do rejuvenescimento do efetivo, será possível obter uma redução do efetivo em termos absolutos, atendendo à prática de uma rigorosa contenção no que respeita a novas contratações, cingindo-se as mesmas aos casos estritamente indispensáveis, e apenas nas áreas operacionais que terão, necessariamente, de ser salvaguardadas.

5.2. Estrutura do efetivo

Conforme referido, o exercício de 2012 apresenta ligeiras alterações no que se refere à estrutura do efetivo, com a contratação de 14 novos trabalhadores, sendo cinco apenas para o período de verão, atendendo à sazonalidade da atividade de exploração das piscinas, bem como a reintegração de uma técnica superior, que estava requisitada em funções públicas. Relativamente a saídas, registe-se a saída dos referidos cinco trabalhadores, contratados para o período de verão, por caducidade dos contratos a termo, a aposentação de quatro trabalhadores, o falecimento de um e ainda a transferência de um piloto para outra administração portuária.

Como consequência deste conjunto de processos de entrada e saída, observa-se um aumento do efetivo médio, entre 2011 e 2012, de 0,87%. De referir que se considerou, para efeitos do cálculo do efetivo, apenas o pessoal em exercício de funções.

Quadro 22: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2012	2011	Var.%
Pessoal efetivo	268	247	8,50%
Pessoal requisitado	5	4	25,00%
Pessoal em comissão de serviço	1	1	0,00%
Pessoal contratado	7	25	-72,00%
Total	281	277	1,44%
Efetivo médio	280	278	0,87%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Observa-se um aumento substancial do pessoal efetivo, em virtude de uma grande parte dos contratos a termo terem passado para sem termo. Naturalmente que, em sentido contrário, registou-se uma drástica diminuição em termos de pessoal contratado. Quanto às restantes formas de vínculo, mantêm-se estáveis e com os mesmos valores do ano de 2011.

Neste contexto, é perceptível uma estabilidade assinalável em termos de efetivo, com mais de 95% dos recursos humanos com um vínculo sem termo.

Relativamente à divisão dos recursos humanos por género e áreas de atividade, constata-se a preponderância do pessoal do sexo masculino, afeto sobretudo a áreas operacionais. Já nas áreas de suporte, é perfeitamente perceptível um maior equilíbrio entre géneros.

Quadro 23: Pessoal por Direção-Geral e áreas de suporte em 31 de dezembro de 2012

Descrição	DGPTO	DGPTG	DGPSM	Áreas de Suporte	Total
Masculino	51	50	96	43	240
Feminino	4	0	2	35	41
	55	50	98	78	281

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



A grande parte do ativo é do sexo masculino e está concentrada nas Direções-gerais em funções operacionais, com maior incidência na Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), que contém 34,75% do efetivo da Portos dos Açores, S.A., menos do que os 36,10% de 2011. Observa-se também uma diminuição no peso relativo do efetivo da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), de 18,41% em 2011 para 17,73% em 2012. Em sentido contrário, registou-se um acréscimo em termos de efetivo na Direção-Geral do Triângulo e Grupo Ocidental e nas áreas de suporte, passando de 19,13% para 19,86%, no primeiro caso, e de 26,35% para 27,66%, no segundo caso.

Em termos globais, observa-se um crescimento, em 2012, relativamente substancial (+7,89%) do peso relativo do efetivo feminino face aos valores de 2011, num setor ainda claramente dominado pelo sexo masculino.

Quadro 24: Divisão dos recursos humanos por género

Descrição	2012	2011	Var.%
Masculino	240	239	0,42%
Feminino	41	38	7,89%
Total	281	277	1,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente ao regime de trabalho praticado pelo efetivo, existem na Portos dos Açores, S.A. apenas dois tipos de horários: o horário normal fixo e a isenção de horário de trabalho (IHT), este último aplicável, sobretudo, nas áreas operacionais, bem como ainda nos cargos de chefia, em ambos os casos com percentagens, na sua quase generalidade, até 35%.

Quadro 25: Regimes de trabalho

Horário praticado	2012	2011	Var.%
Horário normal fixo	60	117	-48,72%
Isenção de horário de trabalho	221	160	38,13%
Total	281	277	1,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Constata-se uma prevalência do regime de isenção de horário de trabalho, que abrange, no final de 2012, 78,37% do efetivo, contra 57,76% em 2011. Esta prevalência do regime de isenção de horário de trabalho decorre das necessidades operacionais inerentes à atividade portuária, nomeadamente:

- A alteração muito substancial no modo de organização do trabalho, na sequência da celebração de um Protocolo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Função Pública, referente ao regime de Trabalho Extraordinário e de IHT. Nesse âmbito, um número muito significativo do efetivo operacional afeto à Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental passou a integrar esse regime;
- A reestruturação de alguns departamentos, aplicando-se um novo modelo de organização de trabalho, assente num regime de polivalência de funções, como foi o caso da prestação de serviços de amarração no porto de Ponta Delgada, de que resultou um acréscimo de pessoal a exercer esse tipo de atividade.

5.3. Gastos com o pessoal

Tendo em conta a dimensão dos recursos humanos da empresa, apresenta-se nesta secção uma abordagem relativamente detalhada da composição dos Gastos com o pessoal, procedendo-se a uma análise comparativa dos dois últimos exercícios.

Os Gastos com o pessoal da empresa apresentam um volume total, em 2012, de 10,3 milhões de euros, superior em 2,49% ao registado em 2011. Para esse feito, é particularmente notório o decréscimo registado ao nível das Remunerações dos órgãos sociais, em virtude do processo de fusão por incorporação das extintas Administrações Portuárias do arquipélago, de que resultou uma diminuição apreciável no número de membros dos órgãos sociais.

Quadro 26: Gastos com o pessoal

Gastos com o Pessoal	2012	2011	Var. %
Remunerações órgãos sociais	164.727	414.015	-60,21%
Remunerações do pessoal	8.409.641	8.059.796	4,34%
Encargos sobre remunerações	1.320.308	1.245.156	6,04%
Seguros acidentes trab./doença	202.942	182.122	11,43%
Gastos de acção social	28.355	20.626	37,47%
Outros gastos com o pessoal	168.289	122.192	37,73%
Total	10.294.262	10.043.907	2,49%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente às Remunerações do pessoal, que correspondem a mais de 80% dos Gastos com o pessoal, o principal facto prende-se com as repercussões inerentes à aplicação da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de dezembro, no que respeita à redução dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores com vencimentos entre 600 e 1.100 euros e suspensão dos referidos subsídios para vencimentos superiores a 1.100 euros. Devido ao chumbo por parte do Tribunal Constitucional, foram incorporados em 2012 os encargos relativos à estimativa do subsídio de férias, a pagar em 2013, e respetivos encargos³. Adicionalmente, mantiveram-se em vigor as cláusulas da Lei de Orçamento do Estado para 2011, no que respeita à redução parcial das remunerações mensais. Em resultado desses factos, observa-se uma redução de 2,21% no total das Remunerações do pessoal em 2012.

Quadro 27: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	2012	2011	Var. %
Remunerações normais	7.333.602	6.721.780	9,10%
Remunerações adicionais	1.433.472	1.497.760	-4,29%
Reduções ao abrigo da LOE	-374.416	-224.737	66,60%
Remunerações acessórias	16.983	64.993	-73,87%
Total	8.409.641	8.059.796	4,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

³ No montante de cerca de 653 mil euros.

5.4. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação

Em termos de distribuição por escalões etários do efetivo, à data de 31 de dezembro de 2012, não se registaram alterações significativas relativamente ao ano anterior, de que resulta a existência do mesmo valor médio em termos etários, que se situa, tal como no ano de 2011, nos 45 anos.

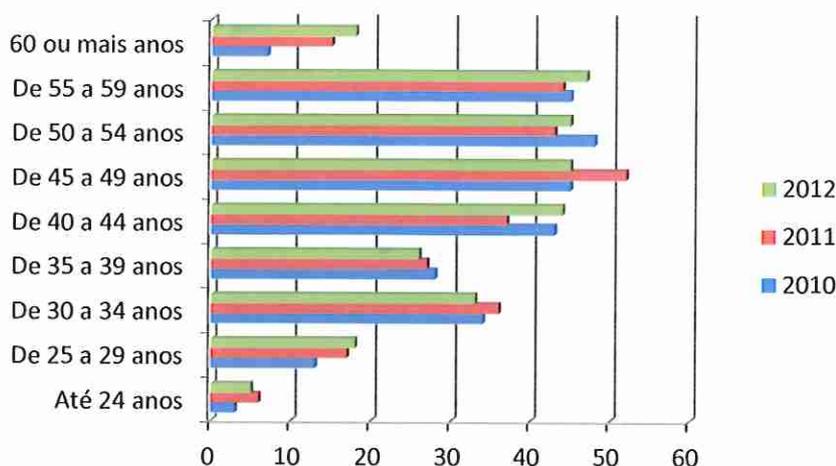
Quadro 28: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

Escalões etários	2012	2011	Var.%
Até 24 anos	5	6	-16,67%
De 25 a 29 anos	18	17	5,88%
De 30 a 34 anos	33	36	-8,33%
De 35 a 39 anos	26	27	-3,70%
De 40 a 44 anos	44	37	18,92%
De 45 a 49 anos	45	52	-13,46%
De 50 a 54 anos	45	43	4,65%
De 55 a 59 anos	47	44	6,82%
60 ou mais anos	18	15	20,00%
Total	281	277	1,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Como nota mais relevante, será de referir a evolução mais notória ao nível do escalão correspondente a 60 anos ou mais de idade, que regista uma subida contínua entre 2010 e 2012, de 2,63% do efetivo de 2011 para 6,38% do efetivo em 2012. Este fenómeno, previsivelmente, não se registará em 2013, por via do já referido Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária, bem como das aposentações não abrangidas pelo mesmo. Encontravam-se pendentes, a 31 de dezembro de 2012, 25 processos de pedidos de aposentação.

Gráfico 22: Escalões etários do efetivo entre 2010 e 2012



Em termos de nível de antiguidade, que se situa atualmente nos 17 anos, contra os 16 anos registados em 2011, é notória uma elevada prevalência de recursos humanos no último escalão (ou seja, 15 ou mais anos de antiguidade no serviço), que representa 53,19% do total do efetivo, em 31 de dezembro de 2012. Estes números atestam a existência de uma significativa estabilidade do efetivo.

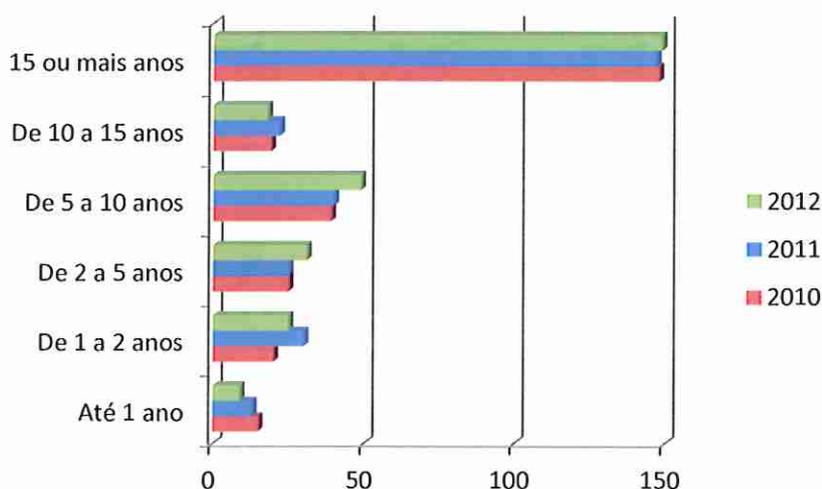
Quadro 29: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

Antiguidade	2012	2011	Var.%
Até 1 ano	9	13	-30,77%
De 1 a 2 anos	25	30	-16,67%
De 2 a 5 anos	31	25	24,00%
De 5 a 10 anos	49	40	22,50%
De 10 a 15 anos	18	22	-18,18%
15 ou mais anos	149	147	1,36%
Total	281	277	1,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O efetivo entre 5 e 10 anos de antiguidade representa atualmente 17,38%, registando um aumento de praticamente três pontos percentuais (p.p.) entre 2011 e 2012. Relativamente ao efetivo entre 2 e 5 anos de antiguidade, registou-se também um acréscimo de quase dois p.p., de 9,03% do efetivo em 2011 para 10,99% em 2012.

Gráfico 23: Antiguidade do efetivo entre 2010 e 2012



Ao nível das habilitações dos recursos humanos, subsiste um padrão definido, com uma elevada prevalência de recursos com um nível de escolaridade relativamente reduzido, não obstante se tratar de um padrão bastante mais esbatido do que o observado em anos recentes. De facto, esta variação não é particularmente notória numa comparação exclusivamente entre dois anos contíguos. Contudo, tendo por referência o ano de 2010, em 2012 já se destaca uma evolução para níveis de habilitações superiores.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Quadro 30: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

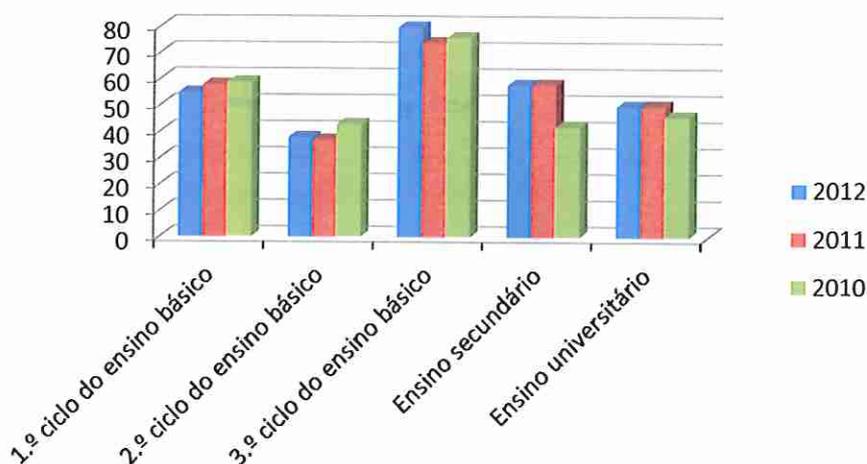
Escolaridade	2012	2011	Var. %
1.º ciclo do ensino básico	55	58	-5,17%
2.º ciclo do ensino básico	38	37	2,70%
3.º ciclo do ensino básico	80	74	8,11%
Ensino secundário	58	58	0,00%
Ensino superior universitário	50	50	0,00%
Total	281	277	1,44%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Enquanto que em 2010 os recursos humanos com uma escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico correspondiam a 66,92% do efetivo, em 2012 os recursos com esse nível de escolaridade desceram para 61,6% do efetivo.

Já em relação ao efetivo com níveis de formação mais elevados, não existem variações em termos absolutos entre 2011 e 2012, ocorrendo uma diminuição do seu peso relativo, por via do aumento observado no efetivo total.

Gráfico 24: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2012



5.5. Sinistralidade

No ano de 2012, o número de acidentes de trabalho registou um significativo aumento, para quase o dobro do ano transato. Na sequência de tais acidentes, registaram-se 352 dias de baixa, um aumento considerável face aos 66 dias de baixa ocorridos em 2011.

Em termos geográficos, ocorreram dois acidentes na área da Direção-Geral da Terceira e Graciosa e nove acidentes na área geográfica da Direção-Geral de São Miguel e Santa Maria.

Quadro 31: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2012	2011	Var.%
Acidentes com baixa	11	6	83,33%
Dias de baixa	352	66	433,33%
Índice de frequência	25,90	14,44	79,36%
Índice de gravidade	0,83	0,41	102,44%

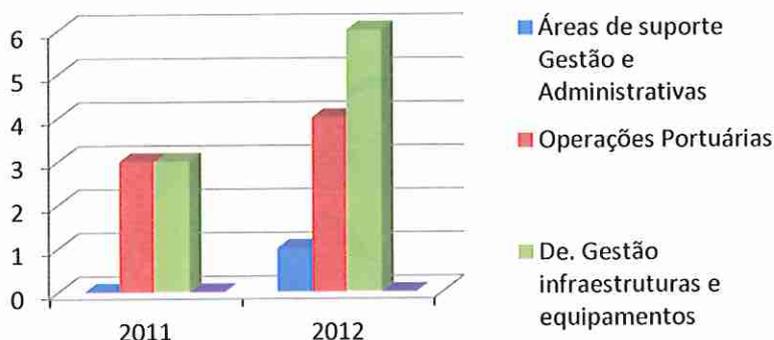
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De acordo com a tabela classificativa emitida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2012 o desempenho da empresa foi de “Bom” no que respeita aos índices de frequência e de gravidade.

Quando comparados estes com os valores registados em anos anteriores, em que observou-se uma classificação de “Muito Bom” para os mesmos índices, é notório um agravamento destes indicadores.

O perfil do acidentado continua a registar uma distribuição muito semelhante à observada ao longo dos últimos anos. De facto, a maior parte dos acidentes ocorridos em 2012 ocorreram com indivíduos do sexo masculino, com idade superior aos 40 anos e antiguidade média na empresa de 19,33 anos.

Gráfico 25: Distribuição de acidentes de trabalho por setor em 2012 e 2011

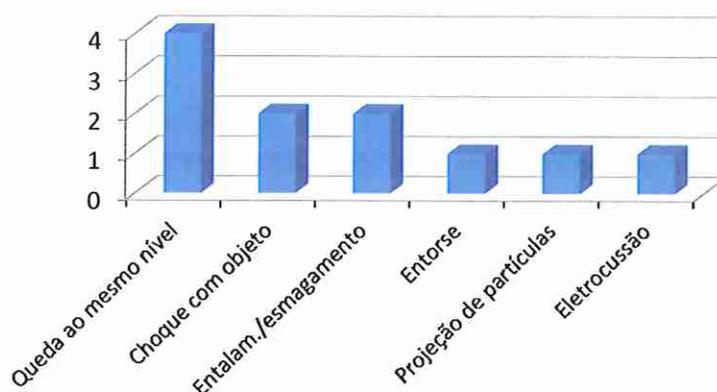


A grande maioria dos acidentes continua a ocorrer nos setores de Operações Portuárias e de Infraestruturas e Equipamentos.

Em 2012, a grande parte dos acidentes teve como principal causa “queda ao mesmo nível” e como segunda causa “choques com objetos”, bem como os “entalamento/esmagamento”, enquanto no ano transato as causas que predominaram foram os acidentes relacionados com o “movimento incorreto” e “choques com objetos”.

Tendo em conta a descrição de cada acidente, com base no respetivo relatório, concluiu-se que as causas continuam a ter, tal como em anos anteriores e na sua extensa maioria, origem em fatores humanos, nomeadamente o descuido.

Gráfico 26: Causas dos Acidentes de Trabalho



[Assinatura manuscrita]

5.6. Formação

O volume de formação registado em 2012 atingiu as 2.282 horas, o que representa uma diminuição de 12,55% relativamente ao volume de 2011. De igual modo, o número de cursos realizados registou uma diminuição da ordem dos 13,33%. Em sentido inverso, observou-se um acréscimo de 9,31% no número de formandos. As formações incidiram em ações na área da informática, particularmente as associadas à utilização de *software* instalado na empresa, seguidas de outras ligadas às áreas da gestão e finanças e à área da segurança e qualidade.

Quadro 32: Indicadores de formação

Descrição	Unidade	2012	2011	Var.%
Cursos realizados	N.º	39	45	-13,33%
Formandos	N.º	223	204	9,31%
Volume de formação	N.º horas	2.282	2.609	-12,55%
Formação por colaborador	N.º horas	4,9	12,8	-62,08%
Custo horário por formando	Euros	39,2	220,6	-82,23%
Custo horário por formação	Euros	8,1	17,3	-53,16%
Custo total formação*	Euros	18.426	44.998	-59,05%

* Custo pedagógico

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

5.7. Cooperação externa e interna

A Portos dos Açores, S.A., no âmbito da assunção de um forte compromisso de colaboração com as comunidades locais, tem vindo a celebrar protocolos de cooperação com algumas entidades externas, destacando-se as entidades formadoras, no âmbito da realização de estágios curriculares em contexto de trabalho.

Nesse sentido, foram celebrados em 2012 protocolos de cooperação com algumas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores, com vista ao acolhimento de formandos de cursos que tais escolas ministram, para a realização de estágios em contexto de trabalho. Os cursos em apreço abrangem sobretudo os cursos profissionais de nível III.

Foi também formalizado um protocolo de cooperação com o Departamento de Relações Públicas e Comunicação da Universidade dos Açores, com vista ao acolhimento de alunos finalistas do curso de Relações Públicas e Comunicação, para realização de estágio em contexto de trabalho.

Também em termos de uma vertente interna de responsabilidade social, têm vindo a ser desenvolvidas diversas parcerias de âmbito empresarial, com vista à oferta, a todos os colaboradores e respetivos familiares, de um conjunto de descontos e condições especiais na aquisição de produtos e serviços, nomeadamente em áreas como a saúde, educação, bem-estar e lazer ou cultura. No ano de 2012 ocorreu uma atualização dos protocolos em vigor, passando-se a abranger um número muito mais amplo de produtos e serviços e cobrindo toda a área geográfica da Portos dos Açores, S.A.. Obteve-se, portanto, um efetivo aumento da rede de benefícios.

5.8. Diversos

A finalizar, uma referência a alguns tópicos dispersos, com impacto direto na área de Recursos Humanos a curto e médio prazos.

Destaque, por via do já referido no início da secção, ao Plano de Incentivo à Aposentação Voluntária, cujo impacto em termos de atividade futura ao nível dos Recursos Humanos será particularmente visível em 2013 e anos seguintes. Trata-se de uma medida de incentivo financeiro aos trabalhadores que possuem os requisitos mínimos necessários para efeitos de requerimento da aposentação antecipada. O Plano em apreço contemplará um total de 17 trabalhadores, tendo dois deles recebido o deferimento do processo de aposentação durante o ano de 2012. Não obstante tal facto, o pagamento dos valores pecuniários inerentes e decorrentes do estabelecido no Plano de Incentivo ocorrerá em 2013. Para o efeito, o valor afeto a este Plano e inscrito no Orçamento para 2013 atinge os 630 milhares de euros, que se prevêem amortizar em pouco mais do que 2 exercícios, registando-se os benefícios da aplicação do mesmo a partir do ano de 2016.



6. Sistemas de informação e Comunicações

A área de Sistemas de Informação e Comunicações é estratégica no que diz respeito ao desenvolvimento futuro da Portos dos Açores, S.A. e na sua modernização. As razões decorrem, desde logo, da importância que os sistemas de informação e comunicações registam de forma crescente no setor portuário, de que é exemplo particularmente notório a implementação da Janela Única Portuária (JUP).

No caso particular da Portos dos Açores, S.A., a necessidade de ultrapassar a forte dispersão em termos geográficos inerente a um conjunto de estruturas portuárias que compreende diversas ilhas, tem constituído preocupação constante, na sequência do processo de fusão ocorrido em 2011, ditando uma modernização efetiva neste campo. A presente secção pretende ilustrar as principais atividades desenvolvidas na área, a cargo sobretudo do departamento de Sistemas de Informação e Comunicações, com uma particular incidência nas seguintes áreas:

- Sistemas;
- Redes;
- Aplicações;
- Comunicações móveis.

6.1. Sistemas

A componente de Sistemas de uma empresa é constituída pelos computadores, impressoras, servidores, cópias de segurança, entre outros, e as aplicações (*software*) que permitem a utilização destes equipamentos por parte dos utilizadores transformando-a em serviços como, por exemplo, o serviço de impressão e digitalização de documentos (impressoras partilhadas), de ficheiros (pastas partilhadas) e de correio eletrónico.

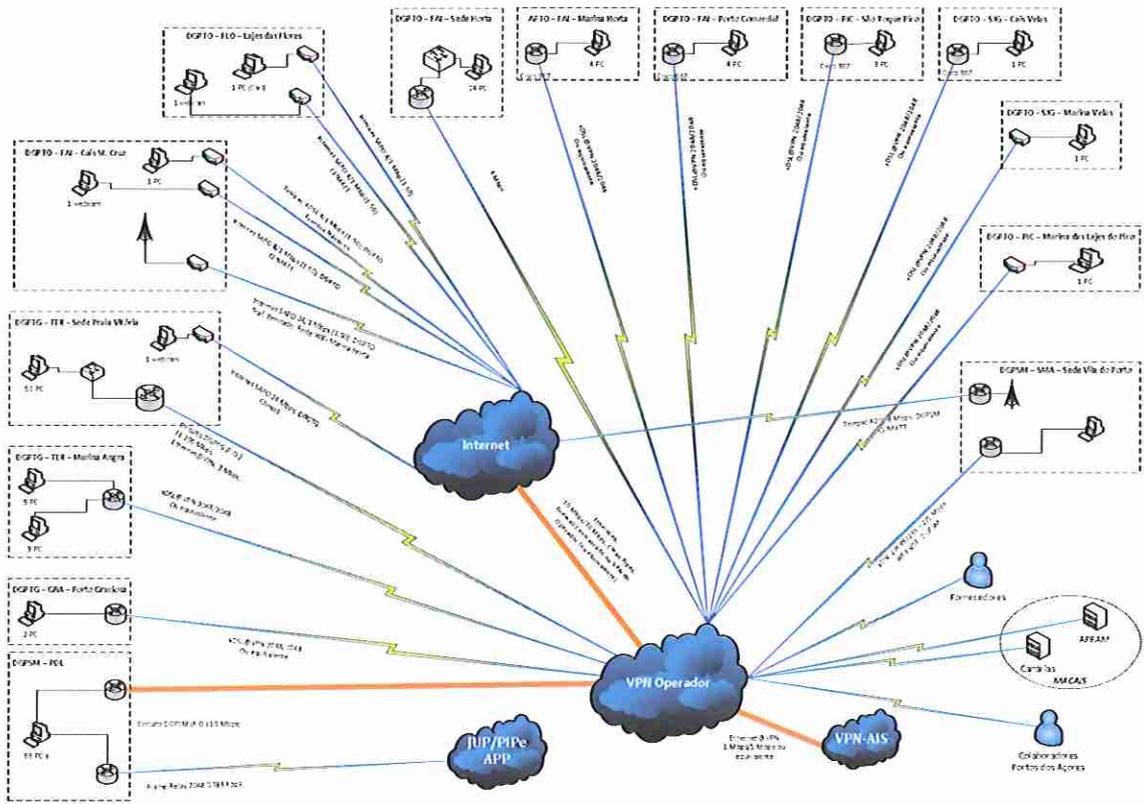
Neste âmbito, durante o exercício transato procedeu-se à reestruturação da infraestrutura tecnológica da Portos dos Açores, S.A., à reorganização dos centros de dados e à renovação de equipamentos, como sejam computadores e impressoras.

A reestruturação da infraestrutura tecnológica implicou a transição de uma infraestrutura convencional de servidores para uma consolidação baseada em tecnologia de virtualização, assente num sistema de *Blades*, e de um novo sistema de climatização do centro de dados de Ponta Delgada, permitindo diminuir os custos energéticos e aumentar os recursos disponíveis para servidores. Neste processo, registou-se um aumento do número de servidores virtuais (face aos físicos), necessário devido ao incremento nos serviços a disponibilizar, como é o caso do *software* de gestão documental, do novo *software* de AIS, do serviço de terminal remoto, entre outros.

A reorganização dos centros de dados, sobretudo na Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO) e na Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), consistiu na adoção de tecnologia de virtualização, utilizando os servidores físicos existentes e reformando os mais antigos, o que

Assim, de futuro, pretende-se criar a rede WAN explanada na figura que se segue:

Figura 3: Esquema da rede futura

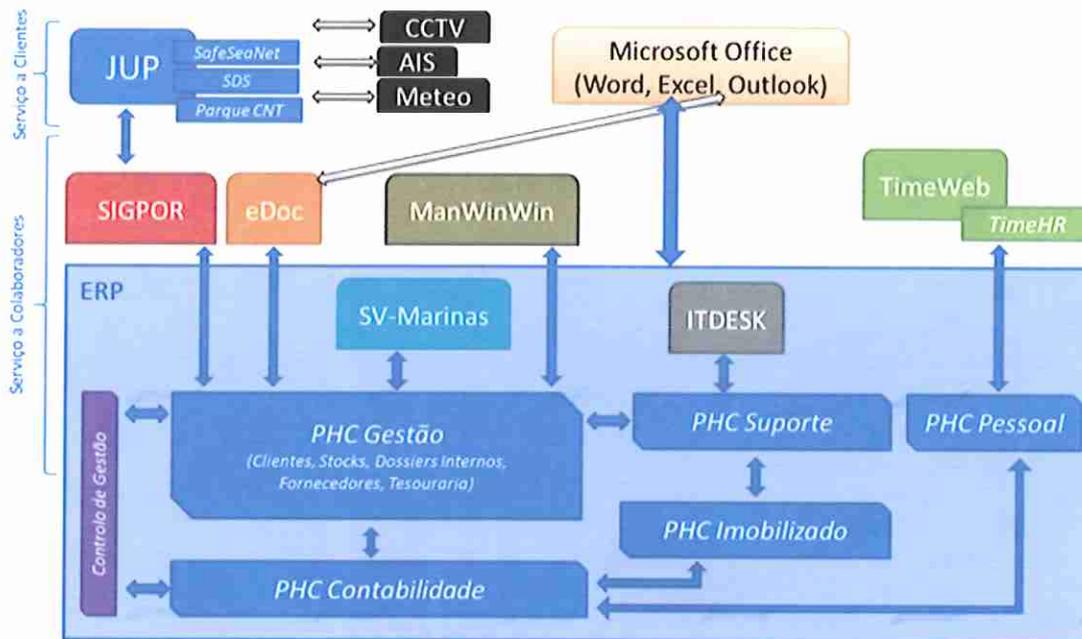


A preparação desta unificação foi realizada durante este ano de 2012, através do melhoramento das redes locais da DGPTO e da DGPTG, tendo-se colocado nova cablagem, fibra ótica e UTP (*Unshielded twister pair*), e adquiridos novos equipamentos de *switching*, capazes de garantir os débitos pretendidos, a devida segregação de tráfego de rede e a segurança da rede local. Deste modo, será possível potenciar uma futura rede de comunicações com tecnologia Voz sobre IP (*Internet Protocol*) entre todos os portos e a possível utilização de vídeo sobre a rede de dados, mais concretamente, de um sistema de CCTV.

6.3. Aplicações

Na vertente aplicacional, a Portos dos Açores, S.A. possui já um elevado número de aplicações utilizadas pelos seus colaboradores e pelos seus clientes. O mapa seguinte identifica as aplicações existentes e o modo como se integram entre si:

Figura 4: Aplicações em funcionamento



Nos pontos seguintes detalham-se as evoluções mais recentes e relevantes ocorridas nas aplicações em funcionamento na empresa, sobretudo nas que envolvem um maior contacto com os clientes.

6.3.1. Janela Única Portuária (JUP)

A aplicação JUP constitui uma ferramenta essencial no funcionamento de todos portos comerciais geridos pela Portos dos Açores, S.A., sendo utilizada a dois níveis: internamente, no que respeita à gestão de operações associadas a navios e carga; e externamente, pelas várias autoridades envolvidas nas operações portuárias, nomeadamente Capitania, Autoridade Tributária e Aduaneira, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Sanidade Marítima e Inspeção Veterinária, bem como ainda pelos prestadores de serviços, em que se destacam os Agentes de Navegação, Despachantes Oficiais, Transitários e Operadores Portuários.

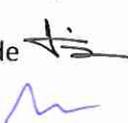
Durante o exercício de 2012, para além da estabilização da plataforma, através da correção de anomalias detetadas, foram concluídos os desenvolvimentos finais por parte do fornecedor J. Canção no âmbito do concurso lançado pela APP⁴ – Associação dos Portos de Portugal – e dos módulos SafeSeaNet e SDS.

O módulo SafeSeaNet⁵ é um sistema acoplado à JUP e que se destina à monitorização e informação do tráfego de navios para garantir o melhoria da segurança marítima, proteção marítima e dos portos, proteção do ambiente marinho, bem como a eficiência do tráfego e do transporte marítimo. É através deste sistema que a informação constante da JUP sobre o tráfego de navios é comunicada à Agência

⁴ <http://www.portosdeportugal.pt/>.

⁵ <http://emsa.europa.eu/operations/safeseanet.html>.

Europeia de Segurança Marítima⁶, através do Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)⁷, autoridade nacional competente nesta área.

O módulo SDS⁸ é uma peça de *software* que permite a interligação entre a JUP e o sistema da Autoridade Aduaneira, tratando de forma automatizada o controlo dos meios de transporte e das mercadorias. Este mecanismo contribui para uma modernização dos portos nacionais e regionais e também para uma diminuição de custos para os agentes de navegação.

Com a conclusão destes módulos, foi necessário encetar desenvolvimentos nesta plataforma para efeitos de controlo de carga extracomunitária (*Status T1*) e de carga perigosa (HAZMAT), assim como aferir pormenores no módulo responsável pela Gestão do Parque de Contentores (Parque CNT).

Note-se ainda que a reestruturação da infraestrutura tecnológica da Portos dos Açores, S.A. veio contribuir para a estabilização desta plataforma, através da alocação de mais e melhores recursos aos servidores e, por conseguinte, uma diminuição significativa das reclamações dos utilizadores em relação às falhas de sistema, erros na visualização de páginas, problemas de impressão ou ainda problemas de integração de mensagens SDS e SafeSeaNet.

Para facilitar o acesso à informação, por parte dos agentes e transitários, o Porto de Ponta Delgada passou a disponibilizar um Quiosque JUP na portaria do seu cais comercial, complementando, deste modo, o já instalado na Gare Marítima de Passageiros das Portas do Mar.

Por seu turno, o Porto da Praia da Vitória implementou a confirmação, em tempo real, das Guias de Entrada e das Guias de Saída, facilitando a organização do Parque de Contentores e melhorando o nível de controlo das cargas.

6.3.2. SIGPOR

Aproximando-se a JUP de um estado que se poderá considerar de maturidade, no que diz respeito à utilização por parte da Autoridade Portuária, Agentes de Navegação, Armadores e Transitários, e no âmbito da legislação que entrou em vigor em abril de 2012, procedeu-se à automatização da faturação dos principais serviços registados na JUP através da aplicação SIGPOR, responsável pela aplicação de tarifas a todos os processos portuários (navios e cargas).

Com esta automatização, conseguiu-se ainda reestruturar o formato da fatura apresentada ao cliente, passando a discriminar-se todas as operações realizadas e os seus valores unitários. Esta reestruturação permitiu uma efetiva melhoria em termos de transparência dos valores faturados, bem como a redução do tempo de expedição dos documentos de faturação.

⁶ No original *European Maritime Safety Agency* (EMSA), com o endereço <http://emsa.europa.eu/about/what-we-do-main.html>.

⁷ <http://www.imarpor.pt/>.

⁸ http://www.dgaiec.min-financas.pt/pt/informacao_aduaneira/sds/via_maritima/

6.3.3. PHC



Em termos de *back-office*, uma ferramenta fundamental é o PHC, solução informática de gestão integrada que visa facilitar e regular a entrada de informação do sistema, bem como criar potentes ferramentas de análise de informação para tomada de decisão. Enquanto ERP (*Enterprise Resource Planning*), a gama PHC *Enterprise*, adquirida pela Portos dos Açores, S.A., pretende satisfazer todas as necessidades da empresa em termos de informação e gestão do seu dia-a-dia através de uma profunda integração de todo o sistema.

No ano transato, foram abertas duas vertentes no que diz respeito ao PHC: desenvolvimento interno e análise externa dos desenvolvimentos efetuados aquando da fusão das ex-Administrações Portuárias.

Em relação ao desenvolvimento interno, e aproveitando os recursos humanos existentes, foram realizadas intervenções no PHC de acordo com as necessidades dos mais diversos departamentos e gabinetes da empresa, nomeadamente em termos de Recursos Humanos, Contabilidade e Finanças, Controlo de Gestão e ainda Manutenção e Logística. Foram ainda efetuadas alterações especialmente relacionadas com a atividade das Marinas e Portos de Recreio, destacando-se a interligação entre o *software* de gestão operacional daquelas infraestruturas e de faturação, permitindo centralizar toda a faturação num único sistema.

6.4. Comunicações Móveis

Após o processo de fusão dos sistemas de informação das várias administrações portuárias, houve também a necessidade de iniciar um processo de reavaliação de contratos, tendo-se iniciado tal processo pelas comunicações móveis. Nesse sentido, a unificação dos vários contratos anteriores num único, através do lançamento de um concurso público, permitiu atingir uma poupança direta superior a 50%.

7. Estrutura transversal

Com a fusão por incorporação na Portos dos Açores, SGPS, S.A., e conseqüente extinção das três Administrações Portuárias, revelou-se necessária a criação de uma estrutura transversal que respondesse de forma eficaz às necessidades da nova empresa. Enquanto as Direções-gerais são diretamente responsáveis pela operacionalidade das estruturas físicas propriamente ditas, tanto a nível portuário como não portuário, a estrutura transversal criada visa permitir uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de âmbito mais abrangente, nomeadamente:

- Auditoria Interna e Qualidade: tem como principal tarefa a coordenação e implementação de um Sistema Integrado de Gestão (Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho), processo já iniciado;
- Ambiente e Segurança no Trabalho: tem como grande tarefa a implementação dos normativos ISSO 14001 e OSHAS 18001 com início também em 2012;
- Manutenção e Logística: é responsável por definir e garantir a implementação de políticas e orientações da Gestão da Manutenção a nível regional, visando a uniformização de procedimentos nas três Direções-gerais, bem como planear e coordenar as atividades de gestão de compras e armazéns;
- Infraestruturas: é responsável por acompanhar os estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes Núcleos operacionais assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- Sistemas de Informação e Comunicações: coordena e executa as atividades de sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- Recursos Humanos: dividido no gabinete de gestão de recursos humanos, responsável pelo processamento de salários e demais processos administrativos, e pelo gabinete de desenvolvimento organizacional e relações laborais, que tem a seu cargo a componente estratégica de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, avaliação de desempenho e formação;
- Jurídico, Administrativo e Comunicação: visa garantir o apoio aos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita a contratação pública e de trabalho, coordenação e execução de atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, bem como coordenação das ações de comunicação interna e externa da empresa;
- Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos: responsável pela elaboração e acompanhamento dos principais documentos da empresa, nomeadamente Plano Estratégico e Relatório e Contas, bem como elaborar informação/relatórios económicos e financeiros de carácter regular para suporte às decisões da gestão de topo;
- Investimentos e Incentivos: responsável pela gestão dos processos de candidaturas a Fundos Comunitários e acompanhamento dos respetivos recebimentos;
- Contabilidade e Finanças: responsável pela componente económica e financeira da empresa.

Para além disto, será de referir sumariamente as estruturas afetas às três Direções-gerais existentes:



- Departamento de Gestão de Infra-estruturas e Equipamentos: encarregue do desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; executar as atividades e planos da manutenção dos equipamentos e das operações de manuseamento de carga, de modo a assegurar a integral operacionalidade das áreas; coordenar e executar as operações de manuseamento de carga através dos meios de movimentação horizontal e vertical, de acordo com as solicitações transmitidas via JUP e definindo escalas de serviço; assegurar a integral operacionalidade de todas as infra-estruturas; apoiar a execução de estudos e projetos, fundamentalmente na área de construção civil, e orientar e preparar os dados técnicos para a execução dos trabalhos; apoiar a fiscalização da execução dos programas de trabalho estabelecidos, assegurando o cumprimento dos prazos de execução, distribuição de mão-de-obra, das especificações dos projetos e respetivos cadernos de encargos; Vistoriar empreitadas, obras executadas e instalações, com a realização de medições e relatórios.
- Departamento de Operações Portuárias: responsável pelo planeamento, controlo e ainda por dirigir toda a operação de exploração portuária; coordenação das diferentes áreas operacionais dentro do Núcleo; garantia de implementação da política e procedimentos de gestão e exploração, com vista a uma gestão eficiente das operações e respetivos resultados.
- Gabinete de Operações Não Portuárias: planear, controlar e dirigir todas as atividades de Náutica de Recreio, Gares Marítimas e Dominial; desenvolver e implementar planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; apoiar a elaboração e a execução de campanhas de promoção para as marinas e gares marítimas, em articulação com a área de Comunicação.

8. Investimento

No cumprimento do Plano de Investimentos da Portos dos Açores, S.A., desenvolveram-se ao longo do exercício de 2012 diversos projetos de investimento, cujo montante ascendeu a 25,9 milhões de euros. Face ao volume de investimento de 2011, que totalizara 28,7 milhões de euros, observa-se uma redução no volume de investimento de praticamente 10%.

Tal como registado no ano transato, os grandes agregados de despesa, no âmbito das empreitadas de obras públicas, concentram-se nos projetos candidatos a financiamento ao abrigo do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), abrangendo intervenções em curso nas ilhas do Faial e do Pico.

Os projetos POVT em apreço correspondem a:

- Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima, agregando um conjunto de empreitadas e aquisições associadas exclusivamente ao porto da Horta e que se enumeram mais adiante;
- Construção das Infraestruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena no Pico.

No caso da ilha do Faial, estes investimentos, no valor total de 8 milhões de euros, dizem respeito a cerca de 31% do investimento total da empresa. Já no caso da Ilha do Pico, ascendem a 4,1 milhões de euros, representando cerca de 16% do investimento da empresa.

De referir que estas empreitadas e aquisições foram iniciadas pela então Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., sendo, também na altura, objeto de financiamento através da celebração de contratos programa com a Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores.

Para além dos investimentos incluídos nas candidaturas ao POVT, particularmente no caso dos investimentos associados à ilha do Pico, será de considerar ainda os projetos cofinanciados pelo Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA), representando também cerca de 16% (4,1 milhões de euros) do investimento total da empresa.

Dos projetos em causa, será de destacar os relativos à Construção do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena e à Construção de Rampa RO-RO no Porto de São Roque do Pico.

Em termos de análise por Direção-Geral, observa-se, pelo exposto acima, que a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental é, a par do já observado em 2011, aquela que apresenta maior volume de investimento, correspondente a praticamente 78% do investimento total da Portos dos Açores, S.A. em 2012 (em 2011 o investimento da DGPTO correspondeu a cerca de 87% do investimento total).

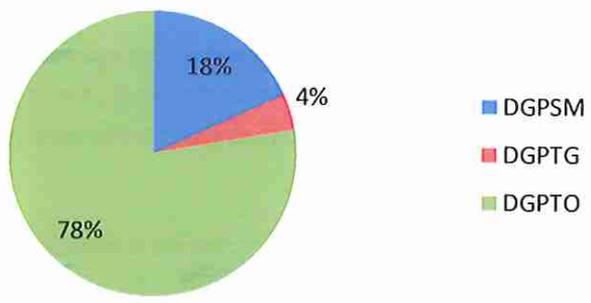
Em relação aos projetos da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria, a componente com maior preponderância foi ao nível da aquisição de equipamentos, com a aquisição de Bombas de Combate a Incêndios para o Terminal Marítimo das Portas do Mar, uma Grua Móvel Portuária para o Porto de Ponta Delgada e uma Tremonha Ecológica para Carga/Descarga de Granéis Polvorentos, representando este conjunto de projetos 14% (3,7 milhões de euros) do investimento total da empresa. Estes projetos foram alvo de cofinanciamento a 85% por parte do PROCONVERGENCIA. Outros investimentos, de volume relativamente inferior, foram também realizados, de que resulta uma percentagem global de 18,1% do

investimento total da Portos dos Açores, S.A. em 2012 (em 2011 o investimento da DGPSM correspondeu a cerca de 6% do investimento total).

Na área de jurisdição da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa, destaque para a Construção de Rampa RO-RO no Porto da Praia da Graciosa, com um investimento, em 2012, de 500 mil euros, representando 2% do investimento total da empresa. Esta obra foi cofinanciada em 85% por parte do PROCONVERGENCIA.

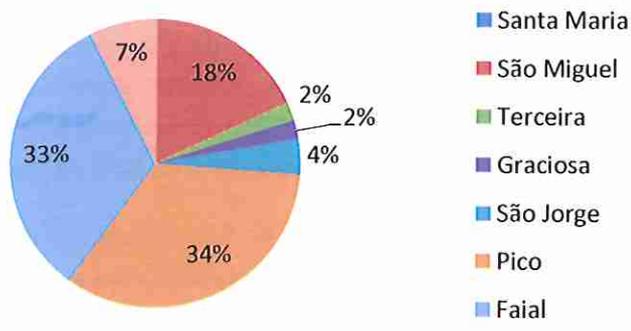
Por último, referência, no que respeita à aquisição de equipamentos portuários, para a aquisição e receção do equipamento de movimentação horizontal de mercadorias no Porto da Praia da Vitória, bem como para a receção das Lanchas de Pilotos nos portos de São Roque e da Horta.

Gráfico 27: Volume de investimento de 2012, por Direção-Geral



Descriminam-se, de seguida, os projetos com despesa registada em 2012, por ilha, apresentando-se ainda alguma informação complementar, nomeadamente a componente relativa ao respetivo financiamento, atendendo sobretudo à publicitação exigida pelos Fundos Comunitários. Conforme é possível constatar, em muitas situações, houve o recurso a contratos programa, o que permitiu a obtenção de recursos suplementares para financiamento dos projetos do Plano de Investimentos, assim se concretizem as respetivas transferências, atendendo a que os Fundos Comunitários permitem uma percentagem máxima de cofinanciamento correspondente a 85%.

Gráfico 28: Volume de investimento de 2012, por ilha



8.1. Ilha de Santa Maria

- **Projeto da Empreitada de Beneficiação do Edifício da Alfandega de Vila do Porto para Escritório**, com uma despesa executada, em 2012, de 8 mil euros.

8.2. Ilha de São Miguel

- **Construção das Novas Oficinas Gerais**, com um valor total, em termos de candidatura ao PROCONVERGENCIA, de 1,9 milhões de euros, sendo 27 mil euros relativos a 2012. A comparticipação ao abrigo do PROCONVERGENCIA é de 85% do valor do projeto;
- **Melhoramento das Condições de Abrigo da Marina Pero de Teive**, no valor total de 417 mil euros, com o montante de 127 mil euros executados no ano de 2012. O projeto envolve uma comparticipação por Fundos Comunitários de 85%, ao abrigo do PROCONVERGENCIA. O Auto de Receção Provisório dos Trabalhos é datado de 17 de abril de 2012;
- **Construção da Cobertura Parcial da Galeria Comercial do Complexo Portas do Mar**, com o valor total de 866 mil euros, sendo 577 mil euros respeitantes ao ano de 2012. Este projeto prevê a comparticipação pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, no âmbito da Resolução n.º 25/2011, de 2 de março;
- **Aquisição de Bombas de Combate a Incêndios para o Terminal Marítimo das Portas do Mar**, no valor de 164 mil euros, comparticipada em 85% pelo PROCONVERGENCIA, tendo sido rececionada a 5 de abril de 2012;
- **Aquisição de Grua Móvel Portuária para o Porto de Ponta Delgada**, no valor de 2,8 milhões de euros e recebida a 28 de agosto de 2012. Para a concretização desta aquisição foi apresentada uma candidatura ao PROCONVERGENCIA, a que corresponde uma comparticipação de 85% de Fundos Comunitários;
- **Aquisição de Tremonha Ecológica para Carga/Descarga de Granéis Polvorentos**, no montante de 778 mil euros e rececionada em 16 de novembro de 2012. Tratou-se de um projeto com cofinanciamento de 85%, ao abrigo de uma candidatura ao PROCONVERGENCIA.
- **Beneficiação de Tampas e Caleiras de Ponta Delgada – Fase II**, com um valor executado em 2012 de 230 mil euros.

8.3. Ilha Terceira

- **Intervenções no âmbito do Plano Integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo**, na fase da Empreitada de Reparação das Anomalias Estruturais da Muralha de Suporte da Rua Gaspar Corte Real em Angra do Heroísmo, no montante de 12 mil euros relativos a Trabalhos a Mais, e na fase respeitante à Elaboração do Projeto de Requalificação da Marginal da Baía de Angra do Heroísmo, no valor de 51 mil euros. Este projeto é participado em 85% por Fundos Comunitários relativos ao PROCONVERGENCIA, tendo também prevista comparticipação pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, no âmbito da Resolução n.º 32/2011, de 4 de março;

- **Desvio da Rede de Drenagem da PESCATUM**, apresentando um valor total de empreitada e fiscalização de 92 mil euros e com uma execução em 2012 de 73 mil euros. A empreitada foi consignada a 30 de agosto de 2011. A este projeto corresponde uma candidatura ao PROPESCAS, envolvendo uma comparticipação de 85% de Fundos Comunitários e de 15% de Fundos Regionais.

8.4. Ilha Graciosa

- **Requalificação do Edifício Polivalente do Porto da Praia da Ilha Graciosa**, com uma execução no corrente ano de 38 mil euros, contemplando despesas com a Empreitada e a Fiscalização. A consignação ocorreu em 21 de novembro de 2011;
- **Construção da Rampa Ro-Ro no Porto da Praia da Graciosa**, com um valor total de 804 mil euros, tendo sido executados 503 mil euros no ano de 2012. A obra foi alvo de consignação em 30 de maio de 2012, sendo cofinanciada em 85% por Fundos Comunitários, no âmbito de uma candidatura ao PROCONVERGENCIA, tendo também prevista comparticipação pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, através da Resolução n.º 32/2011, de 4 de março.

8.5. Ilha de São Jorge

- **Edifício de Apoio ao Recreio Náutico das Velas de São Jorge**, com um valor executado de 10 mil euros relativos a Revisão de Preços. Este projeto teve uma candidatura ao PROCONVERGENCIA sendo desta forma comparticipado em 85% por Fundos Comunitários. Por intermédio da Resolução n.º 59/2009 de 3 de abril prevê-se que seja alvo de comparticipação pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores;
- Com uma comparticipação de 85% relativos a Fundos Comunitários resultantes da candidatura apresentada ao PROCONVERGENCIA e uma comparticipação de Fundos Regionais resultante da Resolução n.º 59/2009, de 03 de abril da Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, **os Trabalhos Complementares na envolvente à Gare de Passageiros no Porto da Calheta de São Jorge**, apresentam 200 mil euros de despesa executada em 2012. O Auto de Consignação da empreitada data de 4 de abril de 2011, com um valor total de 536 mil euros;
- **Construção da Rampa Ro-Ro no Porto das Velas de São Jorge**, com um valor total de 829 mil euros dos quais 756 mil euros executados no ano 2012. Trata-se de uma empreitada consignada a 30 de dezembro de 2011, sendo comparticipada em 85% pelo PROCONVERGENCIA, tendo também prevista comparticipação pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, neste último caso através da Resolução n.º 43/2011 de 1 de abril;
- **Projeto de Ampliação do Cais Comercial das Velas**, no valor de 27 mil euros, comparticipado pela Secretaria Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores no âmbito da Resolução n.º 51/2008 de 10 de abril.

8.6. Ilha do Pico

- **Construção das Infraestruturas Portuárias e Obras de Melhoramento das Condições de Abrigo do Porto da Madalena**, consignada a 16 de setembro de 2010, com um investimento total no valor de 13,1 milhões de euros, sendo 4,2 milhões de euros relativos a despesa de 2012. Tal como já mencionado anteriormente, a este projeto está associada uma candidatura ao POVT. O mesmo foi participado igualmente por Fundos Regionais pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, por meio das seguintes Resoluções: n.º 94/2006, de 27 de julho, n.º 49/2007, de 24 de maio, n.º 51/2008, de 10 de abril e n.º 59/2009, de 3 de abril, aguardando-se a concretização do deliberado relativamente à última resolução;
- **Construção do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena**, empreitada consignada a 5 de janeiro de 2012, com o custo total de 8,6 milhões de euros, dos quais 2,8 milhões de euros executados em 2012. Foi apresentada uma candidatura ao PROCONVERGENCIA, que cofinancia o investimento em 85%, através de Fundos Comunitários. No âmbito da Resolução n.º 43/2011, de 1 de abril, da Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, prevêem-se obter recursos adicionais para este empreendimento;
- **Construção de Rampa Ro-Ro no Porto de São Roque do Pico**, consignada em 2 de janeiro de 2012, com um valor executado, em 2012, de 1,3 milhões de euros. A este projeto e ao seguinte corresponde a mesma candidatura ao PROCONVERGENCIA, sendo participados em 85% por Fundos Comunitários. Este projeto prevê-se também ser participado no âmbito da Resolução n.º 43/2011, de 1 de abril, pela Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores;
- **Reperfilamento do Manto de Proteção do Molhe-Cais do Porto de São Roque do Pico**, com 3 mil euros de despesa executada em 2012, referente exclusivamente ao projeto, tendo o contrato de empreitada sido assinado no dia 10 de setembro de 2012, pelo valor de 298.437,33 euros;
- **Terminal de Passageiros de São Roque do Pico**, com um valor executado, em 2012, de 45 mil euros relativos a estudos e projetos.

8.7. Ilha do Faial

- **Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 1.ª Fase**. Trata-se de uma empreitada com um montante estimado de 33,6 milhões de euros e em execução desde 2009, ano em que foi consignada, mais propriamente a 30 de setembro. Durante o ano de 2012, foram executados, no âmbito deste projeto, 4,5 milhões de euros. Conforme referido acima, este e os projetos seguintes foram englobados numa única candidatura ao POVT. Adicionalmente, houve a participação por Fundos Regionais, através das seguintes Resoluções: n.º 94/2006, de 27 de julho, n.º 49/2007, de 24 de maio, n.º 51/2008, de 10 de abril, todas do IX Governo Regional dos Açores e a n.º 59/2009, de 3 de abril, do X Governo Regional dos Açores, aguardando-se a concretização do deliberado relativamente à última resolução. O Auto de Receção Provisória registou-se a 26 de julho de 2012.
- **Construção de 3 Rampas Ro-Ro no Porto da Horta**, com um valor executado em 2012 de 295 mil euros, foi consignada a 7 de fevereiro de 2011, sendo o Auto de Receção Provisória datado de 7 de fevereiro de 2012. O projeto foi alvo de participação pela Secretaria Regional da Economia do X

Governo Regional dos Açores, através das Resoluções n.º 90/2010, de 15 de junho e n.º 43/2011, de 1 de abril;

- **Rebaixamento da Cota de Fundação do Molhe-Cais da Bacia Norte e Aumento da Cota de Coroamento do Terminal de Passageiros do Porto da Horta**, empreitada consignada a 10 de setembro de 2010, no valor total de 2,3 milhões de euros, sendo 21 mil euros respeitantes a 2012. A este projeto está associado um cofinanciamento da Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, no âmbito da Resolução n.º 90/2010 de 15 de junho;
- **Dragagem da Bacia de Manobra do Terminal de Passageiros do Porto da Horta, à Cota -8,50m (ZH)**, consignada em 13 de Agosto de 2012, com o valor executado em 2012 de 2,7 milhões de euros;
- **Fornecimento e Montagem de Tapete de Distribuição de Bagagem no Novo Terminal de Passageiros da Horta**, no valor de 106 mil euros;
- **Execução de trabalhos para o Funcionamento Integrado do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Horta no Âmbito da Segurança**, no montante total de 345 mil euros, com o Auto de Receção Provisória de 3 de Setembro de 2012.

8.8. Ilha das Flores

- **Reabilitação da Cabeça do Molhe do Porto das Flores**, sendo a empreitada consignada a 14 de fevereiro de 2011, com um investimento total de 3 milhões de euros e correspondendo a uma despesa apresentada em 2012 de 238 mil euros. A empreitada foi comparticipada em 85% por Fundos Comunitários relativos à candidatura apresentada ao PROCONVERGENCIA, bem como se prevê que seja concretizado o apoio da Secretaria Regional da Economia ao projecto, por intermédio das seguintes Resoluções: n.º 49/2007, de 24 de maio e n.º 51/2008, de 10 de abril (ambas do IX Governo Regional dos Açores) e a n.º 43/2011, de 1 de abril, atribuída pelo X Governo Regional dos Açores;
- **Prolongamento do Cais Comercial das Flores**, sendo o Auto de Consignação datado de 30 de dezembro de 2011, com o custo total de 1,8 milhões de euros dos quais 1,7 milhões de euros foram executados em 2012. A este projeto está associada uma candidatura ao PROCONVERGENCIA, através do qual está garantida uma comparticipação em 85% de Fundos Comunitários, bem como uma comparticipação de Fundos Regionais da Secretaria Regional da Economia do X Governo Regional dos Açores, no âmbito da Resolução n.º 43/2011 de 1 de abril, aguardando-se a concretização do deliberado relativamente à resolução.

Por último, referência aos investimentos com incidência em várias ilhas, razão pela qual se poderá considerar os mesmos como não desagregados. Neste caso, destacam-se os seguintes investimentos:

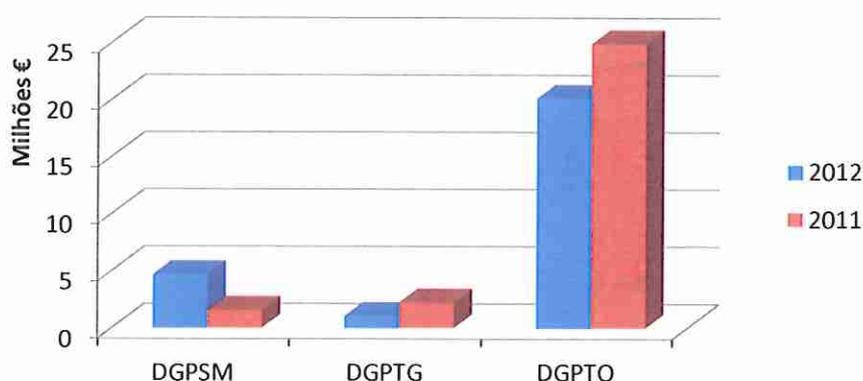
- **Aquisição de equipamentos de movimentação horizontal para os portos da Praia da Vitória, São Roque do Pico e Lajes das Flores**, no valor total de 1.940.800,00 euros, com uma despesa de 396.336,14 euros executada em 2012. Este valor corresponde ao último equipamento, recebido a 9 de fevereiro de 2012, afeto ao Porto da Praia da Vitória. Os equipamentos em apreço foram alvo de cofinanciamento, em 85% de Fundos Comunitários através de candidatura ao PROCONVERGENCIA, bem como ainda por Contratos Programa, assinados com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao

Desenvolvimento Económico, datados de 1 de outubro de 2010 e 27 de abril de 2011, aguardando-se a transferências dos valores restantes;

- **Construção de 4 lanchas de piloto (Horta, S. Roque, Velas e Flores)**, com um valor executado em 2012 de 865 mil euros. Estes equipamentos foram alvo de uma candidatura ao PROCONVERGENCIA, sendo comparticipados em 85% por Fundos Comunitários. Adicionalmente, há a registar a comparticipação de Fundos Regionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 1 de outubro de 2010 com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico. As embarcações afetas aos portos das Lajes das Flores e Horta foram recebidas a 2 de maio de 2012, aguardando-se a concretização do deliberado relativamente à resolução.

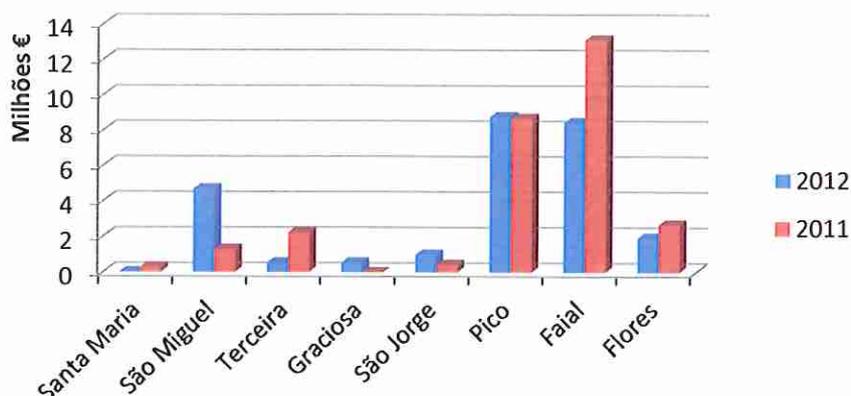
A finalizar, referência para uma análise comparativa no capítulo dos investimentos efetuados nos últimos dois exercícios e que consta dos dois gráficos seguintes.

Gráfico 29: Volume de investimento em 2011 e 2012 por Direção-Geral



Através da leitura do gráfico acima, será de concluir sobre o extenso volume de investimento dirigido para os portos da DGPTO, que praticamente atingiu, no conjunto dos dois anos, os 45 milhões de euros, o equivalente a 82% do total do investimento nesse período que contempla os anos de 2011 e 2012. No caso da DGPSM, o volume de investimento corresponde a 11% do total de investimento no período em apreço, enquanto que no caso da DGPTG, não ultrapassa os 6%.

Gráfico 30: Volume de investimento em 2011 e 2012 por ilha



Esta análise poderá ser complementada com os dados por ilha, constantes do gráfico acima, e em que se constata uma clara concentração do investimento em projetos afetos às ilhas do Faial e Pico, num conjunto de três infraestruturas portuárias, ou seja, no porto da Horta, porto da Madalena e porto de São Roque, com prevalência para os dois primeiros.

O investimento realizado nas duas ilhas em causa e no período que compreende os anos de 2011 e 2012 corresponde a 71% do total, sendo 39% referente ao porto da Horta (com as obras de Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 1.ª Fase e de três rampas RO-RO) e 32% relativo aos portos da ilha do Pico (com as obras referentes ao melhoramento das condições de abrigo no porto da Madalena do Pico, construção de novo Terminal de Passageiros desse mesmo porto e construção de rampa RO-RO no porto de São Roque). Seguem-se, por ordem decrescente de valor o volume de investimento efetuado no porto de Ponta Delgada e das Lajes das Flores, respetivamente com 11% e 8% do total de investimento no conjunto dos anos de 2011 e 2012.

9. Análise Económica e Financeira

9.1. Resultados

A Portos dos Açores, S.A. encerra o exercício de 2012 com um resultado líquido negativo de 4.208.888,01 euros. Trata-se de um resultado decorrente de um conjunto de fatores, com natural prevalência para o contexto recessivo que as economias nacional e regional vivem e que se traduziu numa quebra da atividade muito significativa na generalidade dos portos do arquipélago. Adicionalmente, foram notórios os efeitos da prolongada greve que se registou nos portos portugueses durante a quase totalidade do último trimestre do ano, com destaque para o porto de Lisboa, cuja preponderância, no que respeita às trocas comerciais com os portos açorianos, é particularmente expressiva.

Neste contexto, observou-se uma quebra de 12,25% no Volume de negócios da empresa, com uma incidência muito particular em termos de serviços a navios e equipamentos, cujas variações negativas foram um pouco mais pronunciadas.

Para este resultado contribuíram também outros fatores relevantes a nível da estrutura de gastos da empresa, nomeadamente o crescimento observado nos Gastos com o pessoal (+2,49%), bem como nos Gastos de depreciação e amortização (+6,05%). Em sentido contrário, a evolução registada ao nível dos Fornecimentos e serviços externos (-6,25%) representa um significativo esforço no sentido de um controle de alguns gastos. Já no que respeita aos Juros e gastos similares obtidos, observa-se um crescimento muito assinalável (+52,57%), fruto das condições de financiamento da dívida junto do mercado financeiro, extremamente restritivas, a que acresce os encargos relativos às operações de reestruturação da dívida de curto prazo em médio e longo prazo, essencialmente comissão e garantias bancárias.

Do conjunto destes factos, observa-se uma significativa deterioração do resultado líquido de 2012, face a 2011, conforme se encontra expresso no quadro abaixo. De referir que ocorreu uma reexpressão de valores relativos ao exercício de 2011, decorrentes de um novo entendimento por parte da Comissão de Normalização Contabilística acerca dos subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida. Nesse contexto, o entendimento é o de que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação deverão ambos coincidir, pelo que os elementos do quadro abaixo, nomeadamente o montante de Imposto sobre o rendimento de 2011 foi alvo de alteração. Daqui resulta uma alteração do montante do Resultado líquido de 2011.

Quadro 33: Formação do Resultado líquido

Descrição	Unidade: euro		
	2012	2011	Var.%
Resultado operacional	(1.738.440)	507.702	-442,41%
Resultado financeiro	(2.442.853)	(1.482.029)	64,83%
Resultado antes de impostos	(4.181.293)	(974.327)	329,15%
Imposto sobre o rendimento	(27.595)	(68.199)	-59,54%
Resultado líquido	(4.208.888)	(1.042.526)	303,72%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.1.1. Resultado operacional

Relativamente ao resultado operacional, importa conhecer com mais algum pormenor a evolução das diversas componentes que o integram, nomeadamente em termos de rendimentos e gastos operacionais.

Relativamente aos rendimentos operacionais, conforme já referido acima, observou-se uma quebra de 12,25% no Volume de negócios da empresa, com uma incidência relativamente mais acentuada nos Serviços prestados a navios (-13,06%) e Equipamento marítimo e terrestre (-13,24%), para além de Outras prestações de serviços (-34,34%). Em contrapartida, ocorreu um crescimento muito ténue ao nível da Náutica de recreio e piscinas (+0,16%).

Quadro 34: Componentes do volume de negócios

Designação	2012	2011	Variação	Var. %
Vendas	388.965	427.094	-38.130	-8,93%
Vendas	388.965	427.094	-38.130	-8,93%
Prestações de serviços	17.357.163	19.796.728	-2.439.565	-12,32%
Serviços prestados a navios	4.784.152	5.503.022	-718.870	-13,06%
Serviços prestados a mercadorias	3.300.184	3.756.883	-456.699	-12,16%
Equipamento marítimo e terrestre	4.998.356	5.761.027	-762.671	-13,24%
Fornecimentos	1.726.511	1.964.385	-237.874	-12,11%
Alugueres e ocupações	1.467.458	1.590.522	-123.064	-7,74%
Náutica de recreio e piscinas	809.623	808.344	1.279	0,16%
Outras prestações de serviços	270.879	412.545	-141.666	-34,34%
Total de vendas e prestações de serviços	17.746.128	20.223.822	-2.477.694	-12,25%

Unidade: euro
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De referir que, conforme consta da secção referente às áreas de negócio, as quebras registadas em 2012 no Volume de negócios decorrem diretamente da diminuição da atividade portuária, pela sua importância na constituição do Volume de negócios. Convirá, a este respeito, mencionar algumas das variações ocorridas em 2012 em termos de navios, nomeadamente no número de escalas de navios (-15,22%), a tonelagem de arqueação dos navios, medida em unidades GT (-11,34%) e a respetiva estadia (-9,56%), para enquadrar a quebra registada nos Serviços prestados a navios, em que se observa uma diminuição entre as duas variações extremas acima referidas.

Já em termos de mercadorias, registo para uma diminuição de 14,88% no volume de mercadorias movimentadas, particularmente notória no que respeita a contentores (-14,23%). Relativamente a outras componentes, como é o caso dos granéis líquidos, sólidos e carga geral, as variações são relativamente menores, respetivamente -7,42%, -11,71% e -7,69%. Constata-se, tal como relativamente a Serviços prestados a navios, que a variação observada nos Serviços prestados a mercadorias se situa entre as percentagens de variação da atividade.

Adicionalmente, ocorreu em março de 2012 uma alteração tarifária com implicação direta no rendimento associado a Serviços prestados a mercadorias, consubstanciada na redução da TUP Carga aplicável aos contentores embarcados nos portos, que ultrapassou, em muitos casos, os 20%.

Os Fornecimentos, onde se inclui o fornecimento de água a navios, o fornecimento de eletricidade, bem como ainda o fornecimento de pessoal, apresentam, de igual modo, uma diminuição de valor, resultante, sobretudo, do menor volume de faturação de fornecimento de pessoal, sobretudo em operações portuárias, reflexo de alguma contenção na requisição de serviços em horário extraordinário, para além do menor número de escalas em 2012.

A par das Vendas, os Alugueres e ocupações apresentam uma evolução relativamente similar, tal como se verificara já no ano de 2011, sendo as respetivas reduções inferiores às ocorridas na atividade portuária.

A rubrica Outras prestações de serviços, que contempla como principais componentes a Recolha e limpeza de resíduos e a Extração de areia, regista uma quebra mais acentuada do que as restantes rubricas, em face da já referida diminuição de escalas, mas sobretudo da drástica redução do volume de areia descarregada que, conforme referido no ponto 4.2.4. acima, atingiu os 44,92%.

Uma outra componente com acentuada importância na constituição dos Rendimentos operacionais, para além do Volume de negócios, é a rubrica Outros rendimentos e ganhos, em que predominam os Subsídios ao investimento. Trata-se de uma componente resultante da imputação aos rendimentos do exercício do montante dos subsídios atribuídos ao investimento em função da amortização anual dos ativos tangíveis alvo de subsidiação.

Observa-se também uma diminuição acentuada nos Ganhos/perdas em subsidiárias e associadas, decorrente da aplicação, na quase totalidade dos casos, do método de equivalência patrimonial aos resultados das empresas participadas pela Portos dos Açores, S.A..

Quadro 35: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2012	2011	Var. %
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	388.965	427.094	-8,93%
Prestações de serviços	17.357.163	19.796.728	-12,32%
Subsídios à exploração	29.741	27.053	9,94%
Ganhos/perdas em subsidiárias e associadas	48.354	102.986	-53,05%
Trabalhos para a própria entidade	0	53.371	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	5.153.334	4.475.753	15,14%
Total 1.	22.977.556	24.882.986	-7,66%
2. Gastos operacionais			
Custo das existências vendidas	(411.773)	(368.396)	11,77%
Fornecimentos e serviços externos	(6.781.236)	(7.233.432)	-6,25%
Gastos com o pessoal	(10.294.262)	(10.043.907)	2,49%
Imparidade de dívidas a receber	(141.006)	(2.483)	5578,29%
Provisões	80.461	9.338	761,66%
Outros gastos e perdas	(147.698)	(116.136)	27,18%
Total 2.	(17.695.515)	(17.755.016)	-0,34%
3. EBITDA (=1.+2.)	5.282.042	7.127.970	-25,90%
4. Gastos de depreciação	(7.020.482)	(6.620.267)	6,05%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(1.738.440)	507.702	-442,41%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A nível dos Gastos operacionais, destaque para a evolução registada ao nível dos Fornecimentos e serviços externos (-6,25%), o que representa um significativo esforço no sentido de um controle de alguns gastos, particularmente notório tendo em conta que o respetivo peso na estrutura de gastos da empresa desceu de cerca de 30% em 2011 para 27% em 2012. Os Fornecimentos e serviços externos representam 27% dos Gastos operacionais registados em 2012.

Este controle nos gastos é uma preocupação já verificada ao longo do exercício de 2011, não obstante o crescimento particularmente elevado registado em componentes como os combustíveis, tanto em 2011 como 2012. De facto, de acordo com o INE, observaram-se variações no índice de preços dos produtos energéticos de 12,7% em 2011 e 9,6% em 2012. No arquipélago dos Açores, os valores terão sido relativamente similares.

Quadro 36: Fornecimentos e serviços externos

	Unidade: euro			
Fornecimento e serviços externos	2012	2011	Variação	Var (%)
Subcontratos	1.591.395	1.693.510	-102.115	-6,03%
Serviços Especializados	2.762.341	3.119.384	-357.043	-11,45%
Materiais	68.539	54.690	13.849	25,32%
Energia e Fluidos	1.406.531	1.357.300	49.231	3,63%
Deslocações, Estadas e Transportes	161.090	171.665	-10.575	-6,16%
Serviços Diversos	791.341	836.883	-45.543	-5,44%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	6.781.236	7.233.432	-452.196	-6,25%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O quadro acima reflete as várias componentes dos Fornecimentos e serviços externos, sendo de destacar a redução muito substancial nos Serviços especializados, de -357 milhares de euros, que representa praticamente 80% da redução total em 2012 dos Fornecimentos e serviços externos. Também os Subcontratos registam uma diminuição assinalável, neste caso decorrente, em grande medida, de um menor volume de recursos afetos à atividade portuária, como é o caso de Serviços de estiva e lanchas, efetuados por recursos externos à empresa.

A variação ocorrida nos Materiais, embora percentualmente significativa, é relativamente diminuta em termos de valor. Já em termos de Energia e fluidos, verifica-se o efeito conjunto da diminuição da atividade portuária e do aumento dos preços dos combustíveis, o que justifica uma variação positiva mas relativamente menor do que a evolução dos preços (+3,63%).

Para o resultado operacional contribuíram também outros fatores relevantes a nível da estrutura de gastos da empresa, nomeadamente o crescimento observado nos Gastos com o pessoal que, embora percentualmente diminuto (+2,49%), regista um efeito muito importante por via do peso que tais gastos possuem no conjunto dos gastos da empresa, da ordem dos 38% do total dos gastos e 41% dos Gastos operacionais.

Merecerá entretanto referência o contexto em que ocorre este acréscimo de gastos, uma vez que em 2011 se verificara uma redução de 1,5 milhões de euros nos Gastos com o pessoal (-13,26% face ao valor dessa rubrica em 2010), resultado de duas circunstâncias: as reduções inscritas na Lei de Orçamento do Estado, que fixou uma redução, variável, entre 3,5% e 10%, aplicável às remunerações mensais superiores a 1.500

euros, e a diminuição no volume de trabalho em horário extraordinário, decorrente da diminuição da atividade. Estas circunstâncias vigoraram também ao longo do ano de 2012.

Entretanto, registou-se em 2012 nova diminuição drástica em termos de processamento de horas extraordinárias, sendo a variação obtida da ordem dos 28%, reflexo de três ordens de fatores, que valerá a pena detalhar.

O principal fator determinante para a redução do valor relativo a horas extraordinárias prende-se com a atribuição do regime de isenção de horário de trabalho a um conjunto alargado de trabalhadores afetos às áreas operacionais das várias Direções-gerais, no início do segundo semestre de 2012, num processo de reformulação de métodos de trabalho praticados até à altura.

Outro aspeto a referir prende-se com o esforço de contenção de gastos realizado internamente, com a evidência de uma preocupação sempre presente no que respeita ao recurso a horário extraordinário.

Por último, referência ao decréscimo na procura de serviços portuários, com a diminuição, conforme já longamente referido atrás, do número de escalas registadas em 2012, que se refletiu também numa quebra no volume de utilização de equipamentos terrestres. Estes fatores repercutem-se naturalmente num menor volume de horas de trabalho realizadas em horário extraordinário.

Uma rubrica onde se regista um crescimento dos gastos é a dos Gastos de depreciação e amortização (+6,05%), cujo aumento decorre diretamente do crescente valor do Ativo não corrente, muito particularmente do Ativo fixo tangível (+7,77%).

Quadro 37: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e amortização	Unidade: euro			
	2012	2011	Variação	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.017.951	6.619.001	398.949	6,03%
Edifícios e outras construções	4.842.874	4.636.521	206.353	4,45%
Equipamento básico	1.858.165	1.675.925	182.241	10,87%
Equipamento de transporte	47.507	56.314	-8.807	-15,64%
Equipamento administrativo	153.162	149.364	3.798	2,54%
Outros ativos fixos tangíveis	116.243	100.878	15.365	15,23%
Ativos intangíveis	2.531	1.266	1.265	99,94%
Propriedade industrial e direitos	2.531	1.266	1.265	99,94%
Total	7.020.482	6.620.267	400.214	6,05%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O conjunto das rubricas Gastos com o pessoal e Gastos de depreciação e amortização corresponde a cerca de 70% dos Gastos operacionais da empresa, pelo que os respetivos aumentos registaram um impacto imediato na estrutura do resultado do exercício, num contexto de quebra de rendimentos.

Do conjunto destes factos, observa-se uma deterioração do Resultado operacional de 2012, face a 2011, conforme se encontra expresso no quadro 33 acima, de cerca de 500 milhares de euros positivos, em 2011, para 1,7 milhões de euros negativos.

Constata-se que o EBITDA regista uma quebra relativamente relevante, da ordem dos 26%, face ao valor observado em 2011. Os rendimentos operacionais atingiram em 2012 um total de 22.978 milhares de euros. Face ao exercício de 2011, observa-se uma diminuição destes da ordem dos 7,66%.

9.1.2. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira registou em 2012 um volume, negativo, ligeiramente acima de 2,4 milhões de euros, o que representa um agravamento de 64,83% face ao valor de 2011. Tal fenómeno decorre das condições de financiamento mais onerosas, como resultado do processo de ajuda financeira a Portugal, não obstante o esforço registado ao nível da contenção do volume de endividamento da empresa. Outro aspeto a considerar é o da imputação do imposto de selo dos contratos de financiamento.

Relativamente ao endividamento da empresa junto de instituições bancárias, registou-se um processo de renegociação de empréstimos de curto prazo para médio e longo prazos. Em termos de evolução, observa-se um crescimento, em termos absolutos, de 2,5 milhões de euros (+7,4%), sendo que a nível do endividamento de curto prazo a redução foi próxima de 50%, enquanto o endividamento a médio e longo prazos registou um aumento de cerca de 130%. Esta evolução reflete a tentativa de uma maior adequação da maturidade da dívida e da vida útil das infraestruturas portuárias, com reflexo direto ao nível do Fundo de Maneio, constante do ponto 9.4. abaixo.

9.2. Fundos libertos

Em 2012 os Fundos libertos registam um decréscimo acentuado face ao valor registado em 2011, correspondente a 50,95% e, em termos absolutos, a -2,8 milhões de euros. Esta variação decorre sobretudo da alteração registada em termos de Resultado líquido, amplamente superior ao acréscimo registado nos Gastos de depreciação e amortização.

Quadro 38: Fundos libertos

Descrição	Unidade: euro		
	2012	2011	Var.%
Resultado líquido	(4.208.888)	(1.042.526)	303,72%
Gastos de depreciação e amortização	(7.020.482)	(6.620.267)	6,05%
Provisões do exercício	80.461	9.338	761,66%
Fundos libertos	2.731.132	5.568.404	-50,95%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da Portos dos Açores, S.A., em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 39: Balanços

Unidade: euro

Descrição	2012	%	2011	%
Ativo não corrente	290.866.782	89,31%	269.888.989	89,30%
Ativos fixos tangíveis	282.183.944	86,64%	262.538.813	86,87%
Ativos fixos intangíveis	95.054	0,03%	82.585	0,03%
Participações financeiras	8.471.818	2,60%	7.143.305	2,36%
Ativos por impostos diferidos	115.965	0,04%	124.285	0,04%
Ativo corrente	34.826.237	10,69%	32.333.416	10,70%
Inventários	24.361	0,01%	33.212	0,01%
Contas a receber	32.529.039	9,99%	30.103.095	9,96%
Diferimentos	787.602	0,24%	697.010	0,23%
Disponibilidades	1.485.236	0,46%	1.500.099	0,50%
Total do ativo	325.693.019	100,00%	302.222.405	100,00%
Capitais próprios	221.671.926	68,06%	208.967.191	69,14%
Passivo não corrente	71.959.968	22,09%	52.440.758	17,35%
Provisões	527.473	0,16%	640.261	0,21%
Financiamentos obtidos	28.255.705	8,68%	12.286.123	4,07%
Passivos por impostos diferidos	43.176.791	13,26%	39.514.374	13,07%
Passivo corrente	32.061.124	9,84%	40.814.455	13,50%
Contas a pagar	16.781.650	5,15%	11.737.396	3,88%
Financiamentos obtidos	15.195.222	4,67%	29.077.059	9,62%
Diferimentos	84.252,54	0,03%	-	0,00%
Total do capital próprio e passivo	325.693.019	100,00%	302.222.405	100,00%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente à rubrica Financiamentos obtidos, há a referir os créditos existentes junto do Turismo de Portugal, I.P. que possuem prestações de capital vencidas em 2011 e 2012 que perfazem o montante de 2.322.576 euros em 31 de dezembro de 2012. Tais prestações são apresentadas de acordo com os planos financeiros inicialmente aprovados com aquela Instituição, para os quais foram solicitados novas maturidades, aguardando-se a comunicação formal da sua aprovação. Com base em informação prestada pelo Turismo de Portugal, I.P., poderá ser aplicada uma carência que incidirá sobre as prestações vencidas há mais tempo, devendo as restantes ser recalculadas em função da proposta solicitada de reembolso em prestações constantes ou crescentes.

9.4. Fundo de maneo

O comportamento do Fundo de maneo em 2012 e 2011 reflete de modo muito claro o resultado da renegociação da dívida bancária ocorrida durante o período findo, que proporcionou uma alteração muito substancial do mesmo. Através da referida renegociação foi possível registar-se uma substancial diminuição do Passivo corrente, em cerca de 8,8 milhões de euros, enquanto o Ativo corrente registou um acréscimo ligeiramente inferior a 2,5 milhões de euros.

Relativamente ao comportamento da Ativo corrente, nomeadamente em Contas a receber, é de referir que nesta rubrica estão contabilizados os subsídios resultantes dos contratos programa celebrados com a Região Autónoma dos Açores, conforme o parágrafo 8 da NCRF 22 “Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não monetários pelo justo valor, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que: (a) a entidade cumprirá as condições a eles associadas; e (b) os subsídios serão recebidos”, ou seja os valores contratados estão reconhecidos na sua totalidade embora não estejam integralmente recebidos pois o propósito dos subsídios, à semelhança do disposto no parágrafo 5 da NCRF 22, visa encorajar uma entidade a seguir um certo rumo que ela normalmente não teria tomado se o apoio não fosse proporcionado.

Quadro 40: Fundo de manei

Descrição	Unidade: euro		
	2012	2011	Var.%
Ativo corrente	34.826.237	32.333.416	7,71%
Passivo corrente	32.061.124	40.814.455	-21,45%
Fundo de manei	2.765.113	(8.481.039)	-132,60%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.5. Indicadores económicos e financeiros

Relativamente aos indicadores económicos e financeiros, são apresentados nos dois quadros que se seguem.

Quanto aos indicadores económicos, será de destacar uma deterioração da generalidade dos mesmos, reflexo direto do contexto extremamente negativo que se registou em 2012, com impacto muito notório no ritmo de atividade da empresa.

Quadro 41: Indicadores económicos

Descrição	2012	2011	Var.%
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	99,95%	79,85%	25,18%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestações de serviços))	-9,80%	2,51%	-490,22%
Rentabilidade operacional do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,53%	0,17%	-417,74%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-1,90%	-0,50%	280,58%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

É neste contexto que se poderá constatar que o VAB gerado pela empresa é utilizado praticamente na totalidade para o pagamento dos Gastos com o pessoal, indicador que deverá merecer uma atenção muito particular.

Para além disto, é perceptível a deterioração da Rentabilidade das vendas, resultado da ocorrência de um Resultado operacional negativo em 2012, ao contrário do que ocorrera em 2011. Pela mesma razão, observa-se uma Rentabilidade operacional do ativo negativa em 2012. A Rentabilidade dos capitais próprios regista também um comportamento negativo, aproximando-se dos 2% negativos.

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de um aumento da Liquidez geral, por via do efeito conjunto de um acréscimo do Ativo corrente em 7,59% e de uma diminuição muito mais ampla do Passivo corrente, que se cifrou em 21,65%.

Já ao nível da Autonomia financeira, permanece praticamente inalterada. Quanto à Solvabilidade, regista uma diminuição muito ligeira, decorrente sobretudo do aumento em 11,54% do Passivo total.

Em termos do indicador Cobertura do imobilizado, ocorreu um acréscimo de valor, resultante do aumento dos Capitais permanentes, nomeadamente através da renegociação dos empréstimos bancários, fazendo com que os empréstimos de médio e longo prazos registassem uma variação superior a 130% e os de curto prazo uma quebra de cerca de 50%, conforme referido atrás.

Quadro 42: Indicadores financeiros

Descrição	2012	2011	Var.%
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,06	0,78	37,33%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,68	0,69	-1,56%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	2,13	2,24	-4,90%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	1,01	0,97	4,22%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/c-365/(Vendas+Prestações de serviços))	147,05	111,37	32,04%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/c-365/FSE)	168,99	96,93	74,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O Prazo médio de cobrança regista um acréscimo relevante de 32,04%, fruto do efeito simultâneo do aumento do valor inscrito na rubrica de Clientes (+15,86%) e da quebra observada nas Vendas e Prestações de serviços (-12,25%). Este indicador reflete de forma notória as dificuldades de liquidez existentes na atualidade, em grande medida resultantes do impacto do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, celebrado com a *Troika*, a que Portugal está sujeito.

Quanto ao Prazo médio de pagamentos, observa-se um considerável aumento de 74,34%, resultado do aumento do saldo de Fornecedores no final de 2012 (+63,44%) e da diminuição dos Fornecimentos e serviços externos (-6,25%). Também neste caso estão patentes de forma muito clara as carências de liquidez a que se aludiu no parágrafo acima.

10. Participações financeiras

A presente secção apresenta algumas notas relativas ao conjunto de participações financeiras em posse da Portos dos Açores, S.A. no final de 2012, com um destaque muito particular para a Atlânticoline, S.A., única empresa alvo de consolidação integral. Conforme referido na secção introdutória, a Portos dos Açores, S.A. elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor.

Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as que constam do quadro 43 a seguir.

Quadro 43: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

Dever-se-á referir que a empresa Naval Canal, Lda. não foi incluída no processo de consolidação pelo método de integração global por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo, ao contrário do que sucede com a Atlânticoline, S.A..

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Quadro 44: Empresas e entidades associadas

Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas entidades associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme referido, detalharemos de seguida os principais aspetos do desempenho da subsidiária Atlânticoline, S.A., a única entidade objeto de consolidação integral.

A subsidiária Atlânticoline, S.A., dedica-se à exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e de mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido em 83,97% pela Portos dos Açores, S.A., ou seja, no montante de 6 milhões de euros. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores.

A frota da subsidiária é composta por três embarcações próprias, o "Cruzeiro do Canal" e o "Cruzeiro das Ilhas", ambas fretadas à empresa Transmaçor, e a Lancha "Ariel", que opera em exclusivo no transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo.

O Volume de negócios da empresa atingiu em 2012 os 2.793 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição face ao valor registado em 2011 de 8,27%.

Este decréscimo poderá ser justificado sobretudo pela conjuntura económica e social atual, particularmente adversa e que se repercute numa menor disposição a viajar por parte dos potenciais clientes, para além de outros aspetos de ordem operacional, nomeadamente no que se refere à diminuição, embora ligeira, do número de viagens e do aumento do número de viagens canceladas, em resultado da ocorrência de condições meteorológicas adversas, bem como de situações de greve nos portos, conforme já referido em secções anteriores. Refira-se a este respeito, que o número de cancelamentos registados em 2012 foi de 42, comparativamente a 2011 em que o número havia sido de três, ou seja, residual.

Os Subsídios à Exploração, que em 2012 atingiram os nove milhões de euros, registaram um aumento face a 2011 de 9,78%.

Relativamente aos Gastos, atingiram no exercício de 2012 um total de 12.345 milhares de euros, com um crescimento muito ligeiro de praticamente 1% relativamente ao ano transato.

O Resultado líquido de 2012 atingiu os 92.822 euros.

Para a concretização da operação sazonal de transporte marítimo de passageiros, durante o ano de 2012 foram fretados dois navios – “Express Santorini” e “Hellenic Wind” - conforme contratos celebrados com as empresas armadoras gregas Hellenic Seaways Maritime, S.A. e Hellenic Seaways Management, SA, respetivamente.

A Atlânticoline, S.A. exerceu, para o efeito, o direito de prorrogação para a operação de 2012, previsto nos contratos de fretamento, conferindo estabilidade à operação e beneficiando das condições substancialmente mais vantajosas previstas no contrato.

Em 2012 manteve-se o modelo de rotas de transporte marítimo de passageiros do ano anterior, com ligações regulares durante todo o ano entre as Ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge) e entre as ilhas do Grupo Ocidental (Flores e Corvo), e ligações sazonais entre todas as ilhas no período entre os meses de maio e setembro.

A Atlânticoline, S.A. foi responsável pelo transporte sazonal, ao abrigo do contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral celebrado com a Região Autónoma dos Açores e o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, e pelas ligações no Grupo Ocidental.

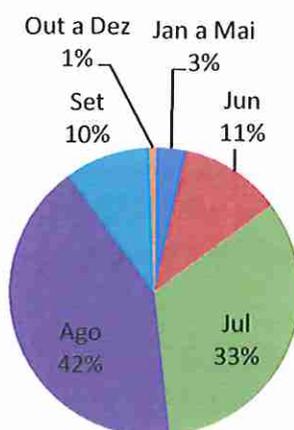
A quota de mercado da empresa correspondeu, em 2012, a 15,9%, sendo que no ano anterior a quota de mercado cifrara-se em 18,3%. Durante o ano de 2012 a empresa foi responsável pelo transporte de 117.846 de passageiros e 17.811 viaturas. O efetivo da empresa é composto por um total de 19 elementos, sendo que a Direção de Operações é a principal área em termos de recursos humanos. Face aos valores registados em 2011, observa-se uma redução de 5,75% em termos de passageiros, de 125.031 em 2011 para 117.846 em 2012, e um nível estacionário no que respeita ao número de viaturas movimentadas, à volta dos 17,8 milhares de viaturas.

Em termos de exploração, observa-se em 2012, face ao ano transato, uma diminuição ligeira de 2,5% no que respeita à taxa de ocupação por parte de passageiros, e um crescimento moderado de 1,7% em termos da taxa de ocupação por parte das viaturas.

Adicionalmente, regista-se uma concentração da atividade muito forte, representando os meses de julho e agosto 75% da atividade de transporte de passageiros. Maio corresponde ao mês de menor movimento. O mês de setembro de 2012 registou uma quebra face a 2011, contribuindo com um volume de 10% da atividade. Para este facto contribuiu significativamente a ocorrência de situações de greve nos portos operados pela empresa e que já se fez referência.

O quadro a seguir apresenta um detalhe mensal a nível da operação da empresa Atlânticoline, S.A..

Gráfico 31: Distribuição mensal do movimento de passageiros da Atlânticoline



Fonte: Atlânticoline, S.A.

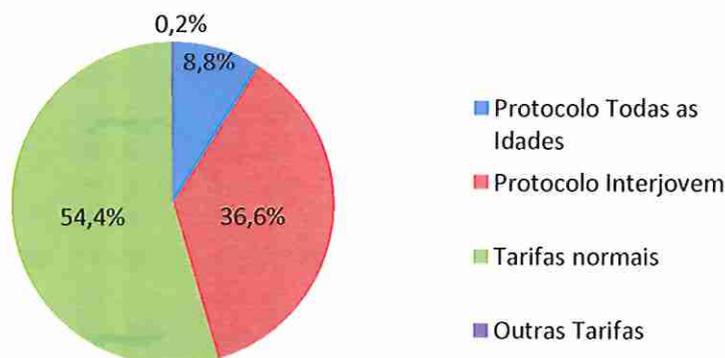
Em termos de distribuição de passageiros por navios, manteve-se a níveis similares aos registados no ano anterior, representando o navio "Express Santorini" 63% do volume de passageiros movimentados (58% em 2011). O navio "Hellenic Wind" contribuiu com 34% dos passageiros movimentados (39% em 2011) e a embarcação "Ariel" com os restantes 3%, a mesma percentagem que em 2011.

No caso das viaturas, regista-se também uma concentração dos movimentos no navio "Express Santorini", com 11.917 viaturas movimentadas, o correspondente a 67% do total de movimentos.

Os canais utilizados para as vendas incidem sobretudo em meios próprios, que garantem 39,4% das Vendas, seguida dos Agentes de viagens, com 34% e a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), que representa 26,6% das Vendas.

Outro aspeto relevante é o que se prende com a existência de condições especiais para determinados segmentos dos passageiros, como é o caso dos seniores e dos jovens, que mantêm um nível de procura assinalável. Em 2012 estas tarifas especiais mantiveram-se ao abrigo dos protocolos de benefícios para os passageiros jovens, idosos, deficientes e deficientes das Forças Armadas, tendo as vendas de ambas registado 45,4% das vendas totais de bilhetes, sendo a maior parte referente à tarifa Interjovem com 36,6%.

Gráfico 32: Distribuição de passageiros por tipo de tarifa no ano de 2012



Fonte: Atlânticoline, S.A.

Em 2012 foram efetuadas 1.240 viagens e navegadas 37.269 milhas náuticas. Inicialmente estavam previstas 37.552 milhas, sendo a diferença resultante de situações de mau tempo no final de setembro e de greves nos portos, que afetaram o desenvolvimento normal das operações dos navios, obrigando ao redesenho de horários. O quadro abaixo reflete o número de viagens e as milhas navegadas ao abrigo das operações dos navios explorados diretamente pela empresa em 2012.

Quadro 45: Detalhe da operação da Atlânticoline em 2012

	<i>Express Santorini</i>		<i>Hellenic Wind</i>		<i>Ariel</i>		Operação 2012	
	Viagens	Milhas	Viagens	Milhas	Viagens	Milhas	Viagens	Milhas
Jan/Abril	0	785	0	785	148	1.920	148	3.490
Maio	40	2.106	0	0	55	720	95	2.826
Junho	67	2.671	37	2.572	105	1.350	209	6.593
Julho	100	3.432	69	4.792	107	1.440	276	9.664
Agosto	104	3.724	70	4.580	109	1.410	283	9.714
Setembro	42	1.646	16	1.176	55	720	113	3.542
Outubro	5	0	0	0	37	480	42	480
Nov/Dez	0	0	0	0	74	960	74	960
Total	358	14.364	192	13.905	690	9.000	1.240	37.269

Fonte: Atlânticoline, S.A.

De referir ainda como facto relevante ocorrido no exercício de 2012, a celebração, em 10 de abril, do contrato de construção de dois navios de 40 metros, a operar na Região Autónoma dos Açores, num montante global de 19.278.332 euros. Para o efeito, a empresa candidatou-se à obtenção de um subsídio, ao abrigo do Programa PROCONVERGENCIA, para financiamento de 85% do investimento, ficando a cargo do Orçamento da Região Autónoma dos Açores o valor remanescente. Estima-se que o investimento em causa fique concluído em 2013.

Por fim, apresentamos, nos dois quadros seguintes o Balanço e a Demonstração de Resultados da subsidiária em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Quadro 46: Balanços

Unidade: euro

Descrição	2012	%	2011	%
Ativo não corrente	5.560.649	29,55%	3.537.589	21,72%
Ativos fixos tangíveis	5.115.637	27,19%	3.489.265	21,43%
Ativos fixos intangíveis	198.347	1,05%	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	26.000	0,14%	26.000	0,16%
Outras contas a receber	215.478	1,15%	0	0,00%
Ativos por impostos diferidos	5.187	0,03%	22.325	0,14%
Ativo corrente	13.256.144	70,45%	12.746.903	78,28%
Inventários	35.273	0,19%	41.887	0,26%
Contas a receber	12.845.561	68,27%	10.349.337	63,55%
Diferimentos	4.320	0,02%	2.060.713	12,65%
Ativos não correntes detidos para venda	202.000	1,07%	202.000	1,24%
Disponibilidades	168.990	0,90%	92.965	0,57%
Total do ativo	18.816.793	100,00%	16.284.492	100,00%
Capitais próprios	9.043.686	48,06%	7.380.820	45,32%
Passivo não corrente	1.745.726	9,28%	634.219	3,89%
Financiamentos obtidos	956.721	5,08%	102.793	0,63%
Passivos por impostos diferidos	608.518	3,23%	230.939	1,42%
Outras contas a pagar	180.487	0,96%	300.487	1,85%
Passivo corrente	8.027.381	42,66%	8.269.453	50,78%
Contas a pagar	3.219.953	17,11%	2.593.967	15,93%
Financiamentos obtidos	4.265.369	22,67%	4.895.358	30,06%
Diferimentos	542.058,90	2,88%	780.128	4,79%
Total do capital próprio e passivo	18.816.793	100,00%	16.284.492	100,00%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

Quadro 47: Demonstrações de resultados

Unidade: euro

Descrição	2012	2011	Var. %
Vendas e prestações de serviços	2.792.828	3.044.736	-8,27%
Subsídios à exploração	9.033.720	8.229.141	9,78%
Custo das mercadorias e matérias consumidas	(99.039)	(109.290)	-9,38%
Fornecimentos e serviços externos	(10.213.003)	(10.336.177)	-1,19%
Gastos com o pessoal	(862.400)	(1.023.984)	-15,78%
Imparidade de dívidas a receber	(9.070)	533.061	-101,70%
Outros rendimentos e ganhos	439.004	413.212	6,24%
Outros gastos e perdas	(124.324)	(45.842)	171,20%
EBITDA	957.717	704.857	35,87%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(606.359)	(463.191)	30,91%
EBIT	351.358	241.666	45,39%
Juros e rendimentos similares obtidos	147.467	36.932	299,30%
Juros e rendimentos similares suportados	(416.287)	(221.061)	88,31%
Resultado antes de impostos	82.538	57.537	43,45%
Imposto sobre o rendimento do exercício	14.283	7.790	83,35%
Resultado líquido do exercício	96.822	65.327	48,21%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



11. Perspetivas futuras

As projeções do Banco de Portugal (BdP), de acordo com o Boletim Económico da Primavera 2013, apontam para uma contração da atividade económica, neste ano de 2013, de 2,3%. Para 2014, projeta-se um aumento da atividade económica de 1,1%, num quadro em que não foram consideradas medidas de consolidação orçamental adicionais às previstas no Orçamento do Estado para 2013, cujo impacto pode fazer com que o PIB recupere, afinal, apenas 0,3%.

A evolução ao longo de 2013 apresentada no referido documento pressupõe uma deterioração das perspetivas de rendimento permanente, num quadro de elevada incerteza e deterioração acentuada das condições no mercado de trabalho, a qual deverá implicar uma redução do consumo de bens duradouros, não duradouros e serviços. A materialização da atual projeção implicaria que o consumo privado total se situasse em 2014 em níveis próximos dos observados em 2000.

Por seu turno, as projeções para 2014 assentam numa forte queda da procura interna, perante o contexto de redução das perspetivas de rendimento permanente. Os riscos considerados na construção das projeções do Banco de Portugal prendem-se com duas ordens de fatores em termos de enquadramento: um enquadramento interno ditado por eventuais necessidades de medidas adicionais de ajustamento orçamental, por forma a cumprir com o Programa de Assistência Económica e Financeira, celebrado com a *Troika*; e um enquadramento externo condicionado pelo dinamismo da procura externa.

Nunca será demais referir que a evolução da economia portuguesa encontra-se severamente condicionada pelo desenvolvimento do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado, para além de uma quebra acentuada de todas as componentes da procura interna, um impacto recessivo com consequências negativas em termos de mercado de trabalho.

Estas previsões e o contexto em que as mesmas surgem, numa sucessiva rota de agravamento das previsões, permitem pressupor, para o próximo biénio, um cenário de acentuada incerteza em termos de previsão da procura interna também na Região Autónoma dos Açores, com reflexo direto no nível de procura de transporte marítimo, seja de mercadorias como de passageiros.

Relativamente à economia açoriana, o Plano para 2013, apresentado no final do mês de janeiro de 2013, regista uma diminuição de cerca de 15% no volume de investimento face ao valor inscrito no Plano para 2012 que, por seu turno, já observara uma quebra de 6% face ao valor do Plano de 2011. De qualquer forma, esta diminuição do investimento enquadra-se no contexto de consolidação orçamental já referido.

Ao nível das infraestruturas portuárias, encontra-se a terminar um ciclo de obras públicas de dimensão considerável, iniciado com o Terminal de Passageiros de Ponta Delgada (Portas do Mar), em 2006, e que inclui ainda o Terminal de Passageiros da Horta, inaugurado em julho de 2012, e o Terminal de Passageiros da Madalena do Pico, ainda a decorrer.

Outros aspetos que ainda merecerão acompanhamento em termos de desenvolvimento a curto prazo, nomeadamente no que se refere à manutenção, ou não, do diferencial fiscal constante da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que se encontra em processo de revisão na Assembleia da República, sobretudo no que diz respeito ao diferencial relativo ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).



Neste contexto, a empresa Portos dos Açores, S.A. apresenta um orçamento relativamente restritivo em termos de investimento para os anos de 2013 a 2015, condicionado também pela necessidade de controlo de endividamento e maximização das fontes de financiamento mais favoráveis, nomeadamente em termos de recurso a fundos comunitários, não obstante encontrarmo-nos num período de transição entre dois quadros comunitários de apoio, o que constitui uma forte restrição à utilização em condições normais dos recursos em causa.

A este respeito, o recente anúncio perante a Comissão Europeia das perspetivas relativamente à constituição de uma Plataforma Logística no porto da Praia da Vitória merece um destaque muito particular, atendendo às perspetivas que poderão daí advir permitindo no futuro, a dinamização daquela infraestrutura, num quadro de utilização substancialmente mais amplo do que aquele que tem vindo a registar-se.

Também a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, documento que se encontra em período de discussão pública, refere claramente a importância em termos de posicionamento estratégico de Portugal na fachada atlântica da Península Ibérica e no cruzamento das principais rotas de tráfego marítimo, nomeadamente as rotas norte-sul e este-oeste, em que o arquipélago dos Açores poderá constituir-se claramente como um potencial *player*. O documento em apreço aborda também o potencial da náutica de recreio e o turismo de cruzeiros, área em que a Portos dos Açores, S.A. tem vindo a apostar de forma continuada nos últimos anos, com resultados visíveis e que poderão ser ainda mais potenciados.

De igual modo, o desenvolvimento de políticas europeias ao nível dos transportes, com particular destaque para o programa TEN-T, com uma dotação financeira de 50 mil milhões de euros para a melhoria das redes europeias de transporte, energia e digital, aprovado pela Comissão Europeia em outubro de 2011, poderá constituir um elemento fundamental na contínua melhoria das infraestruturas portuárias no arquipélago. As verbas afetas às infraestruturas de transporte atingem os 31,7 mil milhões de euros, o que inclui o reforço em 10 mil milhões do Fundo de Coesão, destinado a países em que se inclui Portugal.

A Portos dos Açores, S.A. acompanha com atenção novos enquadramentos e perspetivas como os referidos, na procura de uma ativa potenciação dos recursos disponíveis.

Em termos de fluxo de atividade portuária, as previsões apontam para uma ligeira diminuição dos volumes de movimentação de mercadorias e escalas de navios ao longo de 2013, com um crescimento embora muito ligeiro destas variáveis já em 2014, em linha com as perspetivas macroeconómicas atrás avançadas.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 4.208.888,01 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 14 de maio de 2013

O Conselho de Administração



(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia)



(Filipe Mota Fonseca Macedo)

CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

	NOTAS	31-12-2012	31-12-2011 (reexpresso)
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	282.183.944,38	262.538.813,30
Ativos intangíveis	8	95.053,90	82.584,92
Participações financeiras	9	8.471.818,14	7.143.305,33
Ativos por impostos diferidos	10	115.965,35	124.285,21
		<u>290.866.781,77</u>	<u>269.888.988,76</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	24.360,54	33.211,71
Clientes	6 e 12	7.149.350,50	6.170.721,84
Estado e outros entes públicos	13	537.316,62	551.992,14
Outras contas a receber	12	24.842.371,62	23.380.381,13
Diferimentos	14	787.601,96	697.009,99
Caixa e depósitos bancários	4	1.485.236,03	1.500.099,05
		<u>34.826.237,27</u>	<u>32.333.415,86</u>
Total do activo		<u>325.693.019,04</u>	<u>302.222.404,62</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(188.633,05)	853.892,53
Ajustamentos em ativos financeiros	16	1.535.664,70	235.505,42
Outras variações no capital próprio	16	184.069.479,58	168.456.015,92
		<u>225.880.814,38</u>	<u>210.009.717,02</u>
Resultado líquido do período		(4.208.888,01)	(1.042.525,58)
Total do capital próprio		<u>221.671.926,37</u>	<u>208.967.191,44</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	527.473,04	640.261,11
Financiamentos obtidos	18	28.255.704,66	12.286.123,08
Passivos por impostos diferidos	10	43.176.790,60	39.514.374,11
		<u>71.959.968,30</u>	<u>52.440.758,30</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	3.139.554,66	1.920.877,82
Adiantamentos a clientes		-	473,74
Estado e outros entes públicos	13	285.003,96	311.152,00
Financiamentos obtidos	18	15.195.221,77	29.077.059,06
Outras contas a pagar	19	13.357.091,44	9.504.892,26
Diferimentos	14	84.252,54	-
		<u>32.061.124,37</u>	<u>40.814.454,88</u>
Total do passivo		<u>104.021.092,67</u>	<u>93.255.213,18</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>325.693.019,04</u>	<u>302.222.404,62</u>

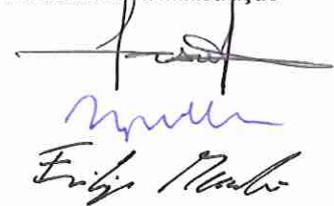
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011 (reexpresso)
Vendas e serviços prestados	20	17.746.128,20	20.223.822,41
Subsídios à exploração		29.741,17	27.053,32
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur	9	48.353,53	102.985,96
Trabalhos para a própria entidade	7 e 8	-	53.370,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(411.773,43)	(368.395,96)
Fornecimentos e serviços externos	21	(6.781.236,22)	(7.233.431,64)
Gastos com o pessoal	22	(10.294.261,88)	(10.043.907,27)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(141.006,17)	(2.483,25)
Provisões (aumentos/reduções)	17	80.461,47	9.337,96
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	23	5.153.333,53	4.475.753,31
Outros gastos e perdas	24	<u>(147.698,36)</u>	<u>(116.136,00)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.282.041,84	7.127.969,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.020.481,55)	(6.620.267,15)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(1.738.439,71)</u>	<u>507.702,47</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	4.498,17	122.035,49
Juros e gastos similares suportados	25	<u>(2.447.351,05)</u>	<u>(1.604.064,69)</u>
Resultado antes de impostos		(4.181.292,59)	(974.326,73)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(27.595,42)	(68.198,85)
Resultado líquido do período		<u>(4.208.888,01)</u>	<u>(1.042.525,58)</u>
Resultado por acção básico		<u>(10,46)</u>	<u>(2,59)</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



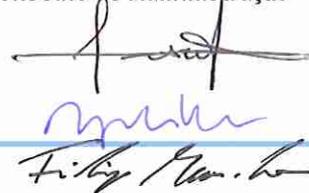
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTAS	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		17.460.252,35	19.693.157,07
Pagamentos a fornecedores		(7.797.515,20)	(7.222.847,14)
Pagamentos ao pessoal		(9.326.568,47)	(10.604.394,47)
Caixa gerada pelas operações		<u>336.168,68</u>	<u>1.865.915,46</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(39.356,29)	(45.384,49)
Outros recebimentos/(pagamentos)		1.621.565,24	(108.888,34)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>1.918.377,63</u>	<u>1.711.642,63</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(25.440.081,34)	(30.572.942,39)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	(1.975.000,00)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		23.802.306,34	36.621.359,56
Juros e rendimentos similares		25.965,29	122.035,49
Dividendos		20.000,00	14.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(1.591.809,71)</u>	<u>4.209.452,66</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		17.666.400,00	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15.521.690,75)	(10.441.925,49)
Juros e gastos similares		(2.429.175,23)	(1.691.386,49)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>(284.465,98)</u>	<u>(12.133.311,98)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		42.101,94	(6.212.216,69)
Efeito da fusão	4	0,00	7.576.282,11
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.443.134,09	79.068,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.485.236,03	1.443.134,09

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	3.961.173,36	0,00	155.088.664,26	(2.936.590,58)	196.577.550,19
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2010		-	-	(2.936.590,58)	-	0,00	-	2.936.590,58	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(170.690,25)	235.505,42	19.984.093,22	0,00	(6.616.741,56)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(3.107.280,83)	235.505,42	13.367.351,66	2.936.590,58	13.432.166,83
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
							13.367.351,66	(1.042.525,58)	12.389.641,25
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	853.892,53	235.505,42	168.456.015,92	(1.042.525,58)	208.967.191,44
Saldo em 1 de Janeiro de 2012		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	853.892,53	235.505,42	168.456.015,92	(1.042.525,58)	208.967.191,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Impostos diferidos -subsídios ao investimento	2	-	-	-	(842.547,24)	-	-	842.547,24	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2011		-	-	-	(199.978,34)	-	-	199.978,34	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(3.662.416,49)	-	(3.662.416,49)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	1.300.159,28	19.275.880,15	-	20.576.039,43
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
							15.613.463,66	(4.208.888,01)	12.704.734,93
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	1.188.633,05	1.535.664,70	184.069.479,58	(4.208.888,01)	221.671.926,87




**CAPÍTULO III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS –
CONTAS INDIVIDUAIS**




1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, que tem como acionista único a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade está atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de Setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros, valor este utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na sequência da reanálise e revisão do entendimento inicial da Comissão de Normalização Contabilística sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis

com vida útil definida que passou a considerar que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, o balanço em 31 de Dezembro de 2011 e as demonstrações dos resultados e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados para que o imposto diferido não afetasse os resultados do ano como se indica:

	2011	Ajustamentos	2011 (reexpresso)
Em capitais próprios			
Resultados transitados	11.345,31	842.547,24	853.892,55
Em resultados			
Imposto sobre o rendimento do período	774.348,39	(842.547,24)	(68.198,85)

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das empresas incorporadas que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras activos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de *software* e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e

posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

(h) Imparidade de ativos e passivos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(l) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(o) Capital social

O Capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(p) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

(q) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(r) Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidas pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(t) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos como passivos por impostos diferidos todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(u) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(v) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(w) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de Caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2012	2011
Numerário	10.529	40.481
Depósitos à ordem	223.707	208.619
Depósitos a prazo	1.251.000	1.251.000
	<u>1.485.236</u>	<u>1.500.099</u>

h
A
A
m

Existiam dois depósitos a prazo nos montantes de 1.000 euros e 1.250.000 euros que se venciam em 26 de abril e 26 de março de 2013 e eram remunerados à taxa anual de 0,95% e 2,14 %, respetivamente.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2011, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores. Como indicado na Nota 2, passou-se a considerar a forma de contabilização que resultou da reanálise e revisão do entendimento inicial da Comissão de Normalização Contabilística sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida que considera que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem.

6. Partes relacionadas

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a PORTOS DOS AÇORES apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2012	2011
Cientes e outras contas a receber		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	1.084.111	571.759
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	563.028	611.729
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	59.744	89.320
	<u>1.706.884</u>	<u>1.272.809</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	-	-
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	45.738	104.015
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	-	2.320
	<u>45.738</u>	<u>106.335</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

Serviços prestados	
ATLÂNTICOLINE, S.A.	516.184
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	781.986
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1.460.502
	<u>2.758.671</u>
Compras de produtos e serviços	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	189.625
	<u>189.625</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2012			Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferên- cias/abates	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	211.177.800	47.628.117	-	258.805.917
Equipamento básico	23.368.473	5.882.183	(112.000)	29.138.656
Equipamento de transporte	647.571	28.500	-	676.071
Equipamento administrativo	2.190.817	146.830	(4.336)	2.333.312
Outros activos fixos tangíveis	874.130	72.026	(6.166)	939.990
Investimentos em curso	54.609.378	25.466.239	(52.564.096)	27.511.521
	<u>310.946.541</u>	<u>79.223.895</u>	<u>(52.686.598)</u>	<u>337.483.839</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	28.915.559	4.842.874	111	33.758.544
Equipamento básico	16.355.485	1.858.165	(105.476)	18.108.175
Equipamento de transporte	565.198	47.507	25	612.729
Equipamento administrativo	1.951.125	153.162	(13.975)	2.090.312
Outros activos fixos tangíveis	620.360	116.243	(6.468)	730.135
	<u>48.407.728</u>	<u>7.017.951</u>	<u>(125.784)</u>	<u>55.299.895</u>
Valor líquido	<u>262.538.813</u>			<u>282.183.944</u>

	31 de Dezembro de 2011			Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferên- cias/abates	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	210.946.703	231.097	-	211.177.800
Equipamento básico	20.096.445	3.272.028	-	23.368.473
Equipamento de transporte	630.527	17.044	-	647.571
Equipamento administrativo	2.121.027	69.790	-	2.190.817
Outros activos fixos tangíveis	848.399	25.731	-	874.130
Investimentos em curso	25.666.906	28.942.473	-	54.609.378
	<u>278.388.378</u>	<u>32.558.163</u>	<u>-</u>	<u>310.946.541</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	24.279.039	4.636.520	-	28.915.559
Equipamento básico	14.647.104	1.708.382	-	16.355.485
Equipamento de transporte	508.884	56.314	-	565.198
Equipamento administrativo	1.802.263	148.862	-	1.951.125
Outros activos fixos tangíveis	552.275	68.923	(838)	620.360
	<u>41.789.564</u>	<u>6.619.001</u>	<u>(838)</u>	<u>48.407.728</u>
Valor líquido	<u>236.598.814</u>			<u>262.538.813</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e

eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	54.609.379	25.666.906
Investimento directo	25.466.239	28.889.102
Encargos financeiros do período	-	53.371
	<u>80.075.617</u>	<u>54.609.379</u>
<u>Menos:</u>		
Transferência para imobilizações corpóreas e anulações	(52.564.096)	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u><u>27.511.521</u></u>	<u><u>54.609.379</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o custo acumulado dos Investimentos em curso, incluindo os ativos que transitaram das empresas incorporadas, compreende:

	2012	2011
Reordenamento do porto da Horta	-	30.905.890
Reordenamento do porto da Madalena do Pico	12.793.117	8.621.656
Rebaixamento da cota-fundo - 8zh cais norte	-	2.306.871
Rampa Ro Ro do porto da Horta	-	1.896.581
Rampa Ro Ro do porto das Lajes das Flores	1.411.110	1.410.363
Reforço da cabeça do molhe do porto das Lajes das Flores	-	2.784.457
Protecção da marginal da Praia da Vitória	2.749.363	2.012.990
Lancha pilotos	-	1.298.400
Rampa Ro Ro de São Roque do Pico	1.443.310	157.230
Terminal de passageiros do Porto da Madalena	3.048.015	243.220
Prolongamento do porto e terraplano das Lajes das Flores	1.748.430	58.121
Outros	4.318.176	2.913.600
	<u><u>27.511.521</u></u>	<u><u>54.609.379</u></u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012	2011
Aquisição de programas informáticos	6.328	7.594
Amortizações do ano	<u>(2.531)</u>	<u>(1.266)</u>
	3.797	6.328
Investimentos em curso	<u>91.257</u>	<u>76.257</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>95.054</u>	<u>82.585</u>

9. Participações financeiras

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2012	2011
Saldo inicial	7.123.305	6.380.089
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(15.000)	(10.000)
OPERTRI	(5.000)	(4.000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio	1.300.159	654.230
Resultados do ano	<u>48.354</u>	<u>102.986</u>
Saldo final	<u>8.451.818</u>	<u>7.123.305</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Empresas subsidiárias e associadas	31 de dezembro de 2012			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, LDA.	100	46.406	3.103	46.406
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	9.043.686	96.822	<u>7.593.993</u>
				<u>7.640.398</u>
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.700.738	17.428	425.185
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	462.628	(276.831)	92.526
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	863.571	93.933	172.714
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	604.978	(19.140)	<u>120.996</u>
				<u>811.420</u>
				<u>8.451.818</u>

Empresas subsidiárias e associadas	31 de dezembro de 2011			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, LDA.	100	43.303	12.690	43.303
ATLÂNTICOLINE, S.A	83,97	7.380.820	65.327	<u>6.197.682</u>
				<u>6.240.985</u>
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.743.428	8.826	435.857
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	739.459	12.156	147.892
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	843.738	148.915	168.747
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	649.118	5.102	<u>129.824</u>
				<u>882.320</u>
				<u>7.123.305</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar encontra-se registada pelo método de custo.

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2012					
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Saldo final
		Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	121.650	-	13.110	(21.430)	-	113.330
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de créditos	2.636	-	-	-	-	2.636
	<u>124.285</u>	<u>-</u>	<u>13.110</u>	<u>(21.430)</u>	<u>-</u>	<u>115.965</u>
Passivos por impostos diferidos						
Subsídios ao investimento	39.514.374	4.622.404	-	-	(959.987)	43.176.791
	<u>39.514.374</u>	<u>4.622.404</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(959.987)</u>	<u>43.176.791</u>

	Em 31 de dezembro de 2011					
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Saldo final
		Capitais próprios	Resultados do ano	Resultados do ano	Capitais próprios	
Ativos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	169.939	-	-	(48.289)	-	121.650
Prejuízos fiscais reportáveis	3.075	-	-	(3.075)	-	-
Perdas por imparidade de créditos	3.468	-	-	(832)	-	2.636
	<u>176.482</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(52.197)</u>	<u>-</u>	<u>124.285</u>
Passivos por impostos diferidos						
Subsídios ao investimento	32.897.633	4.639.525	-	-	1.977.217	39.514.374
	<u>32.897.633</u>	<u>4.639.525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.819.764</u>	<u>39.514.374</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte.

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Saldo inicial	33.212	15.141
Compras	402.922	386.467
Inventário final	<u>(24.361)</u>	<u>(33.212)</u>
Custo das vendas	<u>411.773</u>	<u>368.396</u>
Inventário final	24.361	33.212
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>24.361</u>	<u>33.212</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	1.706.884	-	1.272.808	-
Clientes	5.442.467	-	4.897.914	-
Clientes cobrança duvidosa	<u>859.812</u>	-	<u>723.894</u>	-
	8.009.163	-	6.894.616	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(859.812)</u>	-	<u>(723.894)</u>	-
	<u>7.149.351</u>	-	<u>6.170.722</u>	-
Outras contas a receber				
Acréscimos de rendimentos	26.586	-	2.552	-
Subsídios a receber	24.788.674	-	23.344.046	-
Outros	16.640	-	15.357	-
Pessoal	<u>24.343</u>	-	<u>32.298</u>	-
	24.856.243	-	23.394.253	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(13.872)</u>	-	<u>(13.872)</u>	-
	<u>24.842.372</u>	-	<u>23.380.381</u>	-

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais,

incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores. Os subsídios a devolver às entidades financiadoras perfazem o montante de 964.233 euros são mostrados em Outras contas a pagar (Nota 19).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

Em 31 de dezembro de 2012					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	723.894	148.677	(7.671)	(5.088)	859.812
Outras contas a receber	13.872	-	-	-	13.872
	<u>737.766</u>	<u>148.677</u>	<u>(7.671)</u>	<u>-</u>	<u>873.684</u>

Em 31 de dezembro de 2011					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	1.156.968	10.550	(8.067)	(435.557)	723.894
Outras contas a receber	13.872	-	-	-	13.872
	<u>1.170.840</u>	<u>10.550</u>	<u>(8.067)</u>	<u>(435.557)</u>	<u>737.766</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 141.006 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2011 – 2.483 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2012		2011	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar	46.729	-	56.385	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	91.075	-	121.850
Rendimentos profissionais	-	3.686	-	4.293
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a pagar	-	-	-	-
IVA - a recuperar	731	-	494.187	-
IVA - reembolsos pedidos	445.670	-	1.421	-
IVA - liquidações oficiosas	44.187	-	-	-
Contribuições para a segurança social	-	190.243	-	185.009
	<u>537.317</u>	<u>285.004</u>	<u>551.992</u>	<u>311.152</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 17,5%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTOS DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser revistas.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresenta-se como se segue:

	2012	2011
Pagamentos especiais por conta	65.218	50.920
Retenções efectuadas por terceiros	787	21.467
Estimativa de IRC do ano	<u>(19.276)</u>	<u>(16.002)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a recuperar	<u>46.729</u>	<u>56.385</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2012	2011	Ano de reporte
2010	34.244	34.244	2015
2011	16.676	16.676	2016
2012	<u>14.298</u>	-	2017
	<u>65.218</u>	<u>50.920</u>	

O montante de 27.595 euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2012	2011
Imposto corrente	<u>(19.276)</u>	<u>(16.002)</u>
Imposto diferido	<u>(8.320)</u>	<u>(52.197)</u>
	<u>(27.595)</u>	<u>(68.199)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 é de cinco períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2012	2011	Ano de reporte
2008	1.933.624	1.933.624	2014
2009	3.224.403	3.224.403	2015
2010	4.284.494	4.284.494	2014
2011	948.215	948.215	2015
2012	4.069.234	-	2017
	<u>14.459.970</u>	<u>10.390.737</u>	

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros	12.056	1.762
Combustíveis	154.624	-
Fardamento/EPI	1.058	-
Lubrificantes e outros	15.568	-
Máquinas e equipamentos	547.596	693.723
Material de consumo	56.270	-
Outros	430	1.525
	<u>787.602</u>	<u>697.010</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	84.253	-
	<u>84.253</u>	<u>-</u>

Os montantes diferidos dizem essencialmente respeito a aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer maioritariamente as rendas das Portas do Mar referentes ao ano de 2013.

15. Capital realizado

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas nas rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2012 e 2011 decorreram de:

Resultados transitados

	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	853.893	3.961.173
Aplicação dos resultados de 2011	(199.978)	(2.936.591)
Reexpressão - subsídios ao investimento	(842.547)	-
Outras variações	-	(170.690)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(188.633)</u>	<u>853.893</u>

Como indicado na Nota 2, a Comissão de Normalização Contabilística alterou a sua recomendação de que o imposto diferido dos subsídios ao investimento afetasse o imposto sobre o rendimento da demonstração dos resultados, pelo que se procedeu à correção desta situação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 9 de maio de 2012 transferir para resultados transitados o resultado apurado no exercício de 2011, no montante negativo de 199.978 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	235.505	-
Variações nos capitais próprios (Nota 9):		
ATLANTICOLINE	1.315.009	-
OPERTERCEIRA	180	-
AGESPI	<u>(15.030)</u>	<u>235.505</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.535.665</u>	<u>235.505</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias.

Outras variações em capitais próprios

	Subsidio	Imposto diferido	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2011	187.986.297	(32.897.633)	
Subsídios atribuídos (Nota 10 e 12)	24.418.424	(4.639.525)	
Transferência para resultados (Nota 10 e 23)	(4.434.330)	842.547	
Correcção de taxa do imposto (Nota 10)	-	(2.819.764)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>207.970.390</u>	<u>(39.514.374)</u>	<u>168.456.016</u>
Subsídios atribuídos (Nota 10 e 12)	24.328.445	(4.622.404)	
Transferência para resultados (Nota 10 e 23)	<u>(5.052.564)</u>	<u>959.987</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>227.246.270</u>	<u>(43.176.791)</u>	<u>184.069.479</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis e os correspondentes impostos diferidos que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Passivos por impostos diferidos assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 10).

Como explicado na Nota 2, os números comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressos pelo facto da Comissão de Normalização Contabilística ter alterado o entendimento de que os impostos diferidos associados aos rendimentos do ano dos subsídios de investimento afetassem os resultados transitados.

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, foi o seguinte:

Em 31 de dezembro de 2012					
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	640.261		(80.461)	(32.327)	527.473

Em 31 de dezembro de 2011					
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	680.259		(9.338)	(30.660)	640.261

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	3.112.118	22.858.324	26.567.852	4.916.361
Contas correntes caucionadas	7.740.000	-	-	-
Contratos de locação financeira	48.147	-	68.084	-
Incentivos financeiros	4.294.956	5.397.381	2.384.158	7.369.762
Depósitos à ordem - saldos credores	-	-	56.965	-
	<u>15.195.222</u>	<u>28.255.705</u>	<u>29.077.059</u>	<u>12.286.123</u>

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos podem ser assim resumidas:

Entidade bancária	Euribor	Spread	Data fim	Duração	Garantia
DEXIA SABADELL	3.208.333 12 meses	-0,25%	01-08-2019	15 anos	Aval da RAA
BANIF	1.765.888 6 meses	2,50%	30-06-2013	4 anos	
BANIF	12.775.240 1 mês	7,00%	16-06-2022	10 anos	Carta conforto
BANIF	6.000.000 1 mês	6,50%	30-09-2012	CCC	
Montepio Geral	1.044.168 3 meses	6,50%	23-10-2022	10 anos	Equipamento portuário
Montepio Geral	490.000 3 meses	6,50%	25-04-2013	CCC	
BARCLAYS	1.250.000 6 meses	1,00%	31-12-2099	CCC	Depósito a prazo
Millennium BCP	6.511.017 30 dias	7,00%	10-07-2022	5 anos	
Millennium BCP	668.119 6 meses	0,20%	25-09-2018	138 meses	

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Total
2013	3.112.118	4.294.956	7.407.074
2014	2.569.572	1.972.381	4.541.953
2015	2.024.535	1.972.381	3.996.916
2016	2.071.309	549.477	2.620.786
2017	4.564.715	361.257	4.925.973
2018	1.361.784	361.257	1.723.041
2019 e seguintes	<u>10.266.408</u>	<u>180.629</u>	<u>10.447.037</u>
	<u>25.970.442</u>	<u>9.692.338</u>	<u>35.662.779</u>

Os financiamentos obtidos junto do Turismo de Portugal, I.P., têm prestações de capital vencidas em 2011 e 2012 que perfaziam o montante de 2.322.576 euros em 31 de dezembro de 2012 e estão apresentados de acordo com os planos financeiros inicialmente aprovados, para os quais foram solicitados novas maturidades ainda não aprovadas; todavia, com base em informação prestada pela entidade gestora poderá resultar numa carência que incidirá sobre as duas prestações, de cada um dos empréstimos, vencidas há mais tempo, e as restantes deverão ser recalculadas em função da proposta solicitada de reembolso em prestações constantes ou crescentes.

Do total devido a esta entidade em 31 de dezembro de 2012, existe um empréstimo de 2.348.172 euros nessa data que vence juros à taxa anual Euribor de 6 meses, sendo que o valor remanescente dos incentivos financeiros não vence juros.

19. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:




	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	45.738	-	106.335	-
Fornecedores	<u>3.093.817</u>	<u>-</u>	<u>1.814.542</u>	<u>-</u>
	<u>3.139.555</u>	<u>-</u>	<u>1.920.878</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Pessoal	74.459	-	24.909	-
Fornecedores de investimento	9.034.004	-	7.344.592	-
Remunerações a liquidar	1.332.922	-	619.248	-
Juros a liquidar	96.452	-	114.439	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	964.233	-	-	-
Extracção da areia	1.227.022	-	870.298	-
Taxas de reestruturação e portuárias	410.854	-	410.854	-
Cauções recebidas	136.825	-	66.095	-
Outros	<u>80.320</u>	<u>-</u>	<u>54.458</u>	<u>-</u>
	<u>13.357.091</u>	<u>-</u>	<u>9.504.892</u>	<u>-</u>

Desconhece-se nesta data se o montante de 410.854 euros, referente às taxas de reestruturação portuária e outras situações que transitaram das extintas juntas portuárias, irá ser reconhecido como uma efetiva exigibilidade.

Em 31 de Dezembro de 2012 estão registadas na rubrica de Gastos com o pessoal 96.578 euros relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho, estando o montante de 68.999 euros reconhecido na rubrica de Pessoal ainda não liquidado (Nota 22).

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pela administração portuária na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:



	2012	2011
Vendas		
Combustível	388.965	426.991
Outros	-	103
	<u>388.965</u>	<u>427.094</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	4.784.151	5.503.022
Operações de carga	3.300.184	3.756.883
Utilização de equipamentos	4.998.356	5.761.027
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	1.726.511	1.964.385
Alugueres, ocupações e concessões	1.467.458	1.590.522
Exploração náutica de recreio	809.623	808.344
Outros serviços prestados	270.880	412.545
	<u>17.357.163</u>	<u>19.796.728</u>
Vendas e serviços prestados	<u>17.746.128</u>	<u>20.223.822</u>

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
Subcontratos	1.591.395	1.693.510
Serviços especializados	2.762.341	3.186.190
Materiais	68.539	54.690
Energia e fluídos	1.406.531	1.289.661
Deslocações, estadas e transportes	161.090	172.499
Serviços diversos	791.341	836.883
	<u>6.781.236</u>	<u>7.233.432</u>

Na rubrica de Subcontratos estão registadas as rendas da concessão da gestão das infraestruturas das Portas do Mar no montante de 985.705 euros.

Os montantes mais significativos reconhecidos na rubrica de Serviços especializados referem-se à vigilância e segurança das diversas instalações (916.528 euros) e conservação e reparações de instalações e equipamentos (1.202.720 euros).

22. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal nos anos de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	164.727	414.015
Remunerações do pessoal	8.409.641	8.059.796
Encargos sobre remunerações	1.320.308	1.245.156
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	202.942	182.122
Gastos de acção social	28.355	20.626
Outros	168.289	122.192
	<u>10.294.262</u>	<u>10.043.907</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2012 é de 280 trabalhadores (em 2011 – 278 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2012 estão registadas na rubrica de Outros 96.578 euros relacionados com indemnizações por cessação do contrato de trabalho, dos quais 68.999 euros serão liquidados em 2013 (Nota 19).

23. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram como segue:

	2012	2011
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	51.650	9.618
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	17.305	1.173
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5.052.564	4.434.330
Outros	31.814	30.632
	<u>5.153.334</u>	<u>4.475.753</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

24. Outros gastos e perdas

Na rubrica de Outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, apresentava o seguinte detalhe:



	2012	2011
Outros gastos e perdas		
Impostos	11.220	11.999
Descontos de pronto pagamento	-	5
Perdas em inventários	-	326
Quotizações	16.698	16.532
Donativos	10.175	58.252
Multas e penalidades	4.799	4.641
Insuficiência de estimativa de IRC	8.269	5.496
Correcções relativas a exercício anteriores	88.593	-
Outros	7.944	18.887
	<u>147.698</u>	<u>116.136</u>

25. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2012 e de 2011, tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	4.498	122.035
	<u>4.498</u>	<u>122.035</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1.926.779	1.466.559
Outros	520.572	137.506
	<u>2.447.351</u>	<u>1.604.065</u>
Resultados financeiros	<u>(2.442.853)</u>	<u>(1.482.029)</u>

Na rubrica de Outros rendimentos estão registados 43.103 euros de juros de mora anulados que tinham sido exigidos pelos fornecedores de imobilizado e relacionados com atrasos ocorridos na liquidação dos encargos com empreitadas.

26. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos contratuais e encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 27.088.515 euros (em 2011 – 36.762.410 euros).

27. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2012 atingiam um valor de 7.577.183 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.

28. Responsabilidades contingentes

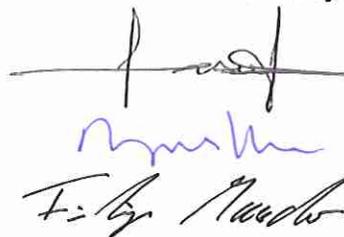
Em 31 de Dezembro de 2012, encontra-se ainda em curso processos judiciais destacando-se o montante estimado de 126.100 euros relacionado com uma ação sobre a subsidiária NAVALCANAL, para os quais não foram constituídas quaisquer provisões por a Administração, baseada nos pareceres dos advogados, entender que não irá suportar qualquer encargo.

A Autoridade Tributária e Aduaneira tem solicitado a liquidação do IMI sobre alguns imóveis construídos ou localizados no domínio público marítimo. O Conselho de Administração, com base em pareceres do departamento jurídico, entende que não existe fundamento legal para esta pretensão e, neste contexto, apresentou as suas posições, que consideram inadequado o enquadramento legal e fiscal pretendido. À data de emissão deste Anexo existia uma dívida em cobrança coerciva a este respeito de 46.744 euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

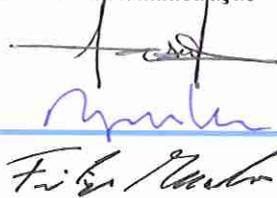
BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTA	31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	287.299.580,93	266.028.077,94
Activos intangíveis	8	293.400,48	82.584,92
Participações financeiras	9	903.825,56	971.622,95
Activos por impostos diferidos	1	121.152,75	146.609,78
		<u>288.617.959,72</u>	<u>267.228.895,59</u>
Activo corrente			
Inventários	1	59.633,63	75.098,79
Clientes	1	6.681.053,13	6.055.774,59
Estado e outros entes públicos	1	556.435,41	593.025,07
Outras contas a receber	1	37.268.477,69	33.231.873,49
Diferimentos	1	791.921,96	2.757.722,79
Activos não correntes detidos para venda	1	202.000,00	202.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	1.654.226,16	1.593.064,34
		<u>47.213.747,98</u>	<u>44.508.559,07</u>
Total do activo		<u>335.831.707,70</u>	<u>311.737.454,66</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	1	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	1	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	1	(1.443.558,45)	(104.462,80)
Ajustamentos em activos financeiros	1	220.655,83	235.505,40
Outras variações no capital próprio	1	186.639.413,85	169.414.371,31
		<u>225.880.814,38</u>	<u>210.009.717,06</u>
Resultado líquido do período		(4.208.888,01)	(1.042.525,58)
Interesses minoritários	1	1.449.693,18	1.183.137,57
Total do capital próprio		<u>223.121.619,55</u>	<u>210.150.329,05</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	1	527.473,04	640.261,11
Financiamentos obtidos	2	29.212.425,16	12.388.916,17
Passivos por impostos diferidos	1	43.785.308,99	39.745.312,77
Outras contas a pagar	2	180.486,90	300.486,90
		<u>73.705.694,09</u>	<u>53.074.976,95</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	2	3.203.765,98	3.257.364,86
Adiantamentos a clientes		-	473,7
Estado e outros entes públicos	1	304.573,54	319.584,30
Financiamentos obtidos	2	19.460.590,54	33.972.417,31
Outras contas a pagar	2	15.409.152,56	10.182.180,89
Diferimentos	1	626.311,44	780.127,57
		<u>39.004.394,06</u>	<u>48.512.148,67</u>
Total do passivo		<u>112.710.088,15</u>	<u>101.587.125,62</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>335.831.707,70</u>	<u>311.737.454,67</u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



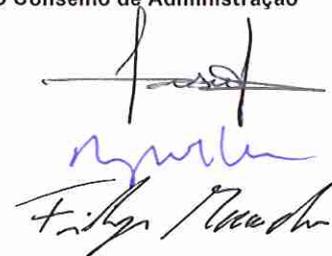
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
EM 31 DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2012	2011
Vendas e serviços prestados	22	20.022.772,98	22.683.852,65
Subsídios à exploração	22	9.063.461,17	8.256.194,34
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	9 e 23	(32.947,77)	48.130,87
Trabalhos para a própria entidade	7	-	53.370,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(510.812,58)	(477.685,98)
Fornecimentos e serviços externos	24	(16.478.055,36)	(16.984.903,25)
Gastos com o pessoal	25	(11.156.661,39)	(11.067.891,05)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(150.076,01)	530.577,61
Provisões (aumentos/reduções)	19	80.461,47	9.337,96
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	15	-	-
Outros rendimentos e ganhos	26	5.592.337,79	4.888.965,67
Outros gastos e perdas	27	(272.022,81)	(161.978,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.158.457,49	7.777.971,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.626.840,42)	(7.083.457,73)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.468.382,93)	694.513,63
Juros e rendimentos similares obtidos	28	151.965,52	158.967,22
Juros e gastos similares suportados	28	(2.863.638,06)	(1.825.125,90)
Resultado antes de impostos		(4.180.055,47)	(971.645,05)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(13.312,12)	(60.408,69)
Resultado líquido do período		(4.193.367,59)	(1.032.053,74)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(4.208.888,01)	(1.042.525,58)
Interesses minoritários	18	15.520,42	10.471,84
		(4.193.367,59)	(1.032.053,74)
Resultado por acção básico		(139,78)	(34,40)

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

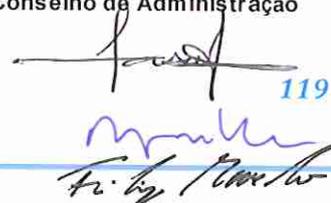


DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

	NOTAS	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		26.344.502,47	30.893.114,25
Pagamentos a fornecedores		(17.400.863,96)	(22.023.869,05)
Pagamentos ao pessoal		(10.099.509,35)	(11.636.032,04)
Caixa gerada pelas operações		<u>(1.155.870,84)</u>	<u>(2.766.786,84)</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(54.523,02)	(52.089,53)
Outros recebimentos/(pagamentos)		1.938.488,20	64.168,68
Fluxos de caixa das actividades operacionais		<u>728.094,34</u>	<u>(2.754.707,69)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(26.374.581,34)	(30.803.116,39)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	(1.975.000,00)
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		26.030.527,41	36.742.994,60
Juros e rendimentos similares		25.965,29	122.036,41
Dividendos		20.000,00	14.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		<u>(298.088,64)</u>	<u>4.100.914,62</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		20.775.781,12	4.876.264,77
Juros e rendimentos similares		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(18.277.170,56)	(10.449.528,31)
Juros e gastos similares		(2.809.877,11)	(1.902.291,72)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		<u>(311.266,55)</u>	<u>(7.475.555,26)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		118.739,15	(6.129.348,33)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.530.741,38	7.660.089,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.649.480,53	1.530.741,38

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

119

PORTOS DOS AÇORES, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses minoritários	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	2.832.127,78	0,00	156.047,019,65	(2.936.590,58)	196.406.860,00	1.092.731,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2010		-	-	-	(2.936.590,58)	-	-	2.936.590,58	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(6.616.741,56)	-	(6.616.741,56)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	235.505,40	19.984.093,22	-	20.219.598,62	79.934,45
		-	-	-	(2.936.590,58)	235.505,40	13.367.351,66	2.936.590,58	13.602.857,06	79.934,45
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							0,00	(1.042.525,58)	(1.042.525,58)	10.471,84
RESULTADO INTEGRAL								2.936.590,58	13.602.857,06	79.934,45
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(104.462,80)	235.505,40	169.414.371,31	(1.042.525,58)	208.967.191,48	1.183.137,57
Saldo em 1 de Janeiro de 2012		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(104.462,80)	235.505,40	169.414.371,31	(1.042.525,58)	208.967.191,48	1.183.137,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Impostos diferidos - subidos ao investimento	2	-	-	-	(842.547,24)	-	-	842.547,24	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados de 2011		-	-	-	(199.978,34)	-	-	199.978,34	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(4.040.441,54)	-	(4.040.441,54)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(296.570,07)	(14.849,57)	21.265.484,08	-	20.954.064,44	251.035,19
		-	-	-	(1.339.095,65)	(14.849,57)	17.225.042,54	1.042.525,58	16.913.622,90	251.035,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							-	(4.208.888,01)	(4.208.888,01)	15.520,42
RESULTADO INTEGRAL								(4.208.888,01)	(4.208.888,01)	15.520,42
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(1.443.558,45)	220.655,83	186.639.413,95	(4.208.888,01)	221.671.926,37	1.449.693,18

**CAPÍTULO V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS –
CONTAS CONSOLIDADAS**

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista único a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade está atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, a PORTOS DOS AÇORES, S.A. incorporou por fusão as sociedades Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.. Assim, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor do presente diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais.

O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros, que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social e, consequentemente, do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

As empresas incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são:

Empresas	Sede	Proporção do capital detido Directa
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	Ponta Delgada	83,97%

A NAVAL CANAL não foi incluída na consolidação, pelo método de integração global por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo.

O objeto da sua subsidiária ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

A proporção do capital social não detido na ATLÂNTICOLINE é da Região Autónoma dos Açores.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	Sede	Proporção do capital detido Directa
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na sequência da reanálise e revisão do entendimento inicial da Comissão de Normalização Contabilística sobre os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida que passou a considerar que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, o balanço em 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações dos resultados e das alterações do capital próprio, bem como as respetivas notas anexas do

período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados para que o imposto diferido não afetasse os resultados do ano como se indica:

	2011	Ajustamentos	2011 (reexpresso)
Em capitais próprios			
Resultados transitados	11.345,31	842.547,24	853.892,55
Em resultados			
Imposto sobre o rendimento do período	774.348,39	(842.547,24)	(68.198,85)

3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Princípios de consolidação

A consolidação das participações financeiras em empresas subsidiárias que estão identificadas na Nota 1 efetuou-se pelo método de consolidação integral. As empresas subsidiárias são aquelas em que em que a PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os saldos e transações significativas entre as empresas incluídas na consolidação integral foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado como interesses minoritários.

As empresas associadas identificadas na Nota 1 foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e

operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede a quantia escriturada das empresas associadas, essa quantia é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

(c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das administrações portuárias que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 80
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de *software* e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(f) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes estão classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e são mensurados pelo menor valor entre a sua quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

As perdas por imparidade relativamente a qualquer redução inicial ou posterior do ativo para o justo valor menos os custos de vender são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou qualquer aumento posterior no justo valor menos os custos de vender de um ativo devem ser reconhecidos em resultados, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida.

(g) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

(h) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

(i) Imparidade de ativos e passivos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(j) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(k) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(l) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(m) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(n) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor

das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(o) Caixa e seus equivalentes

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(p) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(q) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

(r) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecido na data da prestação dos serviços.

O rédito no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores. O rédito não previsto anualmente no orçamento regional somente é reconhecido quando for provável que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

(s) Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(t) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(u) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos como passivos por impostos diferidos todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(v) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas



ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2012	2011
Numerário	11.069	41.410
Depósitos à ordem	392.157	300.654
Depósitos a prazo	<u>1.251.000</u>	<u>1.251.000</u>
	1.654.226	1.593.064
Descobertos bancários	<u>(4.745)</u>	<u>(62.323)</u>
	<u>1.649.481</u>	<u>1.530.741</u>

Existiam dois depósitos a prazo nos montantes de 1.000 euros e 1.250.000 euros que se venciam em 26 de abril e 26 de março de 2013 e eram remunerados à taxa anual de 0,95% e 2,14 %, respetivamente.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2011, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Em 31 de Dezembro de 2012, a PORTOS DOS AÇORES apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2012	2011
Cientes e outras contas a receber		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	563.028	611.729
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	<u>59.744</u>	<u>89.320</u>
	<u>622.773</u>	<u>701.049</u>
Fornecedores e outras ccontas a pagar		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	45.738	104.015
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	-	2.320
	<u>45.738</u>	<u>106.335</u>
Serviços prestados		
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	781.986	
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	<u>1.460.502</u>	
	<u>2.242.488</u>	
Compras de produtos e serviços		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	<u>189.625</u>	
	<u>189.625</u>	

Em 23 de Dezembro de 2009 a subsidiária ATLÂNTICOLINE assinou, com a Região Autónoma dos Açores e o Fundo Regional de Apoio às Atividades Económicas, o acordo relativo a devolução de verbas no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à gestão de transporte marítimo de e passageiros e veículos entre as ilhas do Arquipélago dos Açores e na sequência da Resolução nº. 152/2005, de 3 de novembro, no qual foi assumido o compromisso de devolução à Região Autónoma dos Açores do montante de 38.550.000 euros, estando o reembolso da prestação vencida de 550.000 euros previsto que possa ocorrer a curto prazo, já que, como indicado na Nota 12, a Administração espera que a regularização da dívida de 7 milhões de euros dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo seja liquidada em 2013 (Nota 21).

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições Dotações	Transfe- rências	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	211.177.800	47.628.117	-	258.805.917
Equipamento básico	26.701.868	5.882.183	(112.000)	32.472.051
Equipamento de transporte	721.355	35.000	(33.292)	723.063
Equipamento administrativo	2.487.593	299.484	(4.336)	2.782.741
Outros ativos fixos tangíveis	1.129.959	72.026	(6.166)	1.195.819
Investimentos em curso	55.279.240	27.892.681	(53.014.255)	30.157.666
	<u>315.576.187</u>	<u>81.809.491</u>	<u>(53.170.048)</u>	<u>344.215.629</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	28.915.559	4.842.874	111	33.758.544
Equipamento básico	17.104.917	2.274.535	(105.476)	19.273.977
Equipamento de transporte	636.585	48.590	(31.403)	653.772
Equipamento administrativo	2.201.864	213.562	(13.975)	2.401.451
Outros ativos fixos tangíveis	689.183	145.590	(6.468)	828.305
	<u>49.548.109</u>	<u>7.525.151</u>	<u>(157.211)</u>	<u>56.916.048</u>
Valor líquido	<u>266.028.078</u>			<u>287.299.581</u>

	31 de dezembro de 2011			Saldo em 31-12-2011
	Saldo em 01-01-2011	Aquisições Dotações	Transfe- rências	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	18.078.372	-	-	18.078.372
Edifícios e outras construções	210.946.703	231.097	-	211.177.800
Equipamento básico	22.200.731	4.501.137	-	26.701.868
Equipamento de transporte	704.311	17.044	-	698.748
Equipamento administrativo	2.417.803	69.790	-	2.487.593
Outros ativos fixos tangíveis	1.104.228	25.731	-	1.129.959
Investimentos em curso	27.338.710	29.172.647	(1.232.117)	55.279.240
	<u>282.790.857</u>	<u>34.017.447</u>	<u>(1.232.117)</u>	<u>315.553.580</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	24.279.039	4.636.520	-	28.915.559
Equipamento básico	14.980.613	2.124.305	-	17.104.917
Equipamento de transporte	578.673	57.912	-	613.978
Equipamento administrativo	2.036.863	165.001	-	2.201.864
Outros ativos fixos tangíveis	591.568	98.453	(838)	689.183
	<u>42.466.755</u>	<u>7.082.191</u>	<u>(838)</u>	<u>49.525.502</u>
Valor líquido	<u>240.324.102</u>			<u>266.028.078</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a constituição das sociedades que tinham a responsabilidade pela administração portuária e que foram incorporadas por fusão na PORTOS DOS AÇORES, os ativos transmitidos foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras não se considerou os bens que se encontravam afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	55.279.240	27.338.710
Investimento directo	27.892.681	29.119.276
Encargos financeiros do período	-	53.371
	<u>83.171.921</u>	<u>56.511.357</u>
Menos:		
Transferência para imobilizações corpóreas e anulações	<u>(53.014.255)</u>	<u>(1.232.117)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u><u>30.157.666</u></u>	<u><u>55.279.240</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2012	2011
Reordenamento do porto da Horta	-	30.905.890
Reordenamento do porto da Madalena do Pico	12.793.117	8.621.656
Rebaixamento da cota-fundo - 8zh cais norte e aumento cota 3, 10-3, 60 cais ferrys	-	2.306.871
Rampa Ro Ro do porto da Horta	-	1.896.581
Rampa Ro Ro do porto das Lajes das Flores	1.411.110	1.410.363
Reforço da cabeça do molhe do porto das Lajes das Flores	-	2.784.457
Protecção da marginal da Praia da Vitória	2.749.363	2.012.990
Lancha de pilotos	-	1.298.400
Rampa Ro Ro de São Roque do Pico	1.443.310	157.230
Terminal de passageiros do Porto da Madalena	3.048.015	243.220
Prolongamento do porto e terraplano das Lajes das Flores	1.748.430	58.121
Encargos com a construção de navios	2.646.145	259.577
Outros	<u>4.318.176</u>	<u>3.323.884</u>
	<u><u>30.157.666</u></u>	<u><u>55.279.240</u></u>

A 10 de abril de 2012 a subsidiária ATLÂNTICOLINE assinou um contrato para a construção de dois navios de 40 metros para operar na Região Autónoma dos Açores, no montante de 18.690.000 euros, tendo sido registado em 2012 na rubrica Investimentos em curso a quantia de 2.336.250 euros a este respeito.

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012	2011
Saldo inicial	82.585	-
Aquisição de programas informático	312.505	7.594
Amortizações do ano	<u>(101.690)</u>	<u>(1.266)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>293.400</u>	<u>82.585</u>
Em exploração	202.143	6.328
Investimento em curso	<u>91.257</u>	<u>76.257</u>
	<u>293.400</u>	<u>82.585</u>

9. Participações financeiras

O movimento ocorrido no ano na rubrica Partes de capital em empresas associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2012	2011
Saldo inicial	925.623	655.987
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(15.000)	(10.000)
OPERTRI	(5.000)	(4.000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
Variação no capital próprio	(14.850)	235.505
Resultados do ano	<u>(32.948)</u>	<u>48.131</u>
Saldo final	<u>857.826</u>	<u>925.623</u>

As partes de capital em empresas associadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 tinham a seguinte composição:

Empresas associadas	31 de Dezembro de 2012			
	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	46.406	3.103	46.406
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.700.738	17.428	425.185
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	462.628	(276.831)	92.526
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	863.571	93.933	172.714
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	604.978	19.140	<u>120.996</u>
				<u>857.826</u>

31 de Dezembro de 2011				
Empresas associadas	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	43.303	12.690	43.303
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1.743.428	8.826	435.857
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	739.459	12.156	147.892
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	843.738	148.915	168.747
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	649.118	5.102	129.824
				<u>925.623</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, na rubrica Participações financeiras mensuradas pelo método do custo está registada a participação financeira de 0,28% no capital social da sociedade ILHAS DE VALOR, S.A. (25.000 euros), bem como a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar e uma jóia de 1.000 euros na Associação de Armadores da Marinha do Comércio.

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

Em 31 de dezembro de 2012						
	Constituição					Saldo final
	Saldo inicial	Resultados do ano	Capitais próprios			
Activos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	121.650	18.297	-	(21.430)	-	118.517
Valores a receber dos ENVC	22.325	-	-	(22.325)	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de créditos	2.636	-	-	-	-	2.636
	<u>146.610</u>	<u>18.297</u>	<u>-</u>	<u>(43.754)</u>	<u>-</u>	<u>121.153</u>
Passivos por impostos diferidos						
Subsídios ao investimento	39.739.173	-	5.045.964	(45.535)	(959.987)	43.779.615
Valores a pagar à RAA	6.140	5.694	-	(6.139)	-	5.695
	<u>39.745.313</u>	<u>5.694</u>	<u>5.045.964</u>	<u>(51.674)</u>	<u>(959.987)</u>	<u>43.785.309</u>

Em 31 de dezembro de 2011						
	Constituição			Reversão		Saldo final
	Saldo inicial	Resultados do ano	Capitais próprios	Resultados do ano	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	169.939	-	-	(48.289)	-	121.650
Valores a receber dos ENVC	27.025	-	2.316	(7.017)	-	22.325
Prejuízos fiscais reportáveis	3.075	-	-	(3.075)	-	-
Perdas por imparidade de créditos	3.468	-	-	(832)	-	2.636
	<u>203.507</u>	<u>-</u>	<u>2.316</u>	<u>(59.213)</u>	<u>-</u>	<u>146.610</u>
Passivos por impostos diferidos						
Subsídios ao investimento	32.990.982	-	4.790.869	(19.894)	1.977.217	39.739.173
Valores a pagar à RAA	7.432	-	637	(1.930)	-	6.140
	<u>32.998.414</u>	<u>-</u>	<u>4.791.506</u>	<u>(21.824)</u>	<u>1.977.217</u>	<u>39.745.313</u>

Não foi adotada a política de reconhecer nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais, por não existirem expectativas razoáveis na sua recuperação futura.

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Inventário inicial	75.099	46.859
Compras	495.348	505.926
Regularizações	-	-
Inventário final	<u>(59.634)</u>	<u>(75.099)</u>
Custo das vendas	<u>510.813</u>	<u>477.686</u>
Inventário final	59.634	75.099
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>59.634</u>	<u>75.099</u>

12. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Empresas associadas	622.773	-	701.049	-
Outros	<u>6.991.209</u>	-	<u>6.142.012</u>	-
	7.613.982	-	6.843.061	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(932.928)</u>	-	<u>(787.286)</u>	-
	<u>6.681.053</u>	-	<u>6.055.774</u>	-
Outras contas a receber				
Acréscimos de rendimentos	26.586	-	2.552	-
Subsídios a receber	26.057.514	-	24.711.225	-
RAA - Serviço público (Nota 22)	3.000.000	-	-	-
Transmaçor	1.065.996	-	1.562.289	-
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	7.000.000	-	6.882.502	-
Outros devedores	132.006	-	79.302	-
Pessoal	24.593	-	32.875	-
	37.306.695	-	33.270.745	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(38.218)</u>	-	<u>(38.872)</u>	-
	<u>37.268.478</u>	-	<u>33.231.873</u>	-

A classificação da quantia escriturada líquida de Clientes e das Outras contas a receber é mostrada no balanço de acordo com os planos previstos, estando a PORTOS DOS AÇORES convicta que os montantes serão integralmente reembolsados durante o ano de 2013, incluindo a dívida escriturada ao valor nominal dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que, nos termos do acordo assinado em 21 de dezembro de 2010,

deveria estar integralmente regularizada e que, não obstante vencer juros à taxa anual EURIBOR a três meses do dia 23 de dezembro acrescida de uma margem de 4,25%, estes não foram prudencialmente reconhecidos nos resultados deste ano.

Os gastos suportados com a reparação com as embarcações “Cruzeiro das Ilhas” e “Cruzeiro do Canal” pertencentes à subsidiária ATLÂNTICOLINE foram debitados à TRANSMACOR, tendo esta empresa relacionada um saldo devedor pendente de 1.562.289 euros. O rendimento com o fretamento destas embarcações foi de 186.840 euros e de 97.625 euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores. Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 964.233 euros são mostrados em Outras contas a pagar (Nota 21).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as perdas por imparidade acumuladas tiveram o seguinte movimento:

	Em 31 de Dezembro de 2012				
	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Cientes	787.286	182.817	(5.088)	(32.087)	932.928
Outras contas a receber	38.872	-	-	(654)	38.218
	<u>826.158</u>	<u>182.817</u>	<u>(5.088)</u>	<u>(32.741)</u>	<u>971.146</u>

	Em 31 de Dezembro de 2011				
	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Cientes	1.228.421	10.550	(435.557)	(16.128)	787.285
Outras contas a receber	563.872	25.000	-	(550.000)	38.871
	<u>1.792.293</u>	<u>35.550</u>	<u>(435.557)</u>	<u>(566.128)</u>	<u>826.156</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões que eram de 150.076 euros (perda) e de 530.578 euros (ganho) em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em relação à quantia escriturada de 550.000 euros registada na rubrica Outras contas a receber em anos anteriores, que resultou da quantificação das penas contratuais exigíveis à TRANSMACOR pelo não cumprimento integral das cláusulas do contrato de gestão de serviços de interesse económico geral que vigorou durante o ano de 2006, a Administração tinha previsto em 2010 não obter quaisquer fluxos de caixa futuros deste ativo, situação que entretanto foi revertida por a Região Autónoma dos Açores deter 88,37% do capital social dessa empresa e estar assegurada a regularização desta responsabilidade.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar e pagar	46.729	2.973	56.385	3.576
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	96.111	-	126.452
Rendimentos profissionais	9	3.686	-	4.309
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	19.841	-	14.500	-
IVA - reembolsos pedidos	445.670	-	494.187	-
IVA - liquidações oficiosas	44.187	-	-	-
Contribuições para a segurança social	-	201.803	27.954	185.233
Outros	-	-	-	14
	<u>556.435</u>	<u>304.574</u>	<u>593.025</u>	<u>319.584</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 17,5%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTOS DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Os impostos a pagar são determinados individualmente e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com a seu estado de recuperação ou de liquidação.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser revistas.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2012	2011
Imposto corrente	(33.836)	(23.019)
Imposto diferido	20.523	(37.390)
	<u>(13.312)</u>	<u>(60.409)</u>

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que diz respeito exclusivamente à empresa-mãe apresenta-se como se segue:

	2012	2011
Pagamentos especiais por conta	65.218	50.920
Retenções efectuadas por terceiros	787	21.467
Estimativa de IRC do ano	<u>(19.276)</u>	<u>(16.002)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a recuperar	<u>46.729</u>	<u>56.385</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Pagamentos especiais por conta acima apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2012	2011	Ano de reporte
2010	34.244	34.244	2015
2011	16.676	16.676	2016
2012	<u>14.298</u>	-	2017
	<u>65.218</u>	<u>50.920</u>	

O valor a pagar de 2.973 euros e 3.576 euros classificado no passivo corresponde ao imposto sobre o rendimento determinado pela subsidiária ATLÂNTICOLINE que reconheceu uma estimativa de 14.560 euros e 7.017 euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 é de cinco períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2012	2011	Ano de reporte
2008	1.933.624	1.933.624	2014
2009	3.224.403	3.224.403	2015
2010	4.284.494	4.284.494	2014
2011	948.215	948.215	2015
2012	4.069.234	-	2017
	<u>14.459.970</u>	<u>10.390.737</u>	

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2012	2011
Gastos a reconhecer		
Seguros	12.056	1.762
Combustíveis	154.624	-
Fardamento/EPI	1.058	-
Lubrificantes e outros	15.568	-
Máquinas e equipamentos	547.596	693.723
Material de consumo	56.270	-
Contratos de fretamento	-	2.060.000
Outros	4.750	2.238
	<u>791.922</u>	<u>2.757.723</u>
Rendimentos a reconhecer		
Encargos com fretamento e outros	626.311	780.128
	<u>626.311</u>	<u>780.128</u>

Os contratos de fretamento dos navios "Express Santorini" e "Hellenic Wind" que a subsidiária ATLÂNTICOLINE contratualizou para exercício da sua atividade implicavam um encargo de 8.222.000 euros para o ano de 2011 e, no caso de ocorrer a prorrogação nas mesmas condições do fretamento para o ano 2012, esse preço seria computado em 4.102.000 euros. Os gastos desses anos foram assim reconhecidos na demonstração dos resultados de cada ano com base numa associação direta com o somatório dos gastos a incorrer nos dois anos, envolvendo o reconhecimento combinado nos dois exercícios dos gastos que resultam direta e conjuntamente das mesmas transações (independentemente dos cash-flows associados) tendo sido o montante de 2.060.000 euros registado e relatado na demonstração dos resultados do ano de 2012 com o qual se relaciona.

Os montantes diferidos dizem essencialmente respeito a aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários.

Como explicado na Nota 12, os gastos suportados pela subsidiária ATLÂNTICOLINE com as grandes reparações ocorridas nos navios fretados “Cruzeiro das Ilhas” e “Cruzeiro do Canal” foram imputados à TRANSMACOR e serão reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma proporção e ao mesmo ritmo das depreciações associadas a esses ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o gasto reconhecido em resultados foi de 96.671 euros e 232.160 euros (dos quais, 82.303 euros referem-se ao ano de 2010). O movimento ocorrido durante o ano pode ser assim resumido:

Saldo inicial	780.128
Correcção da estimativa	(186.791)
Transferido para resultados	(96.671)
Correcção dos anos anteriores	45.393
	<u>542.059</u>

15. Ativos não correntes detidos para venda

A quantia escriturada de 202.000 euros que inicialmente estava destinado para a localização dos serviços administrativos da ATLÂNTICOLINE passou a ser classificado como ativo não corrente detido para venda, por a Administração ter decidido que as atuais instalações não preenchem os requisitos essenciais para o uso a que se destinava.

A Administração considera que não ocorreram fatos que tenham afetado materialmente os pressupostos que determinaram a mensuração desse ativo e com base na oferta dos potenciais compradores entendeu que o justo valor não sofreu qualquer redução e que a alienação é expetável que ocorra durante o ano de 2013.

16. Capital realizado

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

17. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva

não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas decorreram de:

Resultados transitados

	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	(104.463)	3.002.818
Aplicação de resultados de 2011	(199.978)	(2.936.591)
Imposto diferido - subsidio ao investimento	(842.547)	-
Outras variações	<u>(296.570)</u>	<u>(170.690)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>(1.443.558)</u></u>	<u><u>(104.463)</u></u>

Como indicado na Nota 2, a Comissão de Normalização Contabilística alterou a sua recomendação de que o imposto diferido dos subsídios ao investimento afetasse o imposto sobre o rendimento da demonstração dos resultados, pelo que se procedeu à correção desta situação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 9 de maio de 2012 transferir para resultados transitados o resultado apurado no exercício de 2011, no montante negativo de 199.978 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	235.505	-
Variações nos capitais próprios:		
AGESPI	<u>(14.850)</u>	<u>235.505</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>220.655</u></u>	<u><u>235.505</u></u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias.

Outras variações em capitais próprios

	Subsidio	Imposto diferido	Valor líquido
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	188.519.718	(32.990.981)	
Subsídios atribuídos	25.180.284	(4.784.278)	
Transferência para resultados	(4.546.457)	863.851	
Correcção de taxa do imposto	-	(2.827.765)	
Saldo em 31 de Janeiro de 2011	<u>209.153.545</u>	<u>(39.739.174)</u>	<u>169.414.371</u>
Subsídios atribuídos	26.557.707	(5.045.964)	
Transferência para resultados	(5.292.223)	1.005.522	
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>230.419.029</u>	<u>(43.779.615)</u>	<u>186.639.414</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis e os correspondentes impostos diferidos que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O passivo por impostos diferidos assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 10).

Como explicado na Nota 2, os números comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressos pelo facto da Comissão de Normalização Contabilística ter alterado o entendimento de que os impostos diferidos associados aos rendimentos do ano dos subsídios de investimento afetassem os resultados transitados.

18. Interesses minoritários

O saldo da rubrica dos interesses minoritários classificado no passivo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 diz respeito à subsidiária ATLÂNTICOLINE, cujo capital social é também detido pela Região Autónoma dos Açores através de uma operação do seu aumento em 1.145.400 euros, realizado em 2009. O saldo desta rubrica nesta data foi assim formado:

	2012	2011
Saldo inicial	1.183.138	1.092.731
Variação no capital próprio	251.035	79.934
Lucro/(prejuízo) do período	<u>15.520</u>	<u>10.472</u>
Saldo final	<u>1.449.693</u>	<u>1.183.138</u>

19. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi o seguinte:

Em 31 de dezembro de 2012					
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	640.261		(80.461)	(32.327)	527.473

Em 31 de dezembro de 2011					
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	680.259		(9.338)	(30.660)	640.261

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão constituída para esse efeito não está baseada num estudo atuarial.

20. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	Corrente		Não corrente	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos bancários	5.602.741	28.567.852	23.742.221	4.916.361
Conta corrente caucionada	9.510.000	2.890.000	-	-
Incentivos financeiros	4.294.956	2.384.158	5.470.205	7.472.555
Contratos de locação financeira	48.147	68.084	-	-
Descobertos bancários	4.746	62.323	-	-
	<u>19.460.591</u>	<u>33.972.417</u>	<u>29.212.426</u>	<u>12.388.916</u>

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Total
2013	5.602.749	4.302.299	7.407.074
2014	3.089.592	1.987.065	10.313.978
2015	2.388.404	1.987.065	3.094.726
2016	2.071.309	564.161	1.712.428
2017	4.564.715	375.942	1.567.799
2018	1.361.784	368.000	1.614.591
2019 e seguintes	10.266.408	180.629	9.952.182
	<u>29.344.962</u>	<u>9.765.162</u>	<u>35.662.779</u>

Os financiamentos obtidos junto do Turismo de Portugal, I.P., têm prestações de capital vencidas em 2011 e 2012 que perfaziam o montante de 2.322.576 euros em 31 de dezembro de 2012 e estão apresentados de acordo com os planos financeiros inicialmente aprovados, para os quais foram solicitados novas maturidades ainda não aprovadas; todavia, com base em informação prestada pela entidade gestora poderá resultar numa carência que incidirá sobre as duas prestações, de cada um dos empréstimos, vencidas há mais tempo, e as restantes deverão ser recalculadas em função da proposta solicitada de reembolso em prestações constantes ou crescentes.

Do total devido a esta entidade em 31 de dezembro de 2012, existe um empréstimo de 2.348.172 euros nessa data que vence juros à taxa anual Euribor de 6 meses, sendo que o valor remanescente dos incentivos financeiros não vence juros.

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2012		2011	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Empresas associadas (Nota 6)	45.738	-	106.335	-
Empresas gerais	3.158.028	-	3.151.029	-
	<u>3.203.766</u>	<u>-</u>	<u>3.257.365</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar				
Fornecedores de investimento	10.435.754	180.487	7.344.592	300.487
Remunerações a liquidar	1.402.900	-	705.937	-
Juros a liquidar	96.452	-	114.439	-
Subsídios a devolver	964.233	-	-	-
Indeminizações a pagar	68.999	-	-	-
Taxas de reestruturação e portuárias	410.854	-	410.854	-
Fundo Regional dos Transportes - extracção de areia	1.227.022	-	870.298	-
RAA - Construção de navios	550.000	-	517.688	-
Pessoal	5.459	-	24.909	-
Outros credores	107.944	-	125.841	-
Cauções recebidas	136.825	-	66.095	-
Clientes com saldo credor	2.709	-	1.529	-
	<u>15.409.153</u>	<u>180.487</u>	<u>10.182.181</u>	<u>300.487</u>

Na sequência da solicitação em 14 de dezembro de 2010 por parte dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo da concessão de uma moratória para o pagamento parcial da prestação que se vence no dia 31 de

dezembro de 2010, o acordo celebrado com a Região Autónoma dos Açores e a subsidiária ATLÂNTICOLINE é também alterado, ficando estabelecido que a parte nominal restante de 550.000 euros seria liquidada em 31 de dezembro de 2012. O valor atual desta dívida era de 517.888 euros em 31 de dezembro de 2011, sendo registada ao seu valor nominal neste exercício pelo facto de, como explicado na Nota 12, existirem expectativas de que o saldo devido pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo possa ser regularizado durante o ano de 2013.

Na rubrica de Fornecedores de investimento está registado o saldo devido à empresa ILHAS DE VALOR, que transita de anos anteriores e resulta da aquisição da embarcação "Ariel", que foi classificada como um passivo não corrente em 2011. Este saldo foi reduzido em 120.000 euros e a parte remanescente será integralmente liquidada em 2014 e 2015.

Desconhece-se nesta data se o montante de 410.854 euros, referente às taxas de reestruturação portuária e outras situações que transitaram das extintas juntas portuárias, irá ser reconhecido como uma efetiva exigibilidade.

Em 31 de dezembro de 2012 estão registadas na rubrica de Gastos de pessoal 96.578 euros relacionados com indemnizações por cessão do contrato de trabalho, estando o montante de 68.999 euros ainda não liquidado (Nota 22).

22. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis e outros produtos, bem como os seguintes serviços prestados pela PORTOS DOS AÇORES, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária e, também, o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores:

	2012	2011
Vendas		
Combustível	388.965	426.991
Outros	43.620	45.364
	<u>432.584</u>	<u>472.355</u>
Serviços prestados		
Actividade portuária		
Operações de navios e embarcações	4.309.201	4.918.320
Operações de carga	3.299.791	3.756.883
Utilização de equipamentos	4.976.603	5.761.027
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	1.743.844	1.964.385
Alugueres, ocupações e concessões	1.430.987	1.590.522
Exploração náutica de recreio	809.623	808.344
Outros serviços prestados	270.931	412.545
	<u>16.840.980</u>	<u>19.212.026</u>
Actividade de transporte marítimo e carga		
Transporte de passageiros e carga	2.358.114	2.629.707
Outros	391.095	369.765
	<u>2.749.209</u>	<u>2.999.472</u>
Vendas e serviços prestados	<u>20.022.773</u>	<u>22.683.853</u>

Em 2012, para assegurar este serviço público, para além da receita própria resultante da exploração direta dos navios, a ATLÂNTICOLINE obteve também uma compensação financeira de 9.033.720 euros para fazer face aos custos associados (em 2011 – 8.229.000 euros).

23. Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas

Os ganhos e perdas em empresas de grupo e associadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
Empresas do grupo		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	3.103	12.690
	<u>3.103</u>	<u>12.690</u>
Empresas associadas		
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	(55.366)	2.431
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	4.357	2.207
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	18.787	29.783
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	(3.828)	1.020
	<u>(36.051)</u>	<u>35.441</u>
	<u>(32.948)</u>	<u>48.131</u>

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

	2012	2011
Subcontratos	7.755.387	7.856.855
Serviços especializados	2.999.245	3.491.714
Materiais	68.539	67.947
Energia e fluídos	4.431.071	4.299.298
Deslocações, estadas e transportes	213.481	226.721
Serviços diversos	1.010.332	1.042.369
	<u>16.478.055</u>	<u>16.984.904</u>

Na rubrica de Subcontratos estão registadas as rendas da concessão da gestão das infraestruturas das Portas do Mar no montante de 985.705 euros e o aluguer dos navios referente às tarefas do serviço público de transporte marítimo de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores que foi em 2012 assegurado diretamente pela subsidiária ATLÂNTICOLINE, à semelhança do ano anterior, no montante de 6.162.000 euros. Estes encargos com o aluguer dos navios durante o ano de 2012 e 2011 foram distribuídos e reconhecidos de acordo com a associação estabelecida por efeito da prorrogação do contrato de fretamento para o ano de 2012, o que implicou um diferimento de gastos de 2.060.000 euros (Nota 14).

25. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal nos anos de 2012 e 2011 detalham-se conforme se segue:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	285.525	530.169
Remunerações do pessoal	8.940.429	8.706.622
Encargos sobre remunerações	1.458.067	1.412.624
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	211.611	199.682
Gastos de acção social	28.355	20.626
Outros	232.674	198.168
	<u>11.156.661</u>	<u>11.067.891</u>

O número médio de pessoal em empresas cujas demonstrações financeiras são consolidadas pelo método integral é de 316 trabalhadores (em 2011 - 322 trabalhadores).

26. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram como segue:

	2012	2011
Rendimentos suplementares	151.520	309.879
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	31.948	-
Benefícios e penalidades	26.687	-
Subsídios ao investimento	5.292.223	4.546.456
Outros	89.959	32.631
	<u>5.592.337</u>	<u>4.888.966</u>

27. Outros gastos e perdas

Os Outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram como segue:

	2012	2011
Impostos	48.183	39.107
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	326
Quotizações	18.123	23.732
Donativos	10.934	59.540
Multas e penalidades	4.799	4.856
Insuficiência de estimativa de IRC	8.269	7.100
Correcções relativas a exercícios anteriores	88.593	-
Outros gastos e perdas	93.122	27.318
	<u>272.023</u>	<u>161.978</u>

28. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os Resultados financeiros, nos períodos de 2012 e de 2011, tinham a seguinte composição:

	2012	2011
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	4.498	122.036
Juros - valor descontado	147.467	36.931
Outros	-	-
	<u>151.965</u>	<u>158.967</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	2.218.661	1.652.150
Juros - valor descontado	59.614	10.156
Outros	585.363	162.820
	<u>2.863.638</u>	<u>1.825.126</u>

29. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos contratuais e encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 43.442.265 euros (em 2011 - 36.762.410 euros).

30. Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, encontram-se ainda em curso processos judiciais através dos quais são pedidas indemnizações, estando um deles, num montante estimado de 126.100 euros relacionado com uma ação sobre a subsidiária NAVALCANAL, para os quais não foram constituídas quaisquer provisões por a Administração, baseada nos pareceres dos advogados, entender que não irá suportar qualquer encargo.

A Autoridade Tributária e Aduaneira tem solicitado a liquidação do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) sobre alguns imóveis construídos ou localizados no domínio público marítimo. O Conselho de Administração, com base em pareceres do departamento jurídico, entende que não existe fundamento legal para esta pretensão e, neste contexto, apresentou as suas posições que consideram inadequado o enquadramento legal e fiscal pretendido. A data de emissão deste Anexo existia uma dívida em cobrança coerciva a este respeito de 46.744 euros.

A subsidiária ATLÂNTICOLINE encontra-se envolvida num processo judicial relacionado com a recuperação de um montante de 7.000.000 euros devido pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que, face à sua natureza, a expectativa existente é a de que o respetivo desfecho poderá ocorrer durante o ano de 2013, sem quaisquer efeitos na posição patrimonial.

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2012, atingiam um valor de 7.697.639 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Filipe Augusto

CAPÍTULO VI - GOVERNO DA SOCIEDADE



1. Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa

Nos termos legais, ou seja, de acordo com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto de 2011, a Portos dos Açores, S.A. tem por objeto a administração dos portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da Praia da Vitória e Pipas, na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, da Horta, na ilha do Faial, de São Roque, da Madalena e das Lajes, na ilha do Pico, de Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge, das Lajes e Santa Cruz, na ilha das Flores, e da Casa, na ilha do Corvo, e de outros que lhe venham a ser atribuídos, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.

Assim, e de acordo com os seus estatutos, a Portos dos Açores, S.A. assegurará o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos portos sob sua jurisdição nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias.

É nesse contexto que os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano Estratégico, elemento vital para a consolidação do processo de fusão das administrações portuárias extintas, contemplam estes elementos orientadores, corporizando-os numa perspetiva estratégica de desenvolvimento empresarial a longo prazo.

O referido Plano Estratégico encontra-se numa fase final de discussão interna, pelo que se poderão apresentar, desde já, alguns dos eixos mais relevantes, de acordo aliás com o mencionado na secção 2 do capítulo I, onde é apresentado também o Mapa Estratégico.

Assim sendo, apresentam-se de seguida, os seguintes tópicos:

Visão

A Visão de uma empresa traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro da mesma. De qualquer forma, não são especificados os meios como serão atingidos. Nestes termos, a Visão tem um papel essencialmente motivador, procurando servir de inspiração para todos os seus membros tirarem o máximo partido das suas capacidades.

No caso da Portos dos Açores, S.A., a Visão proposta é a seguinte:

“Fazer da PA uma referência em termos de gestão e organização, potenciando a localização geográfica das suas estruturas, nomeadamente portos e marinas sob sua jurisdição.”

Missão

A explicitação de uma Visão dará origem à definição da Missão da empresa, que é uma declaração escrita que procura traduzir os ideais e orientações globais da organização para o futuro.

A criação de uma Missão visa sobretudo difundir o espírito da empresa por todos os seus membros e congregar esforços para a prossecução dos seus objetivos gerais. Nestes termos, a Missão deverá acentuar o domínio das competências centrais mais relevantes. Outro aspeto crítico prende-se com a necessidade de possuir um caráter simultaneamente estratégico e operacional.

A Missão da Portos dos Açores, S.A. será:

“Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.”

Valores

Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na Portos dos Açores, S.A..

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

- Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expetativas;
- Transparência e ética;
- Busca da excelência no desempenho das funções;
- Valorização das pessoas e do conhecimento;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia da Portos dos Açores, S.A. para o período 2013-2015 serão os seguintes:

- Orientação para o cliente e para o mercado;
- Eficiência;
- Criação de valor e equilíbrio financeiro;
- Sustentabilidade e meio envolvente.

2. Regulamentos

Apresentado o enquadramento legal e económico da Portos dos Açores, S.A., procede-se à enumeração dos principais regulamentos externos e internos a que a empresa está sujeita, que abrangem matérias muito diversas e díspares, com particular relevância para áreas como sejam as relativas a ambiente, segurança, operações portuárias, tarifas, financiamentos comunitários, contratação pública, entre outras.

Regulamentos externos



Os regulamentos externos principais a que a empresa se encontra obrigada a observar, são os seguintes:

- **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto:** procede à fusão por integração das três administrações portuárias regionais (Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A.), bem como à modificação do objeto social da Portos dos Açores, SGPS, S.A., de modo a que esta possa desempenhar as funções de administração e gestão dos portos que lhes são confiados, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março:** consagra o regime jurídico do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores;
- **Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro:** estabelece as condições aplicáveis em termos de avaliação de impacte ambiental em projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das existentes;
- **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto:** estabelece o quadro jurídico das operações portuárias;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio:** aplica à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002, de 12 de abril:** aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo as normas e procedimentos para a elaboração dos regulamentos de tarifas dos portos da Região Autónoma dos Açores;
- **Regulamentos de tarifas:** publicado em anexo à Portaria n.º 35/2012, de 20 de março, que aprovou o regulamento de tarifas dos diferentes portos geridos pela sociedade;
- **Regulamentos de tarifas específicas:** publicados pelos seguintes diplomas, relativos aos diferentes portos geridos pela sociedade:
 - Portaria n.º 33/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 41/2008, de 15 de maio;
 - Portaria n.º 34/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 39/2008, de 14 de maio;
 - Portaria n.º 35/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 77/2005, de 20 de outubro e Portaria n.º 37/2008, de 13 de maio;
- **Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto:** relativo aos meios portuários de receção de resíduos gerados nos navios;
- **Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março:** atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- **Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março:** aprova o regulamento geral do serviço de pilotagem, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação de serviços de pilotagem nos portos portugueses;
- **Diretiva 2005/65/CE, de 26 de outubro:** relativo ao reforço da segurança nos portos;
- **Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro:** transpõe para o direito interno o Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, que consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo, nomeadamente no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no caso de navios e instalações portuárias, previstas no Código ISPS (Código Internacional de Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias), da Organização Marítima Internacional (OMI);
- **Regulamento de tarifas das marinas sob jurisdição**
 - Portaria n.º 19/2008, de 20 de fevereiro (DGPTO)
 - Portaria n.º 20/2008, de 21 de fevereiro (DGPSM);
 - Portaria n.º 21/2008, de 21 de fevereiro (DGPTG)
- **Regulamento de exploração e utilização das marinas dos Açores:** aprovado em 29 de janeiro de 2008 pelo Secretário Regional da Economia;
- **Regulamento de tarifas específicas para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas:** Portaria n.º 89/2010, de 16 de setembro;

- Edital n.º 1/2008



Regulamentos internos

Os regulamentos internos principais e que a empresa tem por obrigação fazer cumprir são os seguintes:

- **Regulamentos de Exploração:** conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais relacionadas com o ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. Trata-se de regulamentos de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma atividade dentro do porto. Os regulamentos em vigor nos diferentes portos foram aprovados pelo Secretário Regional da Economia em 21 de junho de 2006;
- **Plano de Receção e Gestão de Resíduos:** aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, em 27 de agosto de 2010,
- **Regulamento de exploração e utilização do empreendimento Portas do Mar:** publicado no Jornal Oficial n.º 26, II Série, de 7 de fevereiro de 2011;
- **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.**

3. Modelo de governo

Órgãos de Governo

A gestão da Portos dos Açores, S.A. é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados para o período 2011-2014, e cuja composição a 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Assembleia Geral

- Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira
- Secretário: Eng. João Paulo Carreira Mendes
- Membro da Mesa Suplente: Sr. José Leonardo Goulart da Silva

Conselho de Administração

- Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento
- Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia⁹
- Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo

Conselho Fiscal

- Presidente: Dr. José Mancebo Soares
- Vogal: Sr. Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros
- Vogal: UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)
- Vogal Suplente: Dra. Fernanda da Assunção Vieira Ferreira
- Vogal Suplente: Dr. António Augusto Almeida Trabulo (ROC n.º 1042)

⁹ Eleito em Assembleia-geral de 9 de janeiro de 2013, em substituição da Eng.ª Maria da Conceição da Silva Rodrigues (a qual cessou funções em 9 de janeiro de 2013.)



Competências dos membros do órgão de gestão e administração

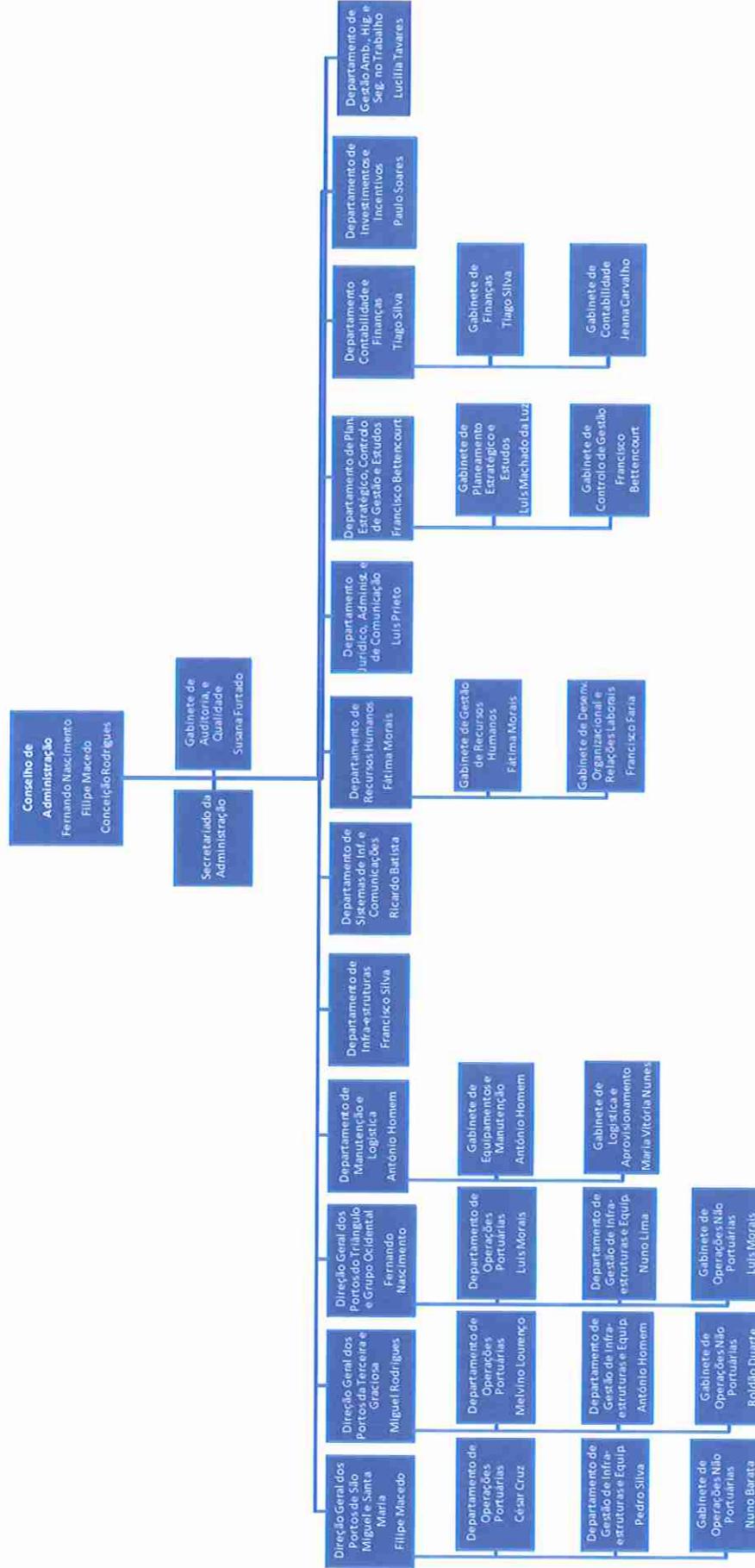
As competências dos membros do Conselho da Portos dos Açores, S.A. na coordenação direta das áreas de gestão estão distribuídas do seguinte modo:

A administração da Portos dos Açores, S. A., é exercida por um conselho de administração, composto três membros eleitos em assembleia geral em 26 de Setembro de 2011 para um mandato de três anos. Cada membro, incluindo o presidente, assume cumulativamente a Direcção-Geral da geografia onde se localiza, com autonomia e independência operacional, a que acrescem os pelouros de responsabilidade transversal, assim distribuídos:

- **Presidente Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:** Direcção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Recursos Humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
- **Vogal Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia:** Direcção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Manutenção e Logística”, “Auditoria, Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho” e “Incentivos ao Investimento”;
- **Vogal Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo:** Direcção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Financeiro”, “Planeamento e Controlo de Gestão” e “Sistemas de Informação”.

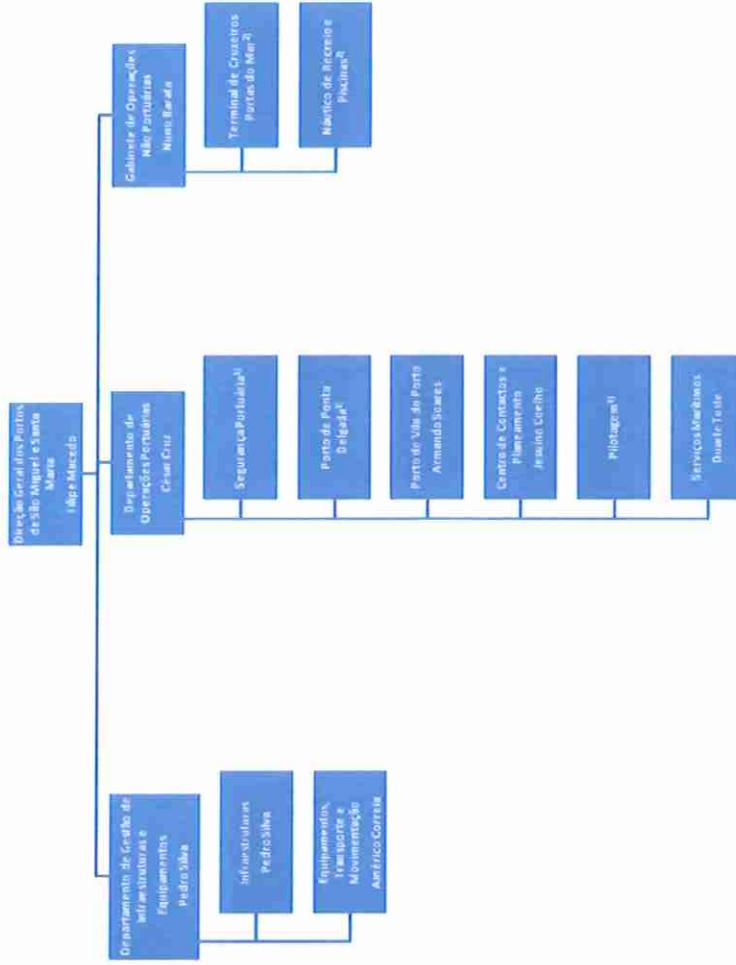
Organograma

A estrutura orgânica da empresa Portos dos Açores, S.A. é a que se encontra nos organogramas que seguir se apresentam, sendo o primeiro relativo a toda a empresa e os três seguintes com o detalhe correspondente a cada Direcção-Geral.



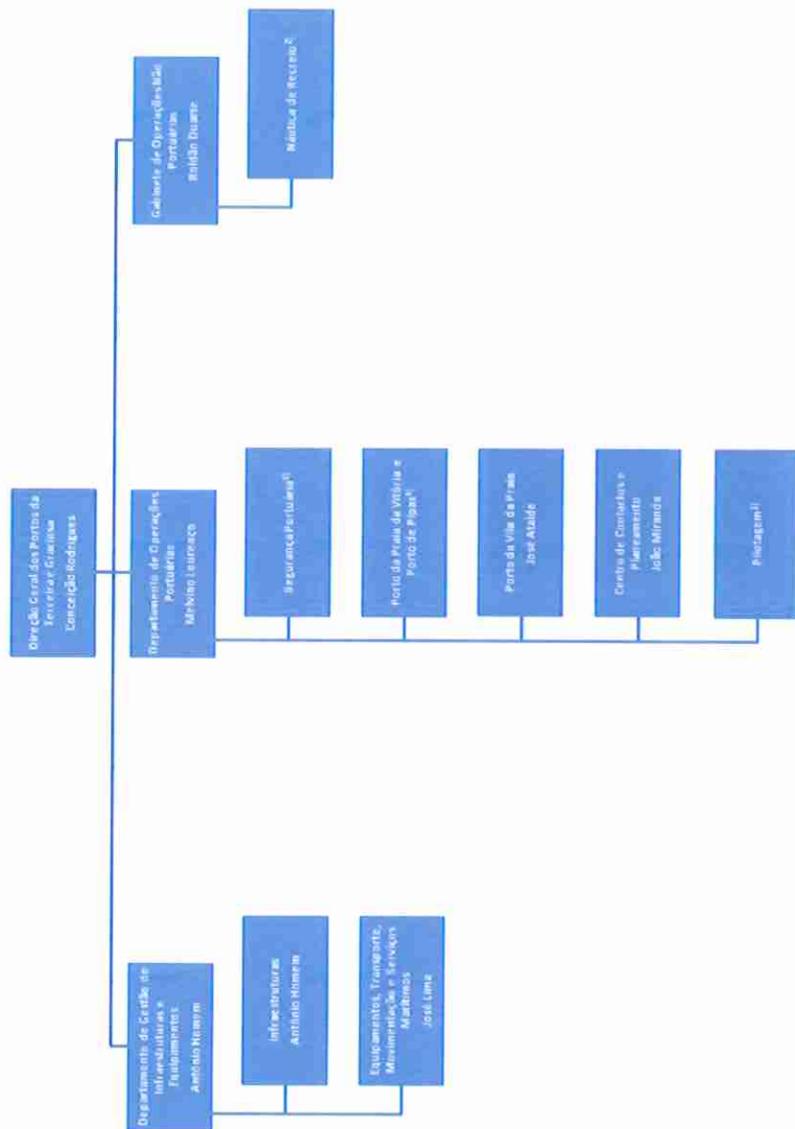
[Handwritten signature]

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria



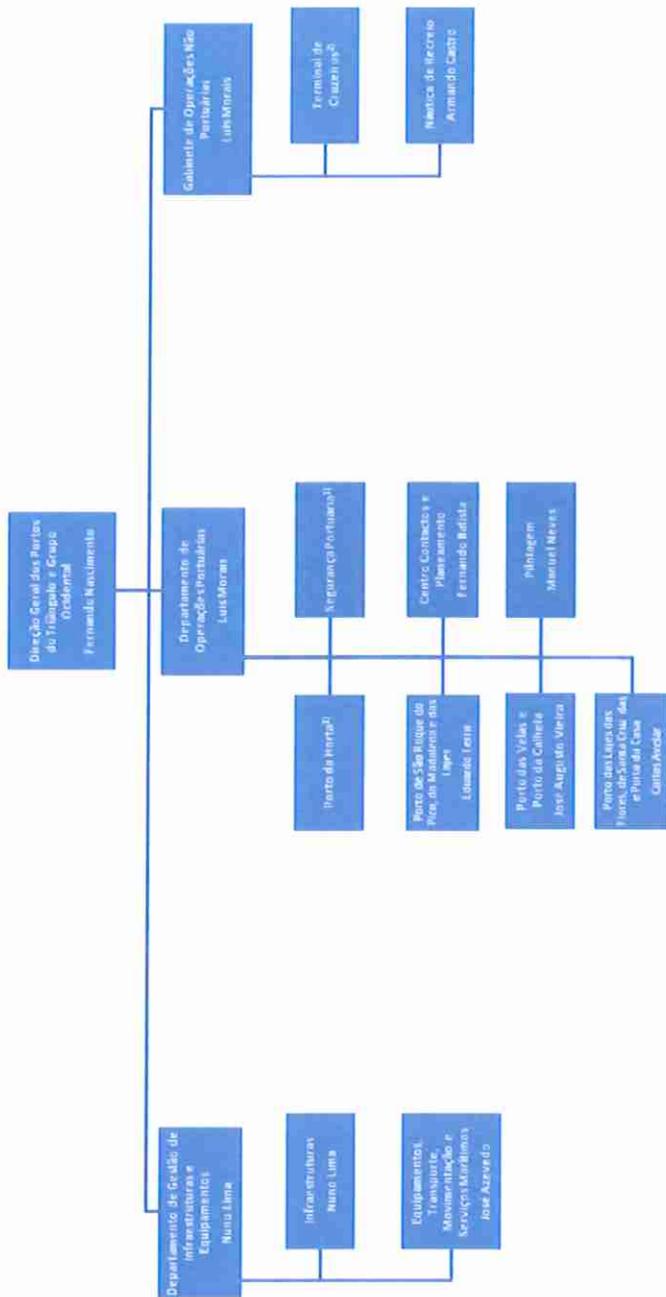
- 1- Espaço de trabalho do Departamento de Operações Portuárias
- 2- Espaço de trabalho do Gabinete de Operações Portuárias

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos da Terceira e Graciosa



1) Relatório Esporádico de Equipamentos de Operações Portuárias
 2) Relatório Esporádico de Módulo de Recursos Portuários

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental



- 1 - Relatório Resumido do Departamento de Operações Portuguesas
- 2 - Relatório do Departamento do Gabinete de Operações Não Portuguesas

(Handwritten signature)



Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração

Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., à data de 31 de dezembro de 2012:

- **Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento**
 - Técnico Superior da Secretaria Regional do Equipamento Social, entre 1983 e 1991;
 - Responsável pelo Alvará de Empresa de Construção Civil, entre 1991 e 1997;
 - Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, acumulando funções de Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução, entre 1997 e 2005
 - Vice Presidente da Junta Autónoma do Porto da Horta, entre 1998 e 2003;
 - Presidente da Assembleia Geral da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estrutura e Habitação, S.A, entre 2003 e 2005;
 - Presidente do Conselho de Administração da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estruturas e Habitação, S.A., entre 2005 e 2009;
 - Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., entre 2009 e 2011;
 - Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio, desde 2009.
- **Vogal: Eng.ª Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues**
 - Mestre em Gestão e Conservação da Natureza pela Universidade dos Açores;
 - Técnica Superior do Departamento de Estudos e Planeamento dos Açores, entre 1986 e 1988;
 - Chefe da Zona Florestal Açores da empresa Stora Celbi – Celulose Beira Industrial, S.A. entre agosto de 1992 e dezembro de 2000;
 - Assessora Técnica para a área do ambiente do Conselho de Administração da empresa GeoTerceira, S.A. no âmbito do projeto geotérmico da Ilha Terceira, entre outubro de 2002 e maio de 2009;
 - Assistente convidada da Universidade dos Açores desde 2004;
 - Diretora de Serviços de Ambiente da Ilha Terceira entre junho e setembro de 2009;
 - Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A., entre outubro de 2009 e agosto de 2011;
 - Vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A. desde setembro de 2011;
 - Presidente do Conselho de Gerência da Operterceira desde dezembro de 2009.
- **Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo**
 - Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, e pós-graduado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, pela Universidade dos Açores/Instituto Superior Técnico;
 - Técnico Superior da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., entre 2003 e 2006;
 - Coordenador na APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. entre 2006 e 2009;
 - Vogal do Conselho de Administração da Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., entre 2009 e 2011;
 - Vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.G.P.S., S.A., entre 2010 e 2011
 - Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL, desde 2011;
 - Presidente do Conselho Fiscal da APM – Associação Portas do Mar, desde 2011.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O estatuto remuneratório fixado é:

1. Mesa da Assembleia Geral: os membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal exercerão as suas funções a título gratuito com a exceção do Revisor Oficial de Contas, cuja remuneração mensal corresponde a 954,17€.
2. Conselho de Administração:
 - **Presidente:** Sr. Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, conforme

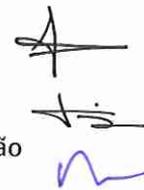
previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de €3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho, no valor de € 1.087,03, correspondente a 35% sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 800,00, com o limite anual de doze;

- **Vogal:** Sr.ª. Eng.ª. Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues, remunerada pelo exercício de funções de diretora-geral dos Portos da Terceira e da Graciosa, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35% sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze;
- **Vogal:** Sr. Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos dos Portos de São Miguel e Santa Maria, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35% sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze.

Os membros do Conselho de Administração nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público da Região Autónoma dos Açores, Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de Maio, optaram pelos benefícios sociais do lugar de origem.

Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

- **Presidente:** Sr. Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:
 - Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio – Por inerência de cargo.
- **Vogal:** Sra. Eng.ª Maria da Conceição da Silva Mendes Rodrigues:
 - Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda. – Nomeada por deliberação do Conselho de Administração em reunião de 13 de Outubro de 2011;
 - Vogal da Direcção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira – Nomeada por deliberação do Conselho de Administração em reunião de 13 de Outubro de 2011;
 - Docente da Universidade dos Açores.
- **Vogal:** Sr. Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo:
 - Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda. – Nomeado por deliberação da Assembleia Geral, em reunião de 12 de dezembro de 2011;

- 
- Presidente do Conselho Fiscal da APM – Associação Portos do Mar – Nomeado por deliberação da Assembleia Geral, em reunião de 24 de Março de 2011

No ano de 2012 o Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A. reuniu 41 vezes, tendo deliberado sobre diversos assuntos, destacando-se os seguintes:

- Concurso Público Internacional para a Aquisição de uma Grua Móvel Portuária;
- Aquisição de Equipamentos Informáticos – Autorizar a abertura do Procedimento;
- Prestação de Serviços de Elaboração do Projeto de Reabilitação e Ampliação do Pavilhão Náutico do Porto da Horta;
- Concurso Público para Aquisição de Serviços de Planeamento, Coordenação e Fiscalização da Empreitada de Construção do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Madalena. – Adjudicação;
- Adjudicação da Empreitada da Rampa Ro-Ro da Graciosa – Relatório Preliminar e Final;
- Concurso Público Internacional para Aquisição de um Empilhador Telescópio Multifuncional com Chassis Rotativo. – Aprovação da Minuta do Contrato;
- Aquisição de Sistema de Controlo de Gestão de Acessos ao Estacionamento do Novo Terminal de Passageiros do Porto da Horta – Autorizar a abertura do procedimento;
- Prestação de Serviços de Limpeza no Novo Terminal de Passageiros do Porto da Horta – Autorizar a abertura do procedimento;
- Reestruturação do Financiamento Bancário de Curto Prazo – Banif e Millennium BCP;
- Concurso público para Concessão do Direito de Utilização de espaços comerciais no Novo Terminal de Passageiros do Porto da Horta;
- Aquisição de equipamento e software *Manwinwin*;
- Empreitada de Reperfilamento do Manto de Proteção do Molhe Cais do Porto de São Roque do Pico – Adjudicação;
- Procedimento Concursal para a Aquisição de Combustíveis;
- AIS – Atualização de Software *Shiplocus* e Renovação de Contrato de Manutenção;
- Empreitada das Oficinas Gerais do Porto de Ponta Delgada – Deliberação de Intenção de Resolução do Contrato;
- Empreitada de intervenção no âmbito do Plano integrado de Reordenamento da Baía de Angra do Heroísmo – Adjudicação;
- Concurso Público Internacional para Aquisição de Tremonha Ecológica para carga/descarga de granéis polvorentos;
- Aquisição de sistemas de Biometria;
- Procedimento para prestação de serviços de vigilância e segurança preventiva das instalações da Portos dos Açores, S.A.;
- Implementação do cartão-refeição;
- Novo Terminal de Passageiros do Porto da Horta – Tarifas – Parque de Estacionamento;
- Cartão PA – Aprovar os modelos;
- Adjudicação à CEMITRAL da Medicina do Trabalho;
- Nova Orgânica da PA – Departamento de Gestão Ambiental e Higiene e Segurança no Trabalho;
- Concurso Público Internacional para Fornecimento de Seguros;
- Concurso Público para a Vigilância.

CAPÍTULO VII - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL - CONTAS INDIVIDUAIS

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

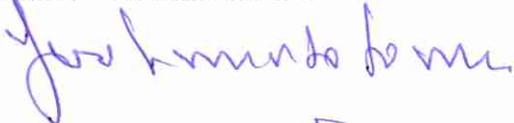
Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **Portos dos Açores, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

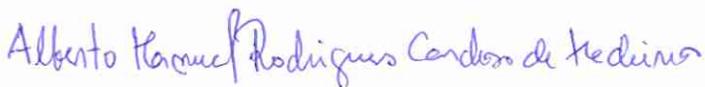
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Empresa tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa.
4. O Conselho Fiscal realçou no ano passado a importância de se estabelecer níveis de equilíbrio entre a componente de investimento e financiamento que terão ser desenhados com base numa criteriosa gestão de risco a que a Empresa se encontra sujeita. Embora tenha sido possível estabelecer uma relação mais saudável entre os ativos e passivos correntes mediante a renegociação de parte da dívida remunerada, perante a contração do consumo e sem recuperação expressiva prevista para os próximos anos, a atividade da Empresa sofrerá alguns impactos na geração dos fluxos financeiros da atividade operacional que conduzirá, conforme já se sentiu no período corrente, uma ainda mais forte pressão sobre a gestão do fundo de maneiio.

5. O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
6. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
7. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

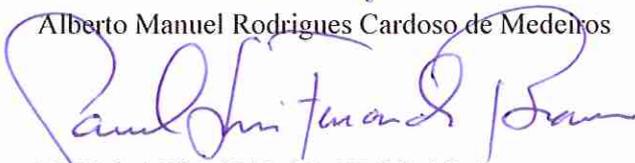
Horta, 14 de maio de 2013



José Mancebo Fernandes 



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CAPÍTULO VIII – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS – CONTAS INDIVIDUAIS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de balanço de 325.693.019 euros e um total de capital próprio de 221.671.926 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.208.888 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme mencionado na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras, os ativos fixos tangíveis nas avaliações independentes reportadas a 31 de dezembro de 2003 foram mensurados no montante máximo de cerca de 397 milhões de euros. Como foram excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, os ativos reconhecidos nessa data nas demonstrações financeiras perfizeram o valor líquido de 27.588.600 euros. Decorrente do não reconhecimento contabilístico de todos os ativos fixos que suportam a base de exploração e atividade da Empresa e da observação de indícios de imparidade nos ativos afetos aos negócios da atividade não portuária, os capitais próprios em 31 de dezembro de 2012 e os resultados do ano estão afetados num montante que não nos foi possível determinar.
8. A Empresa tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de dezembro de 2012, não podemos ajuizar se a provisão constituída para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 e 8 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

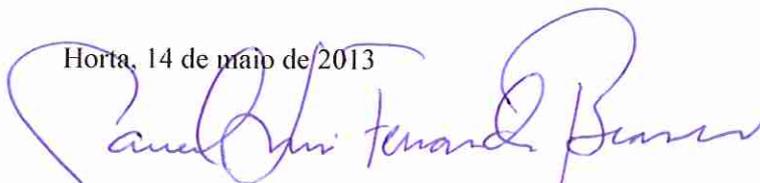
Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 9 acima, salientamos que em resultado do prejuízo incorrido e do conseqüente efeito no baixo nível de fluxos de caixa das atividades operacionais, a Empresa está operando com um fundo de maneiio sobre pressão o que a coloca numa posição de estar dependente de adequado financiamento, enquanto não houver uma inversão nos resultados operacionais.

Horta, 14 de maio de 2013



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

**CAPÍTULO IX – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL –
CONTAS CONSOLIDADAS**

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

(Contas consolidadas)

Senhor acionista,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório e parecer sobre a fiscalização das contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** em referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as quais, em conjunto com o Relatório de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Empresa, como empresa consolidante, e que nos seus aspetos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas em vigor.

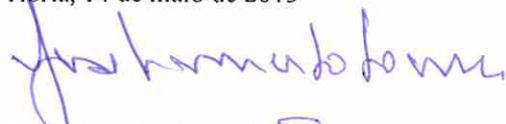
Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação, apreciamos o respetivo Relatório do Conselho de Administração e, quando aplicável, o Parecer e o Relatório e a Certificação Legal das Contas emitidos pelo seu órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O Relatório de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas. Merecem destaque os aspetos relacionados com a gestão de risco que num contexto de contração do consumo e sem recuperação expressiva prevista para os próximos anos conduzirá que a geração dos fluxos financeiros da atividade operacional sofra reduções que terão impactos na posição financeira das empresas, que já apresentam alguns constrangimentos causados pelo comportamento dos resultados do ano e por aspetos relacionados com a realização dos ativos correntes que obrigam a uma redobrada atenção às política de investimento e de financiamento no próximos anos.

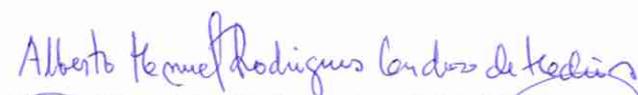
Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspeto que afecte materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na

consolidação, somos de parecer de que aproveis o relatório de gestão e as contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

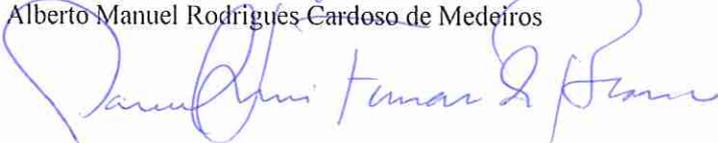
Horta, 14 de maio de 2013



José Mancebo Fernandes *SOME*



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso de Medeiros



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CAPÍTULO X - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
(Contas consolidadas)

Introdução

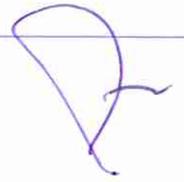
1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Portos dos Açores, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de balanço de 335.831.708 euros, um total de interesses minoritários de 1.449.693 euros e um total de capital próprio de 223.121.620 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.208.888 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidadas e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas,



baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme mencionado na nota 7 do anexo às demonstrações financeiras, os ativos fixos tangíveis nas avaliações independentes reportadas a 31 de dezembro de 2003 foram mensurados no montante máximo de cerca de 397 milhões de euros. Como foram excluídos os ativos afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, os ativos reconhecidos nessa data nas demonstrações financeiras perfizeram o valor líquido de 27.588.600 euros. Decorrente do não reconhecimento contabilístico de todos os ativos fixos que suportam a base de exploração e atividade da Empresa e da observação de indícios de imparidade nos ativos afetos aos negócios da atividade não portuária, os capitais próprios em 31 de dezembro de 2012 e os resultados do ano estão afetados num montante que não nos foi possível determinar.
8. A Empresa tem a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais que ocorreram até 31 de dezembro de 2004 e também os complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma. Não existindo disponível um estudo atuarial que quantifique estas responsabilidades em 31 de dezembro de 2012, não podemos ajuizar se a provisão constituídas para esse efeito cobre a totalidade dessas responsabilidades.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Portos dos Açores, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 9 acima, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- (i) Em resultado do prejuízo incorrido e do conseqüente efeito no baixo nível de fluxos de caixa das atividades operacionais, a Empresa está operando com um fundo de maneiio sobre pressão o que a coloca numa posição de estar dependente de adequado financiamento, enquanto não houver uma inversão nos resultados operacionais.
 - (ii) Ainda se encontra por regularizar a dívida em mora de sete milhões de euros do ENVC – Estaleiros Navais de Viana Castelo, S.A. que a Administração espera que seja recuperável durante o ano de 2013.

Horta, 14 de Maio de 2013

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

